

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**ANDERSON JOSÉ DE ALMEIDA NARCISO**

**A MEDICINA VAI À ESCOLA: IDEIAS E PRÁTICAS DE SAÚDE NOS  
GRUPOS ESCOLARES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS (1906-1929)**

**Rio de Janeiro**  
**2016**

**ANDERSON JOSÉ DE ALMEIDA NARCISO**

**A MEDICINA VAI À ESCOLA: IDEIAS E PRÁTICAS DE SAÚDE NOS  
GRUPOS ESCOLARES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS (1906-1929)**

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

Rio de Janeiro  
2016

**ANDERSON JOSÉ DE ALMEIDA NARCISO**

**A MEDICINA VAI À ESCOLA: IDEIAS E PRÁTICAS DE SAÚDE NOS GRUPOS  
ESCOLARES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS (1906-1929).**

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História da Saúde.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientador.

---

Prof. Dra. Claudia Maria Ribeiro Viscardi (Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF).

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

**Suplentes:**

---

Prof. Dra. Tamara Rangel Vieira (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

---

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos (Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF).

Rio de Janeiro  
2016

N222m Narciso, Anderson José de Almeida

A medicina vai à escola: ideias e práticas de saúde nos grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais (1906-1929) / Anderson José de Almeida Narciso. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.

128 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

1. Saúde Escolar. 2. Assistência Médica. 3. Assistência Odontológica para Crianças. 4. Minas Gerais.

CDD 371.71098151

*À memória de José de Almeida Rocha (avô).*

*Aos meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que, de alguma forma, contribuíram para que eu concluísse mais uma etapa de minha carreira como historiador, seja aconselhando ou incentivando nestes importante momento. A todos da Universidade Federal de Juiz de Fora, local que foi a minha primeira casa acadêmica e onde nasceu essa vontade de pesquisar. Menciono em especial o Grupo de Pesquisa em História da Educação, do professor Marlos Bessa, no qual tive contato com parte de minhas fontes e a oportunidade de encontrar um tema tão interessante como o da Higiene Escolar. Também agradeço à professora Cláudia Viscardi que, além de orientadora na faculdade de História, se tornou uma grande amiga que me incentivou a “voar para longe de casa” – mas não sem roubar algumas séries de TV do meu disputado HD. Agradeço também ao amigo, Vitor Figueiredo, que passou noites e noites comigo revisando e construindo o projeto de pesquisa que submeti ao processo de seleção de mestrado na Fiocruz.

Agradeço de coração, a todos da Casa de Oswaldo Cruz que acolheram um “carioca do brejo” de braços abertos, desde o primeiro instante em que pisei nestas instituição. Ao meu orientador, Gilberto Hochman, pelo aprendizado e amizade desenvolvidos durante todo estes tempo. Ao professor Luiz Otávio e suas importantes contribuições no momento da qualificação. Aos professores Jaime, Tamara, Lorelai e Dilene com quem tive contato durante o período em que fui aluno do curso e, sem dúvidas, tive acesso às novas discussões que tanto desejava encontrar nesta instituição. Ao Sandro, Paulo, à Maria Cláudia e Cris, funcionários que me ajudaram em diversos momentos – mesmo à distância. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que me permitiu, desde o primeiro mês, desenvolver o meu trabalho com uma bolsa de pesquisa.

Aos amigos que conquistei no Rio de Janeiro, sem vocês a minha estadia na “cidade maravilhosa” teria sido bem mais difícil. Adilson, Rômulo e Matheus, vocês não foram apenas colegas de apartamento, me acolheram como se fosse parte da família e, com vocês, tive um ano incrível – principalmente nos dias de lavar o banheiro! Aos amigos do mestrado: Daniel, Cecília e Aline, que, junto comigo, formaram a “turma do fundão de uma sala com três filas de carteiras”; Luiz, Otto, Leandro, Larissa e Mariana,

com quem, além de dividir as dificuldades do mestrado, dividi bons papos, cinemas e pizzas algumas vezes; e todos os outros colegas de turmas: Josie, Pedro, Lisandra, Rachel, Renata, Pedro, Rodrigo, Renilson... Vocês foram essenciais.

Aos amigos e familiares que ficaram em Juiz de Fora, que me apoiaram e encorajaram nestas decisão. Michel, Amanda, Carolina, Tatiana, Cristiane, Priscila, Felipe e Bruno, que me ouviram reclamar muito durante esses dois anos.

Um agradecimento especial aos meus pais, Maria José e Antônio Carlos, e à minha irmã, Maria Eliza, que viveram mesmo à distância, cada dia destas minha etapa – nos momentos alegres e tristes.

Todos vocês, de alguma forma, contribuíram com a minha trajetória. E por isso, é justo reconhecer que estas conquista também é de vocês!

## RESUMO

A dissertação analisa a higiene escolar a partir do debate médico e educacional em Minas Gerais na Primeira República. O foco da pesquisa recai sobre a criação e funcionamento dos Grupos Escolares na cidade de Juiz de Fora a partir de 1907, ano em que foram inaugurados os primeiros grupos. O objetivo é analisar a trajetória da saúde na escola e da higiene escolar a partir da lei que criou os grupos escolares em Minas Gerais, em 1906, apontando as modificações que essa sofreu ao longo da Primeira República. Nesse período, os médicos, dentistas e educadores protagonizaram debates sobre o papel da escola na difusão de preceitos de higiene e saúde, analisados nesta dissertação pelos seus discursos e ações noticiados em periódicos locais, publicações associativas, boletins médicos e relatórios enviados ao governo do estado. A dissertação ressalta a importância da participação de médicos e dentistas na persuasão da sociedade e na implementação da inspeção médica escolar e dos gabinetes dentários. Essa foi apresentada como uma convergência entre os ideais republicanos de alcançar o progresso via educação e mudanças de hábitos tradicionais e as demandas dos próprios educadores por um novo modelo escolar. Os grupos escolares ofereceram uma oportunidade aos médicos e dentistas de incrementarem sua visibilidade e legitimidade social e política na sociedade juiz-forana. A nova escola é compreendida como uma espécie de vitrine da modernidade que abria as portas da sociedade para o progresso e, também, dos consultórios médicos, farmácias e gabinetes odontológicos para uma nova e potencial clientela.

Palavras Chaves: Grupo Escolar; Higiene Escolar; Inspeção Médica; Medicina; Gabinetes Dentários; Juiz de Fora, Minas Gerais.

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the school hygiene from the medical and educational point of view in the state of Minas Gerais of the First Republic (1889-1830). The focus of the research lies on the creation and operation of the Grupos Escolares (“School Groups”) in the city of Juiz de Fora from 1907, the year when the groups were inaugurated. The goal is to analyze the health course in school and school hygiene from the law that created the groups in Minas Gerais in 1906, highlighting the changes experienced during the First Republic. In this period the doctors, dentists and teachers have staged debates on the school's role in diffusing health and hygiene principles, analyzed in this dissertation by their speeches and actions reported in local newspapers, association publications, bulletins and reports to the state government. The dissertation highlights the importance of the participation of doctors and dentists in the persuasion of society and implementation of the school medical inspection and dental offices. The health inspection was presented as a convergence between the republican ideals of achieving progress through education and change of traditional habits and the demands of educators themselves for a new school model. The School Groups offered an opportunity for doctors and dentists to scale up visibility and social and political legitimacy in the Juiz de Fora society. The new school is understood as a kind of showcase of modernity that would open the of society doors to progress and also the physician’s and dentist’s offices and pharmacies to a new and potential clients and patients.

Keywords: School Group; School Hygiene; Medical Inspection; Medicine; Dental Offices; Juiz de Fora, Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Av. Barão do Rio Branco, Juiz de Fora – 1900.....	26
Imagem 2: Grupos Centrais de Juiz de Fora – 1907 .....	32
Imagem 3: Grupo Escolar Antonio Carlos (Mariano Procópio) – 1917.....	34
Imagem 4: Prédio do Grupo Escolar de São Matheus – 1918 .....	49
Imagem 5: Lições de práticas de higiene direcionada aos alunos dos grupos escolares .....	54
Imagem 6: Sala da “Assistência Dentária Francisco Valladares – 1920 .....	105

## **LISTA DE SIGLAS**

SMCJF – Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: Com lápis e papel se desenha a modernidade: a instalação dos grupos escolares em Minas Gerais.....	11
1.1 Os grupos escolares sob o olhar da historiografia.....	12
1.2 Depois da proclamação: o debate em torno da criação dos grupos escolares em Minas Gerais.....	18
1.3 O ensino público em Juiz de Fora no alvorecer da república.....	23
1.4 A criação dos grupos escolares em Juiz de Fora.....	29
Capítulo 2: A higiene e a lei: discutindo a salubridade nas reformas educacionais em Minas Gerais.....	37
2.1 A higiene na Lei João Pinheiro: um debate sobre espaço e engenharia.....	38
2.2 A saúde nas primeiras reformas educacionais de Minas Gerais.....	42
2.3 As modificações das práticas higiênicas escolares na década de 1920.....	50
2.4 A Reforma Francisco Campos e a saúde: médicos e dentistas nos grupos escolares.....	52
Capítulo 3: Os médicos vão à escola.....	63
3.1 A sociedade de medicina e cirurgia de Juiz de Fora e a difusão do conhecimento médico.....	64
3.2 O médico e a escola: a saúde nos grupos escolares de Juiz de Fora.....	68
3.3 <i>Cidade salubre</i> : ampliando o debate sobre a aplicação da medicina em Juiz de Fora.....	90
3.4 Os médicos nos grupos escolares de Juiz de Fora: inspeção e profilaxia.....	100
Considerações Finais.....	113
Fontes Consultadas.....	117
Referências Bibliográficas.....	121

## INTRODUÇÃO

Em 2014, uma das escolas mais antigas da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, voltou a ser destaque nas manchetes dos jornais com uma situação de calamidade em seu interior. A reforma no Palacete Santa Mafalda, prédio tombado que abrigou os grupos escolares centrais e, mais recentemente, a Escola Estadual Delfim Moreira, foi acusada de ser tratada com descaso, uma vez que estava parada há mais de um ano com luminárias caindo, janelas podres, madeiras e arames soltos, entre outros problemas<sup>1</sup>. Abandonado pelas autoridades públicas e aguardando reforma desde 2013, o local vivencia, atualmente, um drama que nos remete às questões higiênicas e sanitárias que essas escolas estaduais enfrentaram desde o seu surgimento, no começo do século XX, quando eram conhecidas como “grupo escolar”.

Presente em muitas das discussões envolvendo as cidades na Primeira República, os grupos escolares em Minas Gerais surgiram no governo João Pinheiro (1906–1908) com o objetivo de reformular o modelo escolar vigente, considerado atrasado e, de certa forma, constituía em um entrave para os aspectos modernos ansiados pelo regime republicano ainda em fase inicial no Brasil. Com os grupos escolares, uma série de discussões envolvendo os mais diversos aspectos da sociedade ganhou destaque, incluindo práticas que deveriam se enraizar na população a partir dessas instituições, dentre elas as higiênicas. Sendo um tema ainda pouco explorado na história da educação e da saúde, tomamos essas práticas como exemplos de ações fundamentais que foram desenvolvidas nos grupos escolares em Minas Gerais, em particular na cidade de Juiz de Fora.

Inspirado também pelo debate envolvendo a higiene e a nova cultura escolar no cerne desse modelo de ensino, nosso trabalho se propõe a analisar a criação dos grupos escolares em Minas Gerais sob a ótica da higiene escolar. O foco estará sobre a cidade de Juiz de Fora, município que não só abrigou o primeiro grupo escolar do estado como também foi um dos centros de discussões envolvendo o saneamento e a medicina na escola. Nossa pesquisa se insere em um cenário já levantado por trabalhos da historiografia da saúde e da educação, mas que não tratavam especificamente de

---

<sup>1</sup> Cf. **Tribuna de Minas**, 31 de outubro de 2014.

aspectos acerca do desenvolvimento da higiene escolar em Juiz de Fora e em Minas Gerais.

Juiz de Fora foi considerada por muitos de seus contemporâneos a “Atenas Mineira”<sup>2</sup>. Sua elite intelectual e política desejavam projetá-la como uma cidade moderna e construtora de um ensino qualificado para seus habitantes. Frequentemente, figurava em debates envolvendo aspectos modernistas, defendida por intelectuais nas primeiras décadas do século XX como precursora ao organizar o ensino de modo a possibilitar a um estudante local, por exemplo, concluir seus estudos onde residia sem precisar se afastar da família<sup>3</sup>. Essa cidade se tornou protagonista do desenvolvimento urbano e sanitário no estado de Minas Gerais, como componente de um cenário moderno e mais amplo projetado pela República.

No município, a questão higienista e urbana, no início do século XX, dizia respeito a fatores como condições das águas, higiene das ruas da cidade assim como de suas casas e, principalmente, o saneamento de lugares públicos que poderiam propagar doenças. As discussões em torno desse assunto começaram a surgir entre a elite médica, que enxergou uma forma de se projetar na sociedade local e regional, ao mesmo tempo em que tentava superar práticas e costumes tradicionais e considerados ultrapassados. Tal elite ganhou destaque com a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), fundada na cidade em 1889, tendo como membros alguns médicos que objetivavam estar em sintonia com a agenda nacional e internacional de discussões sobre bacteriologia, doenças e profilaxia<sup>4</sup>. A criação e o funcionamento da SMCJF é um dos marcos dos aspectos modernos em torno da higiene na cidade, e contribuiu intensamente para discussões relacionadas ao tema. Os médicos acabam por se inserirem em um debate que vinha sendo protagonizado por educadores, com intensas discussões envolvendo a higiene e a presença de profissionais da saúde na escola.

Esta dissertação analisa a escola como instituição potencialmente incorporadora e difusora da higiene e do saber médico nas primeiras décadas do século XX, período que coincide com a consolidação da “teoria dos germes” e da microbiologia, utilizando tanto de debates defendidos por médicos locais, como discussões dentro das escolas e

---

<sup>2</sup> Menção atribuída a Artur de Azevedo, jornalista e poeta que esteve na cidade para apresentação de sua peça *O dote* (1907) (Cf. BRAGA, 2009, p.36).

<sup>3</sup> Cf. *Diário Mercantil*, 13 de fevereiro de 1913, p.1.

<sup>4</sup> Cf. Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904.

da Secretaria do Interior – órgão oficial do Estado que organizava e coordenava a educação pública.

Os grupos escolares fizeram parte dos intentos de modernização de Minas Gerais e ganharam destaque na administração de João Pinheiro que tomou posse como Presidente do Estado em 07 de setembro de 1906. Logo após a posse, o Secretário do Interior, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, anunciou a reforma do ensino no estado. Assim, os dois primeiros grupos escolares de Juiz de Fora foram criados poucos meses depois. Objetos desta pesquisa, os espaços nos quais a higiene se encontrou com a educação em Juiz de Fora, foram o Grupo Escolar José Rangel e o Grupo Escolar Delfim Moreira (Grupos Centrais, ambos funcionando no mesmo prédio) – inaugurados em 1907; o Grupo Escolar de Mariano Procópio (posteriormente Grupo Escolar Antônio Carlos) – criado em 1909; e o Grupo Escolar de São Matheus – criado em 1917. Esses dois últimos funcionaram em locais precários até 1929, ano em que o Estado inaugurou prédios próprios para as escolas dos respectivos bairros. Já os grupos centrais funcionaram até 2013 no mesmo prédio, um palacete que foi adaptado para receber o primeiro grupo escolar da cidade.

O objetivo é analisar como as questões sanitárias foram abordadas sob a perspectiva educacional e médica durante esse período, além de apontar o papel dos médicos, dentistas, diretores e professores na promoção desse debate em tais escolas, entre a efetivação da lei e a inauguração dos prédios próprios em 1929. Apesar de Juiz de Fora ser a primeira cidade a inaugurar os grupos escolares, um dia antes de Belo Horizonte, inicialmente essas instituições não seguiram os padrões exigidos pela legislação para a instalação das escolas voltadas para o ensino coletivo, instalando-as em prédios adaptados, fato que também aconteceu na capital mineira. Os grupos José Rangel e Delfim Moreira, inaugurados em 1907, funcionavam no mesmo local – o antigo Palacete Santa Mafalda já havia abrigado a Escola Normal, isso fez com que o novo estabelecimento utilizasse a antiga mobília desta escola. O Grupo de Mariano Procópio, criado em 1909, foi instalado no local onde funcionava o Conselho Distrital, local sem qualquer preparo para receber um grupo escolar. Apenas em 1917, a cidade teve o primeiro grupo escolar em um prédio construído especificamente para essa finalidade no bairro de São Matheus. Contudo, a edificação acabou não sendo suficiente para abrigar o grupo e foi demolida para ser realocada em um prédio maior, em 1929,

ano em que o Grupo Escolar de Mariano Procópio também ganhou um prédio maior e com melhor infraestrutura.

A lei que ficou popularmente conhecida como “Lei João Pinheiro”, de 1906, é o ponto de partida para nossa análise, que estende-se até 1929, quando os médicos foram oficialmente incluídos no cotidiano escolar, e, em Juiz de Fora, os grupos escolares recebem prédios para tal finalidade<sup>5</sup>. Em um período no qual a maioria da população era analfabeta, investir em projetos educacionais e organizar o ensino primário parecia ser o melhor caminho, de acordo com as elites, para que houvesse progresso social. A criação de grupos escolares introduziu ainda novos parâmetros educacionais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que também construíram prédios escolares nos últimos anos do século XIX. A inspiração para a reforma educacional em Minas Gerais veio dessas experiências, em que as normas e ações deveriam seguir os moldes de um ensino moderno, projetado para educar e civilizar. A denominação “grupo escolar” passou a ser sinônimo dessas nova instituição educacional. A organização do ensino seriado é a principal característica desta denominação, destacando a divisão do trabalho dentro da escola, distribuindo tarefas entre diretores e professores, separando por classes e idades as turmas que ali fossem frequentar, assim como a uniformidade e metodização do ensino<sup>6</sup>.

O Secretário do Interior de Minas Gerais, na época da efetivação da lei João Pinheiro, esteve envolvido em várias discussões sobre a instrução pública. Expressava abertamente o desejo de ver implantada, no estado, uma organização de ensino que, em sua perspectiva, havia dado certo em outros países próximos, como a Argentina, e de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo<sup>7</sup>. Apesar dos grupos escolares surgirem em Minas Gerais em 1906, esse foi um tema discutido no Brasil, desde o século XIX, por políticos e educadores a partir da criação das escolas do imperador como grandes símbolos arquitetônicos<sup>8</sup>.

Inicialmente, as discussões sobre saúde em torno desses novo projeto pedagógico mineiro abarcaram aspectos estruturais, ou seja, no discurso oficial a higiene se referia ao lugar adequado para que a escola fosse instalada em um local

---

<sup>5</sup> A lei nº439, de 28 de setembro de 1906, autoriza a reforma do ensino primário e normal do Estado determinando que o ensino primário fosse ministrado nas escolas isoladas, em grupos escolares e em escolas modelos que fossem anexas às escolas normais.

<sup>6</sup> FARIA, 2000.

<sup>7</sup> Cf. **O Pharol**, 28 de setembro de 1906, p.1.

<sup>8</sup> SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.38.

amplo e arejado, no qual fosse possível a interação social e adequada ao processo pedagógico. Nos primeiros anos da década de 1910, médicos e odontólogos estiveram presentes de forma ativa na proposta da escola como uma porta de difusão do conhecimento médico através de palestras, demonstrações, assistência e ações preventivas. A escola passou a ser vista como um potencial instrumento de legitimação e prestígio das profissões médicas e da saúde na sociedade local e de expansão de seu papel social e político e de sua clientela.

Por outro lado, a higiene e a medicina deveriam ser incorporadas pelos profissionais da educação. Os professores eram os potenciais mediadores desse conhecimento (entre os médicos e os escolares), e os diretores dos grupos escolares eram também operadores políticos nas relações com os médicos e os odontólogos, assim como na relação com a Secretaria do Interior. Desta forma, através das políticas públicas escolares, percebemos um crescente debate sobre o real significado da higiene dentro da escola. A partir disso, a análise das reformas educacionais em Minas Gerais como as de Afonso Penna Jr. (1920), no governo de Artur Bernardes (1918-1922), e de Francisco Campos (1927) no governo de Antonio Carlos Ribeiro Andrada (1926 – 1930) se fazem necessárias.

As discussões sobre a higiene na escola deixaram de ser exclusivamente arquitetônicas, entrando em pauta a inspeção médica como forma de prevenção de doenças, o tratamento de escolares carentes, e o ensino da higiene no currículo. Em Juiz de Fora, se destacaram os gabinetes dentários, assim como os antropométricos, que foram instalados e mantidos inicialmente por dentistas e médicos a partir de 1915 nos Grupos Centrais<sup>9</sup>. Os gabinetes foram um dos espaços em que a figura do médico passou a ser presente no cotidiano escolar.

Esse cenário é apresentado a fim de nos perguntarmos: qual foi o lugar que a escola exerceu como espaço de higiene em Juiz de Fora, cidade com um importante polo industrial e fortes ligações com a capital federal? Para isso, discutimos a visão dos personagens envolvidos na evolução e nas práticas de tal modelo escolar, incluindo o corpo docente (diretores e professores), políticos e médicos locais. Esse debate ainda permite nos questionarmos: quais foram as questões políticas envolvidas na trajetória desses grupos entre 1907 e 1929?

---

<sup>9</sup> Cf. Relatório dos Grupo Centrais enviados à Secretaria do Interior, 1915.

Para tal, é preciso ir além dos limites municipais e abordar a higiene escolar como parte de um projeto de modernização em Minas Gerais. É fundamental discutir as leis e reformas educacionais que foram efetivadas nesse período e seu impacto em Juiz de Fora e no discurso médico local, que nesse momento começava a entrar em sintonia com discussões a nível nacional e internacional.

Desta forma, o diálogo entre a historiografia das ciências, saúde e educação é de suma importância para situar esta pesquisa. Os caminhos estabelecidos nesta dissertação ressaltarão os vetores na discussão da cidade de Juiz de Fora enquanto difusora de práticas higienistas e o seu papel na saúde pública nacional. Também mostrarão como o grupo escolar, sistema de ensino instalado no estado de Minas Gerais no começo do século XX, serviu como porta de entrada para as práticas higienistas não apenas envolvendo educadores, mas contando também com atores políticos. Este trabalho apresentará a implantação desse modelo escolar na cidade de Juiz de Fora em um período que diversas reformas – a partir de João Pinheiro – que produziram alterações na dinâmica da escola e da higiene escolar.

O trabalho está dividido em três capítulos que discutem a relação dos grupos escolares e a higiene em Minas Gerais. O primeiro capítulo tem como objetivo a apresentação dos nossos objetos de estudo. Esse debate inicial ressalta o significado do termo “grupo escolar”, as discussões em torno do projeto de criação dessa escola e o impacto que esse novo sistema de ensino trouxe para a população. Nessa parte, revemos alguns dos principais autores da historiografia da educação como Faria Filho (2000), Araújo (2006), Vidal (2006), Schueler e Magaldi (2009), que nos ajudam a pensar a trajetória dessa escola e a constituição de uma nova cultura escolar no alvorecer da República em Minas Gerais e no Brasil.

A cidade de Juiz de Fora, a primeira a contar com o modelo de grupo escolar no estado, é também foco de uma importante discussão para compreendermos as articulações educacionais e médicas que se destacam dentre a elite local no começo do século XX. Pesquisas locais como as de Miranda (1990), Christo (1994), Pires (2004), Borges (2007), Barros (2008) e Barroso (2009), entre outras, auxiliam a visualização da cidade que apresentará um considerável protagonismo nas políticas públicas educacionais, desde o governo João Pinheiro em 1906, até a reforma que oficializa os médicos e dentistas na escola, ocorrida no governo Antônio Carlos, em 1927. Esse capítulo introdutório servirá de base para discutirmos as práticas sanitárias nas escolas,

proporcionando uma reflexão sobre o real papel da higiene nos grupos durante a evolução das reformas educacionais em Minas Gerais.

No segundo capítulo, apontaremos a evolução da higiene a partir da análise das leis e reformas educacionais, delimitando nossa pesquisa a partir da criação dos grupos escolares em 1906 até 1929, ano em que a Reforma Francisco Campos estava vigente e os grupos escolares de Juiz de Fora receberam prédios próprios para seu funcionamento. O principal objetivo dessa discussão é ressaltar a compreensão de “higiene escolar” dentro da escola, a partir da perspectiva da Secretaria do Interior, e confrontá-la com a realidade vivenciada nos grupos de Juiz de Fora. Além disso, nos apoiamos em periódicos locais como o *Jornal do Commercio*, *Diário Mercantil* e *O Pharol*; e autores como Rocha (2000), Candiá (2007), Braga (2009), Gil e Caldeira (2011) e Carvalho (2013) são importantes para o debate que ressalta o significado da higiene escolar nas reformulações sofridas pelo ensino durante a década de 1910 e 1920 e compreender suas aplicações em nosso objeto de estudo. As ideias de higiene, a partir da educação, servem como ponte para destacarmos outra ótica: a dos médicos, que se tornavam cada vez mais necessários para a organização e manutenção salubre do ambiente escolar.

O terceiro capítulo, por fim, ressalta a participação dos médicos em Juiz de Fora nas discussões envolvendo a importância da higiene escolar. Utilizando das atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e artigos publicados no jornal *O Pharol*, refaremos a trajetória desses médicos e dentistas, que organizaram pensamentos em torno da busca pela expansão da profilaxia de doenças no espaço escolar – e ao mesmo tempo, confrontamos com a visão dos educadores contemporâneos a esse movimento.

Nosso trabalho ressalta a convergência desses discursos que contribuíram na formulação e evolução do significado de higiene escolar, seja na inclusão do ensino da higiene, da inspeção médica ou do cuidado de enfermos. Ferreira (1999), Benchimol (2004), Crespo (2003), Lana (2006), Cunha Júnior (2009), Rocha (2010) são alguns dos autores que nos auxiliam nesse debate, que culmina na discussão da criação dos gabinetes dentário e antropométrico nos grupos centrais de Juiz de Fora em 1915 e 1916, respectivamente, antecedendo no estado a organização desse tipo de serviço que muito seria debatido em Minas Gerais pelas autoridades médicas e educacionais na década de 1920.

As principais fontes são os relatórios dos diretores desses grupos escolares para a Secretaria do Interior, enviados desde a data de criação dessas instituições em 1907, disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Estão, nessas correspondências, os dados referentes à situação sanitária dos grupos, assim como reclamações e pedidos de reparos dos prédios pelos diretores José Rangel e Francisca Lopes, respectivos diretores dos Grupos Centrais e do Grupo Escolar Mariano Procópio. Além disso, relatórios dos inspetores de saúde fazem parte dessa documentação e ajudam a compreender um pouco mais da organização dos grupos e até onde eles estavam enquadrados nas normas higienistas. A análise dessa documentação será feita de forma a inserir o cotidiano da escola e a realidade que os grupos enfrentavam e confrontá-la as leis estaduais e a situação do ensino público mineiro naquele período. No Arquivo Público Mineiro, também estão disponíveis os relatórios emitidos pela Secretaria do Interior e pela Diretoria de Higiene que eram anuais e dirigidos ao Presidente do Estado, os quais foram levantados entre os anos 1900 até 1924 (último ano em que o material se encontra microfilmado). Nessa documentação, encontram-se fontes extremamente ricas e fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Elas contêm discussões oficiais sobre a inspeção médica nas escolas, as práticas higiênicas e atividades que foram sendo aderidas pelas reformas educacionais ao longo dos primeiros anos do século XX. Esse material serve para compreendermos a elaboração do discurso oficial do estado sobre a inspeção sanitária nas escolas, as bases para reformulação de leis e as normas que foram oferecidas para a escola nos primeiros anos da República.

Também fundamentais para a realização deste trabalho são as notícias extraídas dos periódicos de importante circulação na cidade de Juiz de Fora. Destacam-se aqui *O Pharol*, *Diário Mercantil* e *Jornal do Commercio*. As reportagens do *Diário Mercantil* e do *Jornal do Commercio* foram levantadas no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, já *O Pharol* foi levantado através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Correspondem às principais datas na trajetória desses grupos escolares, entre a efetivação da Lei João Pinheiro em 1907 e a inauguração dos prédios dos grupos escolares em 1929. Nesses periódicos, estão os principais artigos sobre a situação de Juiz de Fora no início do século XX, incluindo os arredores que abrigaram esses grupos escolares. A opinião pública também chegava às páginas desses periódicos, sendo uma importante fonte para contextualizar os moradores de Juiz de Fora e suas relações com o sistema sanitário da cidade, bem como o impacto dos grupos escolares na vida dessas

pessoas. O discurso da categoria médica também se faz presente no jornal, sendo mais um viés para analisarmos a divulgação na imprensa sobre o assunto.

Já no arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, foram levantados os Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, entre os anos de 1900 e 1920. Tais boletins são de suma importância para o debate envolvendo a categoria médica e odontológica, assim como a participação de ambas no processo de higienização da escola. Sobre isso, também será analisado o livro *Cidade Salubre*, de autoria do médico Eduardo de Menezes, datado de 1911, que se tornou o código sanitário da cidade na época, e que expressou alguns pensamentos da categoria médica sobre profilaxia na escola. Ao levantar esse material da SMCJF, havia a intenção de responder uma importante pergunta: na medida em que suas discussões se mostravam paralelas à agenda nacional, havia preocupação desses médicos com a escola? Essa investigação é fundamental se voltarmos os olhos para a inspeção médica e a profilaxia de doenças na escola, algo que passou a fazer parte das reformas educacionais ao longo das décadas de 1910 e 1920. Em algumas atas analisadas, foram encontrados esforços desses médicos para discutirem esse assunto<sup>10</sup>. Muitos foram os debates desses médicos sobre a inspeção escolar, mostrando alguns de seus esforços para inserção no ambiente escolar. Entretanto, apenas a partir de 1915, que essas iniciativas alcançaram seu objetivo com a instalação de um gabinete dentário nos grupos centrais e de um gabinete antropométrico em 1916, ambos por intelectuais ligados à Sociedade de Medicina e Cirurgia. Essa é mais uma interpretação sobre como os grupos escolares representariam um meio modernizador e ao mesmo tempo como um meio para que os médicos pudessem exercer suas práticas, e de certa forma, conquistar a população.

Consideramos, portanto, que nosso trabalho se insere na historiografia da saúde e da educação local, contribuindo para o debate em torno dos grupos escolares em Juiz de Fora, objeto tratado com frequência em muitos estudos locais sobre a educação. Nobert Elias (1993) destaca que a mudança na conduta e no sentimento humano rumo a uma direção específica do “Processo Civilizatório” constitui em planos e ações de pessoas isoladas que se entrelaçaram de forma amistosa e hostil, possibilitando um

---

<sup>10</sup> Em ata da reunião do dia 22 de junho de 1904, o Sr. José Dutra realizou a leitura de um trabalho remetido pelo Sr. Dr. Fernando de Moraes sob o título “Necessidade de Inspeção médica nas escolas e nas fábricas”. De acordo com Moraes, “é preferível evitar a doença do que combatê-la, razão porque a profilaxia é a mais poderosa arma de que a arte médica se servirá, à medida que a evidência dos fatos for a todos patenteado o seu valor, que a luz for se fazendo sobre a etiologia e patogenia da moléstia” (Cf. Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.27).

processo civilizatório<sup>11</sup>. Podemos apontar que as articulações de atores da educação e da saúde ajudaram nos avanços das políticas educacionais, pois não houve apenas a intenção do poder público em estabelecer a higiene ao longo dos anos por meio dos grupos escolares, mas uma ação conjunta, ainda que politicamente conflituosa, dos diretores das instituições e dos médicos e odontólogos locais. Entre publicações médicas em periódicos, relatórios institucionais e leis estaduais, o grupo escolar foi uma das peças do processo civilizador da sociedade juiz-forana.

Este debate visa preencher uma lacuna na historiografia local com um olhar voltado tanto para a saúde quanto para a educação, ressaltando aspectos das leis e reformas que, por muitas vezes, são colocadas de lado, seja na criação dos grupos escolares, no desenvolvimento das práticas higiênicas nas escolas e na contribuição dos médicos para a profilaxia escolar. Todos esses aspectos necessitam ser analisados em conjunto, para compreendermos, assim, o papel que a higiene representou nos avanços do cotidiano escolar no começo do século XX, e ainda, sua importância nas transformações do cotidiano de uma população, que aos olhos da República ainda estava associada ao atraso. A nova escola e a higiene escolar seriam instrumentos fundamentais para a consolidação do progresso de Minas Gerais e do Brasil.

---

<sup>11</sup> ELIAS, 1993, p.194.

## **CAPÍTULO 1: COM LÁPIS E PAPEL SE DESENHA A MODERNIDADE: A INSTALAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS**

A higiene escolar em Minas Gerais, ocorrida no começo do século XX, remete à origem de um sistema de ensino que, na passagem do Império para a República, fez parte do intento de definir uma nova organização para a instrução pública. A criação dos grupos escolares continha um debate médico-sanitário emergente no Brasil naquele momento, sendo este modelo de ensino considerado um objeto crucial para o progresso de Minas Gerais e da nação. O objetivo deste capítulo é apresentar nosso objeto de estudo: os grupos escolares na cidade de Juiz de Fora. A cidade, a primeira do estado a contar com o modelo republicano de ensino, se tornou fundamental para discutirmos a importância dos grupos escolares e a evolução da higiene escolar em Minas Gerais, assim como o impacto destas mudanças na sociedade. Neste capítulo, também revisitaremos alguns importantes estudos da historiografia da educação e da historiografia política local, fundamentais para os debates nos capítulos posteriores.

O significado do termo “grupo escolar” foi moldado no Brasil a partir de experiências locais que se espalharam por todo o país, em particular quando o novo regime percebeu que essa escola poderia ser um dos caminhos para a modernização da sociedade. O termo em si remete a uma ideia de “agrupamento” de escolas, mas, ao longo do tempo, a nomenclatura passou a representar uma estruturação diferenciada do sistema de ensino predominante até o final do século XIX, as escolas isoladas. No caso específico de Juiz de Fora, o termo “grupo escolar”, em um primeiro momento, tratava de uma agregação de “escolas isoladas” em um mesmo prédio, coordenadas por um único diretor. Depois dos primeiros anos de seu funcionamento, formulou-se a ideia e a constituição de uma ordenação por classe, com critérios mais homogêneos na constituição das séries escolares ou salas de aula<sup>12</sup>.

Juiz de Fora se destacou, naquele período, com a organização do ensino e das práticas de higiene escolar em Minas Gerais. Experimentou, inclusive, uma intensa relação com os modelos instituídos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Desse modo, é necessário traçar um histórico dos grupos escolares no Brasil para retomarmos a trajetória da instrução primária e as discussões que se formaram em torno das mudanças

---

<sup>12</sup> ROCHA, 2009, p.24.

que os intelectuais republicanos apontavam como necessárias para se alcançar o progresso.

O estudo sobre a emergência desses grupos deve ser feito não apenas de forma isolada e local, como também não deve ser compreendida apenas com um olhar nacional<sup>13</sup>. Assim, uma análise da trajetória do padrão republicano de ensino faz-se necessária a fim de se definir melhor o objeto que trataremos sob o olhar da higiene. É preciso, além disso, compreender como e por que, Juiz de Fora se tornou uma das protagonistas no debate da higiene e da instrução pública em Minas Gerais.

### 1.1 OS GRUPOS ESCOLARES SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA

A escola pública no Brasil do início do século XX foi construída sobre um modelo escolar duramente criticado – as escolas imperiais. Essas instituições, de acordo com Schueler e Magaldi (2009), eram vistas no fim do século XIX como sinônimo de atraso, precariedade, sujeira e mofo<sup>14</sup>. Por isso, a proposta era reestruturar a escola sob novos padrões que pudessem superar o passado. De acordo com as autoras, a modernidade da política republicana teria sido incumbida de apagar os traços políticos e sociais instalados pela Constituição de 1824 e pelo Ato Adicional de 1834<sup>15</sup>. Apesar da historiografia da educação ressaltar as dificuldades que o ensino público enfrentou por conta da política imperial, delegando às províncias a responsabilidade de legislar, organizar e fiscalizar o ensino, Schueler e Magaldi (2009) ressaltam que a Constituição Republicana de 1891 não trouxe grandes modificações em relação à distribuição de competências entre os estados.

Com a Proclamação da República, a crítica da decadência da instrução pública, por conta da herança imperial, ganhou evidência no Rio de Janeiro. Esse foi o momento no qual os políticos, defensores da instrução como via de integração do povo à nação,

---

<sup>13</sup> José Carlos Souza Araújo, em artigo sobre os grupos escolares em Minas Gerais explica que, as pesquisas histórico-educacionais ainda estão aquém no sentido de propiciar uma síntese explicativa sobre tal temática e que as dinâmicas estaduais que se avultaram em vista da assunção dos grupos escolares como norteamento político-educacional ainda são desconhecidas (ARAÚJO, 2006, p.236).

<sup>14</sup> SCHUELER; MAGALDI, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 37.

propuseram reformas da escola considerada atrasada<sup>16</sup>. É nesse contexto que a organização dos grupos escolares entra em pauta na agenda política.

A expansão do ensino público é tributária da Constituição de 1891. Dentre alguns aspectos dessa Constituição, ressalta-se a extinção do voto censitário e a imposição da alfabetização como condição para o exercício de direitos políticos<sup>17</sup>. O ensino público, além de laico<sup>18</sup>, deveria ser obrigatório e gratuito preparando indivíduos para o exercício da cidadania. Determinava também a repartição de competência entre os entes federados e a possibilidade de atribuição de sua realização a pessoas de direito privado<sup>19</sup>. Maria Cristina Teixeira (2008) ressalta que a Constituição de 1891 pode ser interpretada como um documento que previa avanços na área da educação, todavia mostrou-se limitada se considerarmos a situação do ensino público primário das duas primeiras décadas republicanas. Educadores como Anísio Teixeira (1969) consideraram que a Constituição de 1891 proporcionou poucas oportunidades para ascensão social<sup>20</sup>. Apesar disso, Maria Cristina Teixeira ressalta que a Constituição de 1891 deu um discreto, porém importante passo para a sistematização e a melhora das condições da educação no país<sup>21</sup>.

O sistema predominante até aquele momento – o de escolas isoladas – era considerado impróprio para a instrução. Isso implicou na recomendação de que os grupos escolares fossem instalados em um local apropriado para a educação escolar. Como aponta Faria Filho e Vidal (2000), essa percepção se intensificou no último quartel do século XIX, levando as escolas a serem tratadas como “monumentos” pelos republicanos que defendiam a constituição de espaços específicos dedicados ao ensino<sup>22</sup>. Em Minas Gerais, esses espaços foram tratados pelos educadores reformistas como “palácios”<sup>23</sup>. Com isso, muito se refletiu sobre o que o novo sistema de ensino poderia representar e quais novidades deveriam trazer em sua organização. A

---

<sup>16</sup> FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.24.

<sup>17</sup> TEIXEIRA, M., 2008, p.152.

<sup>18</sup> Destacamos que, apesar da Constituição de 1891 ter oficializado a separação do Estado e da Igreja propiciando ao ensino um caráter laico, o catolicismo – em especial – persistiu em estar presente no ensino público, incluindo Minas Gerais, onde a Igreja Católica continuou a enfatizar, durante os primeiros anos do século XX, o papel da religião como zeladora da ordem moral e mantenedora da ordem social, refletindo-se nas mudanças expressas na Constituição de 1934, que previu a frequência facultativa do ensino religioso nas escolas públicas. (Cf. JUNQUEIRA, 2010.).

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>20</sup> TEIXEIRA, A., 1969, p. 295.

<sup>21</sup> TEIXEIRA, M., *Op. cit.*, p. 155.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>23</sup> ARAÚJO, 2006, p.234.

denominação “grupo escolar”, inclusive, chegou a ser questionada por alguns intelectuais<sup>24</sup>. De sua parte, o poder público desejava que tal nomenclatura não representasse um “agrupamento” de escolas e fosse assim entendido pela população. Esse novo modelo deveria exercer um maior controle das atividades do corpo docente e da própria educação primária, criando desse modo uma nova “tecnologia pedagógica”:

Os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.<sup>25</sup>

Esse modelo começou a ganhar destaque com a reforma educacional iniciada no ano de 1893 em São Paulo e liderada pelo educador Caetano Campos, que instituiu um novo formato para o ensino primário paulista com a “Escola-Modelo”<sup>26</sup>. Essa escola passou a influenciar outros projetos educacionais, servindo de base para a implantação de práticas escolares em outros estados e tornando-se um parâmetro para o grupo escolar<sup>27</sup>. O modelo paulista produziu uma nova organização escolar na qual as matérias lecionadas tornaram-se seriadas e os alunos eram atendidos em classes, ao invés de “isolados”. O tempo escolar também passou a ser organizado com um quadro de horários alocando cada matéria em um período determinado<sup>28</sup>.

Nesse projeto, a estrutura arquitetônica foi a grande protagonista, tal como a sua localização, pois a instalação se deu em um centro urbano, onde a escola ganhou visibilidade. Dessa forma, tendo como parâmetro o formato monumental expresso pelas escolas modernas e urbanas de São Paulo, os grupos escolares viriam a ser edificadas em formato semelhante. Geralmente com quatro, oito ou dez classes, em um ou dois pavimentos, incluindo ainda bibliotecas, sala de professores e da direção, sendo construído simetricamente em torno de um pátio que ficava no centro, para assim oferecer um espaço que seria dividido entre meninos e meninas<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> FARIA FILHO, 2000, p.36.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.37.

<sup>26</sup> SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.43.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.35

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.43.

<sup>29</sup> FARIA FILHO, *op.cit.*, p.25.

Esse novo modelo de escola, oriundo de São Paulo, fez parte de uma reforma modernizante que a República ansiava para o país. As escolas nesse momento se espalhavam como símbolo dessa civilização e anunciavam um novo tempo substituindo as igrejas – símbolo do passado, como sugere Heloisa Helena Pimenta Rocha (2003):

Escolas, ao invés de igrejas, espalhavam-se por todos os cantos. Símbolos da civilização anunciavam um novo tempo, em que a razão, suplantando a fé, converteria a cidade dos jesuítas em reminiscência do passado. O aumento do número de escolas não seria, entretanto, a única evidência das transformações que vão fazendo desaparecer a velha cidade. Os ares da civilização soprariam em todas as direções, fazendo surgir novos valores, novos costumes e impondo novas feições à pacata São Paulo.<sup>30</sup>

Em se tratando da arquitetura desses grupos escolares, a proposta de um local próprio para o ensino inspirada no modelo paulista, vem sendo discutida por vários autores inspirados na perspectiva de Foucault sobre *panoptismo*, desenvolvida na obra *Vigiar e Punir*<sup>31</sup>. Conforme Barbosa (2011) e Rennó (2009), o *panótipo* estabelece uma conexão com a cultura escolar proposta nesse período, a partir da classificação dos alunos pelo ensino mútuo quanto ao seu desempenho<sup>32</sup>. O ponto central dessa bibliografia estabelece os grupos escolares no Brasil do começo do século XX como semelhantes ao *panoptismo* pelo formato da sala de aula, a divisão por sexo, o pátio central, dentre outros fatores que condicionaram o comportamento do aluno facilitando, principalmente, a vigilância sobre eles. Esse modelo, segundo os autores citados, acabaria por influenciar diretamente na dinâmica dentro da sala de aula. Barbosa (2011) destaca que a partir dessa disposição, “o olhar do professor se torna ainda mais classificador (...) organizando os alunos segundo sua idade desempenho e comportamento. Os lugares determinados possibilitam um maior controle individual”<sup>33</sup>. Entretanto, deve-se ter cautela ao analisarmos a proposta de grupo escolar e a sua efetivação, visto que até mesmo as instalações de muitos desses grupos eram, na verdade, prédios já existentes que sofreram adaptações para tal funcionalidade, construídos sem qualquer intenção de exercer tal vigilância sobre os corpos dos alunos. Portanto, a leitura foucaultiana sobre a escola a partir da disciplina e da vigilância, muito presente na história da educação, deve ser mitigada e apropriada, quando

---

<sup>30</sup> ROCHA, 2003, p.20.

<sup>31</sup> FOUCAULT, 1999.

<sup>32</sup> BARBOSA, 2011, p.5.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.6

possível, com as ressalvas do abismo entre projetos, intenções e práticas escolares em cada experiência.

O modelo paulista escolar influenciou reformas educacionais em outras partes do Brasil e, como apontam Schueler e Magaldi (2009), é preciso atentar para as especificidades locais ao analisarmos a difusão do modelo escolar paulista. “A circulação, apropriação, e (re) invenção dos modelos educacionais se impõem como um problema central” para se entender a trajetória da instrução pública no Brasil<sup>34</sup>. O ponto fundamental para esta dissertação é justamente o da apropriação do contexto local.

De acordo com Diana Vidal (2006), esse novo sistema de ensino responsável pela alfabetização de boa parte da população nacional, emergira nas duas primeiras décadas republicanas, em outros estados, como é o caso do Rio de Janeiro, segunda cidade em que os grupos escolares foram oficialmente instalados no Brasil em 1897<sup>35</sup>. Existe uma peculiaridade ao abordarmos o ensino público no Rio de Janeiro, uma vez que já havia indícios desse sistema de ensino antes da República, com as chamadas “Escolas do Imperador”. Essas escolas foram financiadas por recursos do império e da prefeitura do Rio de Janeiro<sup>36</sup>. Tais instituições reuniram as escolas isoladas aplicando o ensino seriado, configurando em sua organização instrumentos para novas funções, como as classes constituídas por alunos subordinados aos seus respectivos professores que, por sua vez, passavam a serem subordinados aos diretores. É nessa escola que a inspeção escolar se destaca e se difunde, tornando-se o principal instrumento de fiscalização do ensino na parte do Estado<sup>37</sup>.

Com o decreto legislativo nº38, datado de maio de 1893, a municipalidade ficaria a cargo da construção dos grupos que teriam locais próprios para a realização do ensino, que passaria a ser obrigatório<sup>38</sup>. Isso não quer dizer que tenha sido efetivado, pois uma das maiores reclamações dos educadores era justamente a frequência dos alunos. A data de 1897 – em que então se inaugura o primeiro grupo escolar do Rio de Janeiro – é a quando em que a antiga “escola do imperador”, Escola de São Sebastião,

---

<sup>34</sup> SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.44.

<sup>35</sup> Ainda de acordo com Vidal, os grupos escolares se expandiram pelo Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1911), Sergipe (1911), Paraíba (1916) e Piauí (1922), sendo extintos somente em 1971 com a promulgação da Lei nº5692 (Cf. VIDAL, 2006, p.7).

<sup>36</sup> SCHUELER; MAGALDI, *op.cit.*, p.38.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>38</sup> Esse decreto traz alguns aspectos indicados na lei nº85 de 1892 que regulamenta o ensino primário e secundário no Rio de Janeiro, em que os custos do ensino relacionado a profissionais, edificações entre outros, passaria a ser encargo da municipalidade. (Cf. SCHUELER; MAGALDI, *op.cit.* p.40).

recebe outro nome: Escola Benjamin Constant, uma clara referência à presença da República e do positivismo nesses espaços educacionais<sup>39</sup>. Schueler e Magaldi (2009) destacam que essa data acaba se tornando um marco republicano em uma escola que já existia no final do Império. Interpreta-se essa situação como uma “troca de roupa e não de pele”, sugerindo que as disputas referidas a projetos de escolarização e de construção da nação foram desconsideradas pela historiografia, ao longo dos anos, devido à memória central da novidade que a instituição republicana recebeu<sup>40</sup>.

É plausível apontarmos que a educação, em prol do progresso do país, era um dos principais ideais desse movimento reformador que surgiu na virada do século XIX para o XX. Os elementos cívicos e patrióticos, as festividades e o dia a dia das escolas as transformavam em centros de difusão de ideias que, através dos alunos, atingiriam suas famílias e, assim, alcançariam a sociedade. Vale ressaltar que esse Rio de Janeiro é aquele do final do século XIX, momento em que passava por intensos conflitos políticos e econômicos, principalmente causados pelo encilhamento, tendo a educação assumida, segundo alguns autores, um papel de redentora dos que eram considerados ainda ignorantes aos olhos da República<sup>41</sup>. No contexto em análise sobre os grupos escolares, a proximidade entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora e a distância desta em relação à Belo Horizonte foram fundamentais para que a “Manchester Mineira” buscasse se modernizar incorporando aspectos referentes à capital federal.

A “Lei João Pinheiro”, de 1906, foi de extrema importância ao lançar em Minas Gerais uma dinamização da política, voltando às atenções para o investimento na instrução como forma de elevar ainda mais o estado a uma importante posição na política e economia brasileira. Essa foi a primeira lei republicana no estado que reformou o ensino de modo significativo, trazendo um modelo “inédito” no estado e que passaria por diversas alterações ao longo da Primeira República.

---

<sup>39</sup> Nesse ano, acontece mais uma reforma educacional, com a Lei nº377 de 23 de março de 1897, que não modifica a constituição dos grupos escolares como escolas reunidas em um mesmo prédio para ambos os sexos. (Cf. SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.40).

<sup>40</sup> SCHUELER; MAGALDI, *op.cit.*, p.45.

<sup>41</sup> CÂMARA; BARROS, 2006, p.280.

## 1.2 DEPOIS DA PROCLAMAÇÃO: O DEBATE EM TORNO DA CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS

Os grupos escolares surgiram em Minas Gerais com a lei nº439, dias após João Pinheiro da Silva ter assumido o cargo de Presidente do Estado, em 07 de setembro de 1906. O político, originário da velha cidade do Serro, foi um ator decisivo para o processo de implantação desse sistema de ensino. Para ele, a República ainda era frágil, e eram predominantes as características do Império, criando uma situação que, em sua concepção, era cada vez mais grave no ponto de vista social e econômico<sup>42</sup>. João Pinheiro compreendia a educação como um caminho para a construção de uma sociedade livre e próspera<sup>43</sup>. Apontava as dificuldades de se construir uma nação, principalmente por conta dos resquícios da escravidão que predominara por mais de três séculos, pela doença física provocada pela falta de saneamento e pela indigência intelectual de um analfabetismo que alcançava grande parte do país<sup>44</sup>.

Conhecida como “Reforma João Pinheiro”, a lei trouxe consideráveis mudanças na educação pública de Minas Gerais. E o nome “grupo escolar” veio para simbolizar uma reforma que pretendeu instalar um sistema de ensino que fosse um atributo republicano, eliminando quaisquer resquícios que pudessem ser atribuídos ao Império. A partir da reforma de João Pinheiro, ficou instituído o ensino graduado com quatro anos de duração, a criação de turmas homogêneas, um programa de ensino padronizado e, além disso, a definição de horários específicos para suas turmas, na tentativa de trazer uma “especificidade” para uma educação de aspecto físico, intelectual e moral<sup>45</sup>.

No Regulamento do Ensino Primário, instituído pelo decreto nº1960, nota-se uma preocupação em proporcionar uma edificação específica na escola, com características próprias para seu funcionamento. A partir de tal reforma, o poder público passa a se responsabilizar não só pela criação e manutenção dos prédios que pudessem receber os grupos, como também pelo fornecimento de material escolar e mobiliário e principalmente, pela organização e divisão de tarefas dos inúmeros cargos que surgiriam com essas escolas – incluindo o de diretor<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> DULCI, 2005, p.113.

<sup>43</sup> BOMENY, 2005, p. 143.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.147.

<sup>45</sup> FARIA FILHO; VAGO, 2000, p.38.

<sup>46</sup> MINAS GERAIS, Decreto nº1960, 1906, p.167.

Diferentemente do sistema de ensino predominante até então, os grupos escolares enfatizaram a necessidade de especificar os cargos nessas escolas, definindo as funções de diretores e de professores, cada um contribuindo para o funcionamento escolar. Assim, caberia ao diretor, por exemplo, organizar o pagamento dos professores, fiscalizar o corpo docente e se responsabilizar por solicitar aos inspetores de ensino quaisquer necessidades do grupo<sup>47</sup>. Já ao cargo de professor, que poderia ser adjunto ou responsável por determinada cadeira, caberia conduzir as classes, zelar pela escola mantendo a boa ordem e ajudar na organização dos materiais<sup>48</sup>.

Nesse primeiro momento, o grupo escolar, de acordo com Decreto nº1960, de 1906, deveria, aos poucos, substituir as escolas isoladas – aquelas mantidas e organizadas pelos professores em suas casas, uma vez que elas poderiam ser dissolvidas nos locais em que houvesse a instalação desse novo sistema de ensino<sup>49</sup>. Faria Filho (2000) argumenta que a preocupação das autoridades, no momento anterior à reforma, era a abrangência e não a qualidade. Era preciso que um professor ou um grupo de moradores de determinada região, com um mínimo de crianças em idade escolar, solicitasse ao governo a criação de uma cadeira de instrução primária no local<sup>50</sup>. Nota-se que a figura do professor era indispensável na criação das escolas isoladas. Era ele quem fundava a escola, administrava e também lecionava, criando uma aproximação ainda maior com a comunidade. O governo estadual chegava a remunerar e fiscalizar o professorado e, por vezes, pagava o aluguel da propriedade ou fornecia móveis e material escolar<sup>51</sup>.

A partir da implantação das escolas graduadas – que classificavam os alunos a partir de seu nível de desempenho – através do grupo escolar, foi possível o agrupamento de alunos facilitando a uniformização dos métodos e dos conteúdos que, para muitos, deveriam servir como um meio para a superação dos entraves ressaltados pela República. A criação dessas escolas foi defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas também, como uma forma de “reinventar a escola”<sup>52</sup>. A história da educação aponta que, para os políticos republicanos, a nova forma de organização escolar contribuiria para o progresso social e econômico.

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.159.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.166.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.159.

<sup>50</sup> FARIA FILHO; VAGO, 2000, p.28.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.29.

<sup>52</sup> FARIA FILHO, 2000, p.31.

Irlen Gonçalves (2004) assinala que a reinvenção da escola se fez presente desde o início da República, por conta das demandas de integração do povo à nova ordem republicana, além da alocação do trabalhador livre no mercado de trabalho<sup>53</sup>. Essa perspectiva, de acordo com o autor, foi o que evidenciou a intenção dos propositores de uma homogeneização social. Os discursos dos mais diversos políticos do estado objetivavam fundar uma nova realidade social, política e econômica, utilizando argumentos que iam desde a avaliação (negativa) da situação precária na qual se encontrava a realidade mineira, até proposições “salvadoras” que tirariam o estado de calamidade em que se encontrava<sup>54</sup>.

A reforma no governo de João Pinheiro se destacou em um período de “busca pelo progresso”, que nesse momento representava uma melhoria a partir do empreendimento de obras, construções, indústria e comércio, passando cada vez mais a associar-se à ideia de desenvolvimento material<sup>55</sup>. Na visão desses reformistas, a instrução se torna fundamental para o desenvolvimento social, assim como também para manutenção do poder político. Se voltarmos o foco para Minas Gerais, Claudia Viscardi (2012) sugere que, nesse momento, o estado conseguira alcançar um importante patamar no cenário nacional com a dinâmica conhecida como “Política do Café com Leite”, encontrando em São Paulo “mais um parceiro a ser temido do que um aliado plenamente confiável”<sup>56</sup>. Defendemos que, em um período no qual o progresso deveria se manifestar através de obras e reformas pelo país, a criação dos grupos escolares em Minas Gerais e os esforços de alfabetização, para além de sua dimensão civilizadora, foi parte integrante de um projeto de ampliação do eleitorado e aumento do peso político de Minas Gerais no cenário nacional.

João Pinheiro utilizou o ensino público como elemento articulador de uma política que, na medida em que o Estado investisse na instrução primária e no ensino agrícola – como base para reorganizar o trabalho e gerar empregos – ocorreriam avanços nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais<sup>57</sup>. Como apontam Irlen Gonçalves e Vinicius Machado (2009), “a educação técnico-agrícola começaria pela escola primária, preparando ‘os operários rurais’, indo até o ensinamento ao próprio

---

<sup>53</sup> GONÇALVES, 2004, p.44.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.45.

<sup>55</sup> AZEVEDO, 2003, p.157.

<sup>56</sup> VISCARDI, 2012, p.291.

<sup>57</sup> MACHADO; GONÇALVES, 2009, p.1.

lavrador pela constituição das fazendas-modelo, o ensino secundário”, na intenção de formarem jovens que ajudassem as necessidades da produção agrícola e ingressassem no mercado de trabalho<sup>58</sup>. A reforma instituída em 1906 também previu a criação de cursos técnicos nos grupos escolares, a educação profissional aos pobres; classificou escolas isoladas em urbanas e distritais; definiu a idade escolar (entre 7 e 14 anos para meninos e entre 8 e 12 para meninas) e ainda tornou obrigatório o ensino noturno para adultos<sup>59</sup>. Porém, como sabemos, vários elementos da reforma não foram implementados.

Os grupos escolares proporcionaram o surgimento de novas figuras e personagens dentro do ambiente escolar, com a intenção de superar as características das escolas isoladas. As novidades dessa organização incluíam o corpo docente, administrativo e discente, assim como uma nova organização espacial refletida nas construções arquitetônicas e supervisionada pelos inspetores escolares. De acordo com Irlen Gonçalves (2005), a partir da Lei João Pinheiro os inspetores de ensino receberam um importante destaque, se tornando uma espécie de “fiscal da escola”<sup>60</sup>. Em tempos em que a preocupação com a saúde, a assistência, a habitação e o trabalho ganhava destaque, o grupo escolar surgia com uma nova dinâmica para enfrentar o que se considerava problemas advindos do Império. O trabalho de José Carlos Souza Araújo (2006), que discute os grupos escolares em Minas Gerais com o olhar da política, auxilia nessa compreensão. Utilizando a teoria de Viñao Frago (2001), que apontou as reformas escolares como esforços planejados para a correção de problemas sociais percebidos, esse autor concluiu que a distinção entre as reformas e as inovações proporcionam uma leitura aos grupos como uma política republicana resultada de intervenções que objetivavam a correção de problemas sociais e de problemas educacionais. Dessa forma, essas intervenções viriam moldar as leis que efetivaram os grupos escolares e promoveriam a criação de uma nova cultura escolar<sup>61</sup>.

É importante ressaltar, mesmo que brevemente, o debate em torno de cultura escolar e seu vínculo com essa nova dinâmica formada dentro do espaço educacional,

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.5

<sup>59</sup> MINAS GERAIS, Decreto nº1960, 1906.

<sup>60</sup> Era tarefa do Inspetor, “visitar as escolas, para averiguação do seu estado de funcionamento e de regularidade das suas funções educativas, era uma das tarefas dos inspetores que, além disso, relatavam o cumprimento dessa sua função utilizando, pelo menos, dois expedientes de registro: o Termo de Visita, que ficava registrado no ‘Livro de Termo Visitas’, na própria escola visitada (...) e um relatório minucioso, que deveria ser enviado à Secretaria” (GONÇALVES, 2005, p.3).

<sup>61</sup> ARAÚJO, 2006, p.239.

como base para compreendermos as mudanças trazidas pela Lei João Pinheiro e as alterações que as reformas no ensino sofreram ao longo da década de 1910 e 1920, que serão abordadas nos capítulos posteriores. A ideia de “cultura escolar” do historiador francês Dominique Julia (2001) auxilia nessa compreensão:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas, finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização.<sup>62</sup>

Julia desafiou a historiografia da educação a debater as práticas cotidianas e o funcionamento interno da escola a partir desse conceito, principalmente ao dar destaque às normas e práticas escolares<sup>63</sup>. Sobre tal discussão, levantou um preocupado questionamento. Interrogou como o corpo profissional obedecia e aplicava as normas e os dispositivos pedagógicos. Em seu trabalho, ele sugere que, para compreendermos a cultura escolar, é necessário ir além dos limites da escola, podendo-se identificar em um sentido mais amplo nos modos de pensar e de agir difundidos na sociedade, que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades se não por intermédio de processos formais de escolarização<sup>64</sup>. Nessa formulação, a cultura escolar deve ser interpretada como parte da escola, e que no grupo escolar determina uma nova dinâmica, tanto na organização espacial quanto nas relações estabelecidas entre professores, alunos e familiares.

João Barroso (2006) também identificou algumas formas de cultura escolar: “funcionalista” em que seria a cultura veiculada através da escola como uma espécie de transmissora; “estruturalista” na qual seria produzida pela forma escolar de educação, ou seja, por planos de estudos, disciplinas, organização etc.; e, por fim, numa perspectiva “interacionista” em que haveria uma cultura organizacional da escola, devendo se falar de cada escola de forma particular, e não global<sup>65</sup>.

Existem diversas interpretações sobre “cultura escolar”, mas estudos a consideram a partir de um conceito unificador, relacionando diversas áreas específicas

---

<sup>62</sup>JULIA, 2001, p.10

<sup>63</sup> GONÇALVES, 2004; FARIA FILHO; GONÇALVES; VIDAL et al, 2004, p.139-159.

<sup>64</sup> JULIA, *Op. cit.*, p.11.

<sup>65</sup> BARROSO, 2006, p.2.

em que as escolas operam, transformando-a assim não só em um conceito, mas em uma prática<sup>66</sup>. Viñao Frago (1995) apontou para o fato de que a cultura escolar devesse atentar às práticas instauradas no interior das escolas, podendo transitar entre alunos e professores, normas e teorias<sup>67</sup>. De uma forma ou de outra, a cultura escolar passou, assim, a fazer parte dos principais debates sobre o real papel dos professores, suas funções, a organização da escola e principalmente a sua relação com os atores presentes no ambiente escolar, fato essencial na reorganização do ensino com os grupos escolares.

De acordo com Sandra Maria de Oliveira e Sônia Maria dos Santos (2007), a escola na execução da Lei João Pinheiro deixava as casas e as igrejas para ocupar as praças e as avenidas das cidades, tornando-se pública e com um duplo sentido: deixava de ser coisa do mundo privado (da casa e, portanto, da intimidade familiar), para se tornar conhecida da população<sup>68</sup>. A mudança física e simbólica da escola permitiu a construção de uma nova cultura escolar através desses grupos.

Em Minas Gerais, a configuração de uma nova cultura escolar foi inspirada pela pelas reformas no Rio de Janeiro e em São Paulo que produziram modificações relevantes na organização escolar. Essa visão nos instiga, ao longo desta dissertação, a discutir as transformações que o grupo escolar trouxe para Minas Gerais, voltando nosso foco para Juiz de Fora, cidade que protagonizou a incorporação e difusão desse modelo escolar com características próprias.

### 1.3 O ENSINO PÚBLICO EM JUIZ DE FORA NO ALVORECER DA REPÚBLICA

João Pinheiro se tornou definitivamente um nome associado à criação dos grupos escolares em Minas<sup>69</sup>. Sede do governo, a capital Belo Horizonte tornou-se protagonista dessa “novidade” que se criara na educação estadual. Entretanto, ao analisarmos as fontes sobre a instalação dos grupos e, além disso, sobre a organização e desenvolvimento da higiene escolar, observamos que esse novo arranjo surgiu com particularidades em outros lugares. O município de Juiz de Fora, e muitos dos atores

---

<sup>66</sup> POL; HLOUSKOVA; NOVOTNY, et al, 2007, p.64.

<sup>67</sup> FRAGO, 1995, p.69

<sup>68</sup> OLIVEIRA, 2007, p.6.

<sup>69</sup> João Pinheiro seguiu seu mandato até 1908 quando este foi interrompido devido à sua precoce morte.

políticos que nele atuaram, se tornaram peças fundamentais para o desenvolvimento dos grupos escolares em Minas Gerais, ao adotarem características contextuais importantes.

Juiz de Fora, cidade localizada na região da Zona da Mata mineira, surgiu por volta de 1840, momento em que as terras pertencentes ao Caminho Novo – que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro – passaram a ser ocupadas. Inicialmente, com o nome Santo Antônio do Paraibuna, foi considerada vila até 1856, ano em que foi elevada à condição de cidade<sup>70</sup>. Já na segunda metade do século XIX, Juiz de Fora foi adquirindo rapidamente uma característica industrial. Era a principal produtora de café daquela região, e a partir da década de 1860 começou a se desenvolver<sup>71</sup>.

Com a estrada União-Indústria, a cidade se tornou um importante polo comercial, principalmente por estar inserida em um processo econômico baseado na exportação cafeeira, que qualificava a Zona da Mata Mineira como uma região muito dinâmica<sup>72</sup>. De acordo com Anderson Pires (2004), essa região vivenciou uma dinamização do mercado interno de bens assalariados – têxteis e alimentos – e uma ampliação de níveis gerais da monetização da economia, desenvolvidas principalmente por conta de uma intensa variedade de oportunidades de trabalho<sup>73</sup>. A cidade contava com diversas fábricas têxteis no começo dos anos 1900, o que a fortaleceu como o principal centro industrial do estado e superando, inclusive, a capital Belo Horizonte<sup>74</sup>. Além disso, sediava eventos culturais, além de possuir cinemas e teatros frequentados pela elite, a cidade se tornou o mais importante centro urbano e comercial da região, oferecendo serviços como transporte, luz elétrica, telefone, saúde e educação<sup>75</sup>. Desta forma, na transição do século XIX para o XX, Juiz de Fora estava bem posicionada economicamente e, até a década de 1920, foi caracterizada, principalmente, pela produção cafeeira que proporcionou não só a industrialização, mas também o desenvolvimento de áreas que se associavam ao projeto econômico como bancos, comércio – principalmente atacadista –, ferrovias, entre outras<sup>76</sup>.

Vanda Vale (1996) destaca que Juiz de Fora não experimentou a característica colonial e barroca imprimida em grandes centros do estado de Minas Gerais, tendo sido

---

<sup>70</sup> MIRANDA, 1990, p.85.

<sup>71</sup> CHRISTO, 1994, p.14.

<sup>72</sup> PIRES, 2004, p.19.

<sup>73</sup> PIRES, 2004, p.34.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.37.

<sup>75</sup> BARROS, 2008, p.24.

<sup>76</sup> BORGES, 2007, p. 36.

o Rio de Janeiro uma das grandes influências para essa onda modernizadora presente na cidade mineira, principalmente após a Proclamação da República<sup>77</sup>.

Elaine Barroso (2009) ressalta que a cidade esteve inserida em um contexto de modernização – uma tendência que se verificou por todo o Brasil. Na capital do Império, e em suas principais cidades, a tentativa de modernização significava a organização urbana e a busca por salubridade<sup>78</sup>. Juiz de Fora foi, assim, submetida a diversas transformações e modificações em seu espaço urbano. Tal como outras cidades do Brasil – entre elas Rio de Janeiro –, se inspirava nas mudanças ocorridas na Europa a fim de civilizar-se e alcançar o progresso<sup>79</sup>. Para Maraliz Christo (1994), civilizar-se significava estar próximo da vida mundana do Rio de Janeiro, se prendendo nas teias do que é chamado “colonialismo interno”<sup>80</sup>. A elite em Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, com uma pretendida identidade moderna, mas ao mesmo tempo conservadora, tomou a Corte Imperial como uma grande referência para transformar a cidade em um símbolo de poder, e um lugar atraente “para o bem viver de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança”<sup>81</sup>. Isabel Borges (2007) destaca ter sido nesse momento que as Companhias de Teatro, os jovens bacharéis, os políticos, poetas e professores começaram a surgir em Juiz de Fora, tornando a cidade cada vez mais atrativa para os trabalhadores – em suas maiorias imigrantes –, além de proporcionar um espaço modificado por construções e alargamento de muitas ruas<sup>82</sup>.

A cidade da Zona da Mata Mineira foi um cenário privilegiado para o surgimento de diversos políticos e intelectuais que demandavam o progresso econômico e social em Minas Gerais. No final do século XIX, por exemplo, médicos fundaram a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em 20 de outubro de 1889. Periódicos começavam a circular com mais força – mesmo que com uma audiência mais limitada por conta do analfabetismo. Por se espelhar no Rio de Janeiro, esforçava-se para ser referência no estado de Minas Gerais, principalmente na estética de sua organização urbana que permitia um convívio entre pedestres e natureza, adicionando sinais de

---

<sup>77</sup> VALE, 1996, p.6.

<sup>78</sup> BARROSO, 2008, p.44.

<sup>79</sup> CHRISTO, 1994, p.12.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>81</sup> GOODWIN Jr., 1996, p.86.

<sup>82</sup> BORGES, *op. cit.*, p.38.

modernidade como postes de eletricidade e seus fios<sup>83</sup>. Um exemplo desse espelhamento seria uma das principais vias da cidade, a Avenida Barão do Rio Branco, que abrigou o prédio do primeiro grupo escolar da cidade:



Imagem 1: Av. Barão do Rio Branco, Juiz de Fora – 1900.  
Fonte: AMARAL (2006, p.25).

Barroso (2009) ressalta que, entre as décadas de 1880 e 1890, a cidade de Juiz de Fora foi marcada por uma crescente industrialização e urbanização, aceleradas principalmente pelo aumento da oferta da mão de obra assalariada, resultante do fim da escravidão e da chegada dos imigrantes<sup>84</sup>. Neste mesmo momento, de acordo com a autora, houve no Brasil uma “finalidade emergente” da supressão de focos de doenças que, na visão de setores dominantes, estariam associados aos cortiços imundos, às massas e à falta de higiene<sup>85</sup>.

Esses aspectos são ressaltados na obra de Sidney Chalhoub (1996), na qual o autor associa o surgimento da ideologia da higiene no Brasil à concepção da ameaça dos pobres e à propagação de doenças. Nessa compreensão, a estratégia de combate ao problema é apontada em duas etapas, sendo a primeira a repressão de hábitos de “não-trabalho” dos adultos e, a longo prazo, o cuidado na educação dos menores<sup>86</sup>. O destaque que Chalhoub faz nos chama atenção para o fato de que, em fins do século

---

<sup>83</sup> BRAGA, 2009, p.43.

<sup>84</sup> BARROSO, *Op. cit.*, p.47.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.48.

<sup>86</sup> CHALHOUB, 1996, p.29.

XIX, a higiene acaba sendo associada à miséria, que por sua vez é vista como consequência da falta de desenvolvimento e modernização. As políticas públicas passam, então, a desenvolver um discurso voltado, principalmente, para as massas, servindo de “suporte ideológico” para a ação “saneadora” de médicos, engenheiros, entre outros, que desejavam fazer uma “civilização europeia nos trópicos”<sup>87</sup>. Estas ideias, que circulavam fervorosamente pelo Brasil, estimularam alguns atores em Juiz de Fora a usarem como base o discurso da higiene e da educação para o desenvolvimento da modernidade na sociedade. A “Europa dos Pobres”<sup>88</sup>, título que ao mesmo tempo que elogiava também criticava uma condição social precária, começava a tomar forma e, com a ajuda de professores e médicos, a escola passou a constituir um dos instrumentos necessários para o alcance do progresso.

Ao tratarmos de educação e da higiene no começo do século XX, alguns nomes aparecem ligados aos movimentos das reformas que lutavam para estabelecer o novo modelo do grupo escolar em solo mineiro. Estevam de Oliveira, inspetor escolar técnico e residente na região no começo da década de 1900, foi um deles. Vislumbrou a importância dessa escola para o estado de Minas Gerais para enfrentar as mazelas no ensino público do estado. A sua crítica foi direcionada às escolas isoladas com um sistema multisseriado<sup>89</sup>, que contavam com um único professor lecionando e coordenando a turma, algumas vezes sendo mantidas pela Câmara Municipal ou pelo estado. Tais escolas também não alcançavam o público em idade obrigatória escolar, problema que fomentou mais críticas a esse sistema de ensino<sup>90</sup>.

O inspetor passou a estudar as legislações vigentes em outros estados que possuíam as escolas graduadas e, ao final de 1900, propôs que fossem criados grupos escolares em Juiz de Fora, o que de fato aconteceu em 1901, em Juiz de Fora e em São João Nepomuceno. Todavia, o ato não foi autorizado oficialmente pela Secretaria do Interior e, apesar dessas escolas receberem o nome de Grupo Escolar, não se aproximavam das experiências ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Isso ocorreu porque, segundo alguns autores, Estevam de Oliveira tinha conhecimento

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.35.

<sup>88</sup> Denominação dada por Silvio Romero, fundador da Cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras. Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira (Cf. ROMERO, 1910, p.11).

<sup>89</sup> Entende-se por multisseriadas as escolas organizadas em uma única sala, reunindo alunos pertencentes às quatro séries iniciais do ensino final, geralmente sob a regência de um único professor.

<sup>90</sup> ROCHA, 2009, p.23.

apenas teórico sobre o assunto<sup>91</sup>. A edificação onde funcionou esse grupo experimental em Juiz de Fora, localizado na Rua Marechal Deodoro, enfrentou problemas de precariedade e salubridade, como a iluminação da sala de aula que não obedecia aos preceitos de higiene escolar. Além disso, possuía a frequência de apenas 46 alunos, número inferior ao de muitas escolas isoladas naquele momento<sup>92</sup>.

Contudo, esse foi um importante passo para a experiência com grupos escolares na cidade e de certa forma um diferencial frente às outras cidades do estado – inclusive à capital, Belo Horizonte. Em 1902, Estevam de Oliveira partiu para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo em uma viagem comissionada para observar pessoalmente o funcionamento de tais escolas<sup>93</sup>. Oliveira retornou a Juiz de Fora deslumbrado com o que vira na capital federal e em São Paulo, interpretando as escolas isoladas como o grande problema da educação pública na cidade.

O inspetor, em relatório que propunha uma reforma na instrução pública, destacou o atraso de Minas Gerais em relação aos modelos educacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro nos quais qualificou de superior e intermediário, respectivamente<sup>94</sup>. Entretanto, apesar de apoiar-se nas reformas desses dois estados, o inspetor não deixou também de se preocupar com especificidades de Minas Gerais que, de acordo com Cristiane Souza (2013), incluía a criação de institutos de ensino primário apropriados, com a organização de preceitos higiênicos até os pedagógicos; e a formação do professorado da escola, em que houvesse preparação com o pessoal técnico para que fosse capaz de executar o plano previamente traçado<sup>95</sup>.

Este relatório, produzido pelo inspetor, foi publicado como livro em 1902, sob o título de *Reforma do Ensino Primário e Normal de Minas Gerais*. Nele, Estevam de Oliveira discutiu questões referentes à higiene escolar, ao mobiliário, ao conteúdo que deveria ser lecionado e, principalmente, destacou suas percepções sobre as escolas das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apontou o Rio de Janeiro como um local que enfrentava dificuldades financeiras, explicação para uma evolução menor dos seus grupos escolares, mas isso não o impedia de ter excelentes normalistas em seu corpo profissional, considerado superior ao de Minas Gerais. Já sobre os grupos escolares de

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.36.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.49.

<sup>93</sup> FARIA FILHO, *op.cit.*, p.27.

<sup>94</sup> SOUZA, *op. cit.*, p.43.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p.57.

São Paulo, defendeu fortemente a importância dos espaços físicos que permitiriam o estabelecimento de uma escola higiênica e organizada de acordo com preceitos modernos<sup>96</sup>.

As propostas de Estevam de Oliveira, em 1901, influenciaram na construção das ideias contidas na lei do ano de 1906. A constituição de grupos experimentais e, mais ainda, o interesse pelas legislações e experiências “vizinhas”, associado aos debates locais, permitiram que a Secretaria do Interior elaborasse um plano para que Minas Gerais se inserisse no “sonho republicano” de cidadãos alfabetizados. Apesar de existir diferenças entre o anseio da nova lei e as práticas da constituição desses grupos, Juiz de Fora se destacou como cidade de cunho industrial devido aos seus intelectuais que tornaram parte da discussão sobre os grupos escolares e seu funcionamento.

O grupo escolar comporia o mosaico urbano que ainda estava em construção em Juiz de Fora e que, entre sinos e fábricas, criava um símbolo de uma “Atenas Mineira” ou a já referida “Europa dos Pobres”. Era uma cidade considerada educada que, em se tratando de aspectos culturais, se destacava na Zona da Mata Mineira como uma espécie de inspiração para as demais cidades, segundo suas elites políticas e intelectuais<sup>97</sup>.

#### 1.4 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM JUIZ DE FORA

Belo Horizonte e Juiz de Fora inauguraram os primeiros grupos escolares de Minas Gerais em 1907. As duas cidades apresentavam dinâmicas completamente diferentes, pois a capital mineira surgira como uma cidade projetada, e nas mais variadas discussões, tentava construir um meio urbano que fosse capaz de explicar a modernidade para as áreas mais próximas. Silveira (2007) indicou que Belo Horizonte estava dividida em três zonas, sendo a zona urbana o lugar destinado à edificação pública e privada em que se concentrariam os serviços, comércios, residências, parques e jardins<sup>98</sup>. De modo diferente, a cidade da Zona da Mata mineira se expandia de forma gradual, tendo sua organização em torno de um núcleo operário que se expandia pelo centro da cidade e ali formava um polo comercial. A cidade não passava por grandes

---

<sup>96</sup> CHAMON, 2010, p.30.

<sup>97</sup> BRAGA, *op. cit.*, p.40.

<sup>98</sup> SILVEIRA, 2008, p.113.

reformas, mas aos poucos via aspectos modernos se refletirem nas edificações que foram surgindo entre a passagem do século XIX para o XX.

Apenas um dia separa a instalação dos grupos escolares de Belo Horizonte e Juiz de Fora, tendo sido esta a primeira a concretizar tal feito. No dia 04 de fevereiro de 1907, o *Jornal do Commercio* publicou o anúncio da instalação do primeiro grupo escolar da cidade, nele convidava toda a população para a inauguração, feito em nome do diretor do estabelecimento, José Rangel<sup>99</sup>. Já na edição do jornal *Minas Geraes* que circulou no dia 05, anunciou-se a instalação do primeiro grupo na capital e comentou-se a instalação do grupo em Juiz de Fora um dia antes:

Instala-se hoje o 1º grupo escolar da Capital, na Avenida da Liberdade, sob a direção da competente preceptora d. Helena Penna, matriculando-se 250 alunos nas cinco escolas que o compõem. – De Juiz de Fora recebeu o Sr. Dr. Carvalho Britto telegrama comunicando que se instalou ontem ali o grupo escolar com 470 alunos, sendo esse acontecimento muito aplaudido pela população daquela adiantada cidade.<sup>100</sup>

Muito se discute na historiografia juiz-forana o porquê da cidade ter adotado imediatamente esse modelo de escola. O crescimento industrial da cidade é apontado para alguns como o responsável por produzir os intentos de reformar a educação com o objetivo de expansão da economia<sup>101</sup>. Até o ano de 1907, destacavam-se *O Granbery* e a *Academia do Comercio*, dois colégios fundados no fim do século XIX e frequentados quase que exclusivamente pela elite local. Portanto, os grupos escolares eram, também, uma forma de inclusão social via educação, parte da política de João Pinheiro de preparar trabalhadores capacitados.

Em 04 de fevereiro de 1907, a instalação do “Primeiro Grupo Escolar”<sup>102</sup> dirigido por José Rangel, com 470 alunos matriculados, foi bastante comemorada pela imprensa local:

Efetua-se hoje às 11 horas a solenidade da instalação do 1º grupo escolar desta cidade. A esse ato poderão comparecer todos quantos se interessam pelos assumptos que dizem respeito à instrução, pois não há convites

---

<sup>99</sup> Cf. **Jornal do Commercio**, 04 de fevereiro de 1907, p.1.

<sup>100</sup> Cf. **Jornal Minas Geraes**, 05 de fevereiro de 1907, p.1.

<sup>101</sup> YAZBECK, 2006, p.261.

<sup>102</sup> Esta denominação foi dada ao estabelecimento de ensino justamente por ter sido o primeiro grupo escolar a ser instalado com a efetivação da lei por João Pinheiro, excluindo a experiência de Estevam de Oliveira, em 1901.

especiais, conforme nos informa o respectivo diretor nosso colega José Rangel<sup>103</sup>.

O “Segundo Grupo Escolar” foi iniciado em 23 de março de 1907 com 395 alunos<sup>104</sup>. Eles funcionaram no mesmo prédio, mas em horários diferentes. O prédio, uma espécie de palacete, foi construído pelo Comendador Manoel do Valle Amado, em 1861, para presentear o Imperador D. Pedro II que viria a Juiz de Fora inaugurar a Estrada de Ferro União Indústria. De acordo com Maria Aparecida Cohn (2007), o Imperador recusou o presente e aconselhou que o espaço fosse utilizado para fins de caridade. O prédio ficou fechado por mais de quarenta anos quando, em 1904, foi doado para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, após a morte do filho do Comendador, o Barão de Santa Mafalda. Ali seria abrigada a primeira Escola Normal Oficial.

Em 1907, após um acordo firmado entre a Santa Casa de Misericórdia e o Governo do Estado, a Escola Normal foi desativada e os dois grupos escolares ocuparam o espaço<sup>105</sup>. Em relatório à Secretaria do Interior, de Estevam de Oliveira apontou que o prédio era grande e constituído de dois pavimentos. Muitos dos móveis usados nos grupos pertenceram a Escola Normal. Alguns anos mais tarde, as duas escolas ganhariam o nome popular de “grupos centrais”, frente a outros grupos que seriam instalados em áreas mais afastadas da cidade<sup>106</sup>.

Em Belo Horizonte, o processo foi semelhante. O primeiro grupo escolar criado na capital, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, funcionou em um prédio inicialmente destinado à residência do secretário do Interior, na Avenida Liberdade, próximo à Praça da Liberdade, um dos principais pontos da cidade. A matrícula inicial foi de 113 crianças de ambos os sexos, com cinco professores e uma diretora<sup>107</sup>. Assim como na cidade da Zona da Mata, os grupos escolares na capital eram entendidos como uma das

---

<sup>103</sup> Cf. **Jornal do Commercio**, 04 de fevereiro de 1907, p.1.

<sup>104</sup> Cf. **O Pharol**, 24 de março de 1907.

<sup>105</sup> COHN, 2007, p.191.

<sup>106</sup> Os Grupos Centrais ganharam este nome não por qualquer característica. Preenchendo um quesito importante que é o da centralidade, Braga (2009, p.124) destaca que o prédio onde foram instalados os grupos estava localizado na Rua Direita – atualmente a movimentada Avenida Barão do Rio Branco, no centro da cidade – figurando um lugar onde tudo acontecia: local das confeitarias, dos passeios nas ruas, da chegada do trem de ferro na estação central, dos hotéis luxuosos, da passagem dos bondes, das repartições municipais, enfim, local da maior concentração de pessoas. Era deste modo, que uma escola instalada e realizada pela República deveria ganhar os olhos da população, dando certa visibilidade para os projetos realizados pelo governo.

<sup>107</sup> FARIA FILHO, *op.cit.*, p.47.

portas de entrada da modernidade no cenário urbano. Apesar da Lei João Pinheiro sugerir que as escolas fossem instaladas em prédios construídos especificamente para essa finalidade, a falta de verbas fez com que essa exigência não fosse implementada.



Imagem 2: Grupos Centrais de Juiz de Fora, 1907.  
Fonte: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais.

O debate em torno dos grupos escolares possibilitou que a cidade recebesse um novo grupo, pouco tempo depois. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nascido em Barbacena, no ano de 1870, e bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos nomes que esteve envolvido com a instalação de um novo grupo escolar na cidade. Andrada foi um nome de destaque na política juiz-forana. Após mudar-se para a cidade, já como Juiz, exerceu diversas outras funções, entre elas a de jornalista. Foi prefeito de Belo Horizonte entre 1905 e 1906 e, durante seu mandato de senador (1907-1910) foi eleito Presidente da Câmara de Juiz de Fora, assumindo o cargo em 1908. Sua atuação política é apontada como fundamental para a instalação de um terceiro grupo escolar da cidade em 1909, no bairro de Mariano Procópio.

Como ressalta Milena Candiá (2007), Antônio Carlos teria utilizado seu poder político para interceder pela expansão da rede escolar no município de Juiz de Fora, defendendo a criação de um grupo no distrito de Matias Barbosa e no já referido bairro

de Mariano Procópio<sup>108</sup>. Esta ação foi objeto de calorosas discussões, principalmente entre Andrada e Estevam de Oliveira, que se posicionou contra o projeto. Para ele, essa não passava de uma manobra eleitoreira de Andrada, pois em Mariano Procópio seria inviável a instalação de um grupo escolar. A frequência dos alunos e a falta de higiene no prédio cedido para a instalação de um novo grupo eram alguns dos elementos utilizados para o ataque à iniciativa. Para Oliveira, seria mais prudente a criação de uma escola singular, ao invés, de um grupo escolar<sup>109</sup>. De certa forma, Estevam de Oliveira chegou a se contradizer, uma vez que ele próprio tentara instalar um grupo escolar na cidade antes da efetivação da Lei João Pinheiro. A população residente naquele bairro viu com bons olhos a instalação da escola, encaminhando uma representação através de abaixo-assinado para o Secretário do Interior, Carvalho Britto:

E' do seguinte teor a representação que foi dirigida ao Sr. Dr. Carvalho Brito, digno secretário do interior:

Os habitantes do bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, vêm pedir a v. ex. a criação de um grupo escolar no mesmo bairro, por quanto pela estatística ultimamente levantada, como verá v. ex. pela cópia junta, existem 300 crianças em idade escolar, as quais, por falta de um grupo no referido lugar e' pela longitude dos da cidade, frequentam na sua maioria escolas particulares, onde não são observados os método modernos do ensino. Confiados no alto espírito de justiça de v. ex. esperam os habitantes de Mariano Procópio ver coroada de bom êxito a sua alta aspiração.

Mariano Procópio, 20 de abril de 1908. –

Antonio Bernardes Fraga, Maximiliano Engel, Manoel José de Castro, O. Beck, Joaquim Ribeiro da Silva Braga, George Francisco Grande, Rodolpho Neubauer, Valentim Dilly, Antenor Gonzaga, Caelos Barbosa Leite, Emerenciano Pereira de Almeida, Álvaro Mendes, Joaquim Teixeira Alves, Pedro Gonçalves Andrade, Phelippe Griese, Manoel da Silva Borges, Victaliano Albuquerque Mello, dr. Carlos Guedes da Costa, Mansueto Renucci, Christiano Gereim, Frederico Bongratz, Francisco Dore, Henrique L. Santos, Deolino D. Silva, Detleff Krambeck, Eduardo Weiss, Nicoláo Schoralick."

Das trezentas crianças mencionadas na estatística, não fazem parte as que estão matriculadas na escola mista daquele bairro.<sup>110</sup>

<sup>108</sup> CANDIÁ, 2007, p.87.

<sup>109</sup> Cf. Correio de Minas, Juiz de Fora, 07 de maio de 1908.

<sup>110</sup> *Apud* CANDIÁ, *op.cit.*, p.91.

Oliveira também entrara em conflito com o jornalista Antonio Bernardes Fraga, que era morador do bairro Mariano Procópio, e defendia a instalação do grupo escolar naquela região. A queixa dos moradores era de que as crianças tinham que percorrer muitos quilômetros a pé para chegarem a escola, ressaltando a distância em que se encontravam os grupos escolares centrais daquele bairro.

Em 1909, no entanto, o governo mineiro autorizou a criação do grupo escolar respondendo ao fato de que havia quatrocentas crianças naquele bairro em idade escolar. Em 12 de junho de 1909, dirigido pela senhorita Francisca Lopes, foi inaugurado o grupo escolar do bairro Mariano Procópio com 168 alunos matriculados no prédio em que funcionou o Conselho Distrital, um prédio que não fora construído para ser escola<sup>111</sup>. O grupo estava localizado em um bairro com saneamento precário, populoso, no qual moravam muitos operários, ou seja, um lugar diferente da realidade vivida pelos grupos escolares do centro. O prédio do Conselho Distrital não era o local ideal para abrigar um grupo escolar e, por conta disso, passaria por diversas reformas – aos reclamos da direção, até ganhar um novo prédio vinte anos depois.



Imagem 3: Grupo Escolar Antonio Carlos (Mariano Procópio), 1917.  
Fonte: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG.

---

<sup>111</sup> Cf. **Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 12 de junho de 1909.

O quarto grupo escolar de Juiz de Fora foi instalado no bairro São Matheus, um dos mais prósperos da cidade, completamente diferente de Mariano Procópio. Braga (2009) aponta que em 1916, o bairro possuía uma demanda de quatrocentas crianças sem escola próxima, sendo os grupos centrais<sup>112</sup> a instituição mais perto frequentada por elas. A rua onde foi estabelecido o Grupo Escolar São Matheus, em 1918, passou por diversas transformações ao longo dos anos, pois cruzava com avenidas nas quais se ergueram edifícios considerados elegantes. Pouco conhecimento se tem sobre o funcionamento desse grupo, mas sua história é importante principalmente por ser o primeiro grupo escolar a ter um prédio construído especialmente para abrigá-lo. A verba estava disponível desde 1916<sup>113</sup>, e fomentou a discussão da construção de dois grupos escolares: o de São Matheus e de Botanágua – dois bairros da cidade nos quais, segundo apontado pela imprensa local, se fazia necessária a instalação desse modelo de ensino<sup>114</sup>. Apenas o primeiro fora contemplado, por conta do curto orçamento e da localização do bairro São Matheus, uma vez que o Botanágua se encontrava em uma região afastada, do outro lado do Rio Paraibuna. Entretanto, o prédio construído não suportaria a demanda, e em poucos anos seria demolido para então migrar para um novo prédio também inaugurado na mesma leva dos grupos em 1929.

Neste capítulo, observamos que Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades do estado a contar com o modelo de grupo escolar, e isso ocorreu por diversos fatores, incluindo a proximidade com a capital federal, e as articulações políticas através do governo João Pinheiro, que enxergava, na educação, um caminho de modernização e progresso. O grupo escolar tornou-se, a partir de então, protagonista das discussões envolvendo as melhorias urbanas, não só pelo fato do prédio escolar compor o cenário urbano, mas também por se tornar um meio em que preceitos sanitários pudessem ser difundidos.

O cenário educacional em Juiz de Fora no começo do século XX foi marcado por intensas discussões. Como em diversas partes do Brasil, em Minas Gerais cada centro urbano teve sua particularidade e, ao olharmos para a “Manchester Mineira” no começo do século XX, percebemos a busca pela modernidade através do

---

<sup>112</sup> Esse fato acabou influenciando uma posição contrária de José Rangel, diretor dos grupos centrais, à construção do novo grupo escolar em São Matheus. Para ele, seria uma forma de descentralizar a frequência dos principais grupos da cidade, uma vez que muitos alunos ali frequentes iriam migrar para o grupo de seu respectivo bairro.

<sup>113</sup> Cf. Relatórios da Secretaria do Interior, 1916.

<sup>114</sup> EPAMINONDAS, 1917.

desenvolvimento do comércio de fábricas e de uma agitada vida urbana. Entretanto, assim como Belo Horizonte, esse projeto educacional esbarrou em obstáculos: locais considerados bastantes populosos e poucos saneados que também serviram como palcos para a instalação de grupos escolares.

Defendemos a ideia de que essas escolas tornaram-se, de certa forma, uma vitrine para o Estado difundir preceitos que consideravam essenciais para a “civilização”. A partir desta ótica, a análise da documentação referente à criação dos grupos escolares em Minas Gerais, incluindo os decretos e os regulamentos de ensino, desperta atenção para o fato de como as políticas públicas trataram a educação a partir da perspectiva sanitária, proporcionando um confronto com as diversas vozes que apontavam na escola um local que pudesse servir como modelo para difundir a modernização.

A principal via para essas realizações, portanto, seria através da higiene, instrumento o qual passou por diversos conceitos e culturas dentro da própria escola, com o intuito de ultrapassar os muros dos grupos escolares. A interação entre a escola, as leis e a participação de médicos que seriam figuras importantes na inserção dessa nova cultura escolar é um dos temas tratados no próximo capítulo, dando sequência à discussão da escola como cenário de uma modernidade ansiada pela república do começo do século XX. Para isso, é importante indagarmos se a Lei João Pinheiro trouxe realmente mudanças na organização escolar mineira ou se havia ainda resquícios de uma herança imperial que muito se lutava para ser esquecida. Para tal, voltaremos nosso foco para as transformações sobre higiene escolar que tal reforma apresentou, destacando também a evolução desse significado ao longo dos primeiros anos de funcionamento dos grupos escolares em Minas Gerais.

## **CAPÍTULO 2: A HIGIENE E A LEI: DISCUTINDO A SALUBRIDADE NAS REFORMAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS**

O presente capítulo aborda a higiene e sua interpretação a partir das leis estaduais sobre o ensino primário em Minas Gerais. Mais do que apenas limpeza, cuidados pessoais e moralização dos comportamentos, a higiene na virada do século XIX para o XX foi incorporada pela medicina, combinando aspectos individuais e públicos com teorias biomédicas, pelo menos até o início do século XX<sup>115</sup>. Como sugere Ferreira (1999), a higiene pública na primeira metade do século XIX já se tornara “o paradigma dominante quando o tema tratado era o do processo civilizatório”<sup>116</sup>.

A discussão proposta ajudará na compreensão dos regulamentos elaborados a respeito da educação, e as concepções sobre o papel da escola para a difusão da higiene. É importante entendermos a trajetória da medicina na educação que, junto às políticas de saúde pública, fez parte dos intentos de modernização da sociedade na virada do século XIX para XX. Nos primeiros anos de República, o discurso político voltou-se para a introdução de aspectos modernizantes, principalmente ao debaterem reformas que pudessem proporcionar transformações em uma população considerada atrasada. Um povo analfabeto era sinônimo de atraso e combater este inimigo da República foi um objetivo do Secretário do Interior, Delfim Moreira, cargo que ocupou na gestão de Francisco Sales entre 1902 e 1906<sup>117</sup>.

Ao assumir o cargo, Moreira demonstrou preocupação no combate ao analfabetismo. Para tanto, inspirou-se em experiências de países europeus que, de acordo com ele, possuíam intensa “cultura intelectual”, a exemplo da França<sup>118</sup>. Diversos estudos na história da educação organizam as ideias e influências presentes na instalação desse modelo de ensino com o foco na atuação do Presidente de Estado João Pinheiro e de seu Secretário do Interior, Carvalho Britto<sup>119</sup>. Neste capítulo, porém, analisaremos uma das principais mudanças percebidas ao longo das reformas republicanas do começo do século XX: a introdução da higiene escolar.

Apesar da expansão do ensino primário ter sido utilizada, desde os tempos do Império, como estratégia civilizatória, foi aos grupos escolares que os republicanos

---

<sup>115</sup> Cf. ROSEN, 1994.

<sup>116</sup> FERREIRA, 1996, p. 68.

<sup>117</sup> MOREIRA, s/d.

<sup>118</sup> FARIA FILHO; VAGO, 2000, p.35.

<sup>119</sup> FARIA FILHO, 2000; DULCI, 2005; MOURÃO, 1962; ARAÚJO, 2006.

mineiros atribuíram o papel de instituições capazes de modelar o futuro da nação. Como visto no capítulo anterior, este tipo de escola surgiu oficialmente em Minas Gerais no governo de João Pinheiro, em 1906. A mais importante reforma do ensino mineiro, até aquele momento, foi destinada às camadas populares e compreendia uma reestruturação física e simbólica da organização escolar. Luciano Mendes Faria Filho (2000) qualificou esta reforma como “dos pardieiros aos palácios”<sup>120</sup>, pois possibilitou a formulação de uma nova cultura escolar a partir do momento em que o espaço destinado exclusivamente para a escola permitisse a organização de tarefas, de classes e uma dinâmica diferente da experimentada pelas escolas isoladas.

Como ponto de partida para compreender a criação dos grupos escolares em 1907, identificamos através de análise nas leis educacionais as modificações na concepção de higiene escolar por parte do Estado de Minas Gerais durante as décadas de 1910 e 1920, período no qual o estado passou a dar atenção ao ensino da higiene, prevenção de enfermidades e a inspeção médica escolar. Esta discussão abordará mudanças nas leis estaduais, investigando não só o desenvolvimento da ideia de higiene como também os fatores que influenciaram essa evolução. Para tal, será feita a análise de leis e decretos que significaram importantes reformas na educação entre as décadas de 1900 e 1920. Desse modo, é possível esclarecer alguns pontos que ainda permanecem obscuros na historiografia e permitir avaliar os reais avanços que essas reformas educacionais republicanas alcançaram com a discussão da higiene escolar.

## 2.1 A HIGIENE NA LEI JOÃO PINHEIRO: UM DEBATE SOBRE ESPAÇO E ENGENHARIA

Ao discutirmos a higiene nas reformas educacionais em Minas Gerais, é necessário partirmos da análise do Regulamento do Ensino Primário, de 1906, para identificarmos os aspectos de higiene escolar nessa reforma, deixando claro quais são os primeiros pontos relacionados a saúde abordados na construção do novo modelo de ensino. Em um primeiro momento, na passagem do século XIX para o XX, o objetivo era superar as escolas isoladas e garantir que os grupos escolares pudessem estar

---

<sup>120</sup> FARIA FILHO, *op. cit.*, p.37.

presentes em diversas cidades mineiras. Para que isso se concretizasse, era preciso que o regulamento de ensino fosse adequado a realidade de cada região.

De acordo com Faria Filho e Vago (2000), Minas Gerais, no início do século XX, se viu em meio a reflexos de uma crise política surgida por conta da então recém-instaurada República. Belo Horizonte foi uma das principais vítimas de tal instabilidade, apresentando problemas em sua economia e em sua política. A cidade, que era um símbolo do republicanismo no estado, não deixou de ver em suas ruas os traços de um povo que se sentia abandonado, tendo o aumento da marginalização e a ocupação de terrenos centrais por favelas como fatores que acentuaram a diferenciação social<sup>121</sup>. Em meio a este cenário, muitos políticos defenderam o discurso da renovação do sistema escolar em Minas Gerais como o caminho que instruiria a população para a modernidade, superando esses problemas que eram ainda resquícios do período Imperial. Para esses políticos, portanto, era necessário que o estado recebesse uma reforma escolar que simbolizasse as ideias republicanas. Porém, percebemos que tal reforma foi realizada de forma a disseminar facilmente pelas cidades de Minas Gerais, sem grandes exigências que pudessem frear as mudanças ansiadas.

No primeiro Regulamento do Ensino Primário (1906), a preocupação que transparece nos educadores por trás da reforma vigente no governo João Pinheiro é, em grande parte, referente às questões de engenharia, dando destaques para a estruturação dos grupos escolares. A concepção de escola pública até a Lei João Pinheiro estava ligada à casa do professor – local onde funcionava a maioria das escolas isoladas<sup>122</sup>. Portanto, para superar esse modelo, era necessário proporcionar às instituições escolares do estado um local próprio para que funcionassem, fossem elas nos moldes de escolas isoladas ou de grupos escolares<sup>123</sup>.

Não há na lei qualquer menção a higiene escolar relacionada ao aluno. Subentende-se que um dos únicos preceitos higienistas destacado pelo Estado na Reforma João Pinheiro é a necessidade de o grupo escolar ser instalado em “casas próprias”, isto é, em um local mais arejado, iluminado e que pudesse suportar as classes que passavam a ser seriadas. Há uma menção a transmissão de doenças, mas apenas em relação ao corpo docente: o professor só podia ser nomeado ou designado caso comprovasse, por meio de

---

<sup>121</sup> FARIA FILHO, *op. cit.*, p.36.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p.30

<sup>123</sup> MINAS GERAIS, Regulamento do Ensino Primário, 1906, p.162.

atestado de vacinação, a isenção de moléstia contagiosa e repulsiva ou que impedisse por qualquer modo o “exercício perfeito do magistério”<sup>124</sup>.

Em 03 de janeiro de 1907, o decreto nº1969 aprovou o Regimento Interno dos Grupos Escolares do estado de Minas Gerais<sup>125</sup>. Nele encontram-se evidências de que a higiene era compreendida em grande parte como uma questão arquitetônica, uma das partes mais importantes do Regimento Interno a ser analisada. Há também uma exigência de que o prédio em que as escolas fossem instaladas apresentasse condições higiênicas necessárias para o seu funcionamento, contudo, o regimento não identifica quais seriam essas condições. Pelas normas descritas, entretanto, reafirma-se que a preocupação era efetivamente com o espaço da edificação e das salas de aulas. Segundo o Regimento:

Art. 1: “O prédio dos grupos escolares, com as condições higiênicas de construção necessária a um estabelecimento de ensino, deverá ter:

I. Pelo menos quatro salas de aulas, com capacidade cada uma para 50 alunos.

II. Um salão para Museu e uma sala para biblioteca, podendo estes ser instalados em um único compartimento que seja suficientemente espaçoso.

VI. Varanda ou pátio coberto, onde os alunos permaneçam nos dias de chuva e nas horas de muito sol durante o recreio.

VIII. Uma latrina para cada turma de alunos, com a mesma numeração da sala a que servir, e uma outra em separado.<sup>126</sup>

Nota-se que a estruturação dos prédios dos grupos escolares recebeu um importante destaque. Enfatizou-se a necessidade de espaços que pudessem proporcionar um novo cotidiano escolar, como as salas de aulas – que comportassem até cinquenta alunos – e as varandas para o recreio. O foco nos grandes salões se deu devido à crença dos reformadores acreditarem de que essa deveria ser a principal mudança que os grupos proporcionariam inspirados no higienismo, divergindo-se dos locais insalubres em que muitas vezes eram instaladas as escolas isoladas.

É importante destacar que a higiene comparece também com a demanda de uma latrina para cada turma, uma prática que acreditava ser possível sua disseminação a partir da escola, uma vez que possivelmente a casa de tais alunos não possuía tal sistema. Desta forma, compreendemos que a organização espacial de seus prédios era o maior preceito higienista para esses grupos escolares. Ainda há uma exigência expressa no artigo 8 do regimento para que os professores cumprissem determinados papéis que

<sup>124</sup> *Ibidem*, p.164.

<sup>125</sup> Cf. MINAS GERAIS, 1907, p.1.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p.7.

caberiam a inspetores de higiene. Era responsabilidade dos professores, ao abrirem as aulas, a verificação da higiene dos dentes, cabelos, orelhas, mãos e vestuário do aluno, e encontrando algum problema nessas verificações, aconselhá-lo às devidas correções<sup>127</sup>. Entretanto, sabemos que, com a possibilidade de se deparar com uma sala de até cinquenta alunos, a realidade poderia ser outra, pois tornava-se difícil para o professor cumprir diariamente o papel de inspetor de higiene, ainda sob um agravante: a falta de treinamento e conhecimento para exercer tais práticas. Assim, na ausência de um médico nessas primeiras leis e regulamentos a inspeção médica a cargo dos professores acabou se tornando secundária, frente às diversas funções por eles realizadas dentro e fora da sala de aula. Mesmo tendo os professores como designados para ensinar práticas higiênicas, a estruturação espacial dos grupos escolares em seu aspecto higienista prevaleceu nos debates iniciais de implantação dos grupos escolares.

Inicialmente, quase todos os grupos escolares funcionaram em prédios antigos que, mesmo após reformas, não possuíam salas de aula apropriadas para receberem a média de cinquenta alunos. Em Juiz de Fora, os primeiros grupos foram instalados em construções já existentes. No Palacete Santa Mafalda, que já havia abrigado a Escola Normal e passara por reformas, funcionaram os grupos escolares José Rangel e Delfim Moreira. Porém, ainda com adaptações, os professores encontravam reveses para coordenarem um grupo com 501 alunos – 248 do sexo masculino e 253 do sexo feminino – divididos em oito classes<sup>128</sup>. Mesmo com dificuldades para manter a frequência dos alunos, fator que era um dos entraves para o desenvolvimento dos grupos escolares em seus primeiros anos, nota-se através das matrículas que, muitas vezes, esses números poderiam exceder a capacidade que o prédio seria capaz de suportar.

No primeiro relatório anual enviado à Secretaria do Interior pelo diretor dos grupos centrais de Juiz de Fora, José Rangel, percebemos uma preocupação em garantir que o prédio estivesse em condições de continuar funcionando. Era importante para o estado ser informado se os grupos escolares instalados estavam dando certo, uma vez que recebiam investimentos da Secretaria do Interior. Caso fosse constatado que

---

<sup>127</sup> MINAS GERAIS, 1907, p.8.

<sup>128</sup> RANGEL, 1907.

determinado grupo não estava recebendo a frequência mínima, ou que estivesse fora do padrão instituído pela Lei João Pinheiro, havia a chance de ser fechado<sup>129</sup>.

O espaço no qual essas escolas funcionaram assumiu um caráter de extrema importância, representando a presença da modernidade. Nas palavras de José Rangel, os grupos escolares funcionavam nos “melhores prédios da cidade” após as adaptações, dispondo dos requisitos pedagógicos e higiênicos que a Lei João Pinheiro exigia<sup>130</sup>.

Além disso, a localização do grupo escolar se tornou um fator essencial para atender ao anseio do estado de que o sistema de ensino fosse conhecido pela população. Essa espécie de “vitrine” ficou evidente em Juiz de Fora, uma vez que os grupos José Rangel e Delfim Moreira foram instalados no Palacete Santa Mafalda, em uma área central, atendida por linhas de bondes e cercada por um centro comercial. Marina Fernandes Braga (2009) ressalta, em seu estudo sobre os modelos arquitetônicos dos grupos escolares em Juiz de Fora, o fato dos primeiros grupos da cidade estarem localizados no centro como porta de acesso à educação das crianças de diversas partes do município. Desse modo, proporcionou não só a descoberta do espaço urbano pelos grupos escolares como também a inserção destes em um convívio mais intenso com a sociedade<sup>131</sup>. Braga chama a atenção para o fato de essas escolas servirem como integrantes da organização do espaço urbano, pois os grupos escolares se tornaram parte dessas composições urbanas e, na medida em que os municípios se expandiam, aumentava a tendência em surgir mais escolas como desse tipo<sup>132</sup>.

## 2.2 A SAÚDE NAS PRIMEIRAS REFORMAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

Enquanto em Belo Horizonte o agrupamento escolar ocorreu nos anos posteriores à Lei João Pinheiro em bairros periféricos e no centro da cidade, em Juiz de Fora, até 1909, os grupos instalados no centro da cidade foram os únicos modelos da nova organização do ensino primário público. Entre a idealização do padrão republicano e a realidade encontrada em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX compreendemos que tais escolas vivenciaram uma experiência consideravelmente

---

<sup>129</sup> GIL; CALDEIRA, 2011, p.176.

<sup>130</sup> RANGEL, 1907.

<sup>131</sup> BRAGA, 2009, p.123.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

positiva, tendo sido aclamada como um grupo que se esforçava para atender aos preceitos exigidos para seu funcionamento<sup>133</sup>.

Compreendemos que os grupos centrais se tornaram um espaço de inspiração para debates que envolvessem a expansão de tal formato escolar para o restante da cidade de Juiz de Fora. Nos anos seguintes à instalação dos grupos, discussões sobre a instalação de um novo grupo escolar surgiram nas páginas de periódicos locais. Atores que se destacavam no cenário político juiz-forano passaram a defender a expansão do ensino estadual no município. Ocupando o cargo de Agente Executivo, que equivalia à função de Prefeito, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, ainda em 1908, começou uma articulação com o então Presidente do Estado, João Pinheiro, e seu Secretário do Interior, Carvalho de Britto, para que na região de Juiz de Fora um novo grupo escolar pudesse ser criado em parceria com a Câmara Municipal – que ficaria a cargo de ceder prédios para que essas escolas funcionassem<sup>134</sup>.

O bairro de Mariano Procópio foi o foco dos debates políticos em torno da criação de novos grupos escolares. Afastado do centro da cidade e com uma realidade social precariamente diferente, tal bairro constituiu no embate entre os defensores dessas novas escolas e a oposição, que os acusavam de utilizar o discurso para fins eleitorais, como aponta Milena Candiá (2007). De acordo com a autora, o embate entre Estevam de Oliveira e Antonio Carlos se deu em meio à manutenção de valores de uma tradição católica fortemente enraizada na cidade, versus as propostas de laicização da escola republicana<sup>135</sup>. O que constatamos é que Oliveira acusava a proposta de ser uma manobra política por conta da existência, no arredores, de uma escola dirigida por religiosas (Irmãs Santa Catharina) de origem alemã que atendia ao público do bairro, também em grande parte de origem germânica. Além disso, o jornalista destacou que o prédio o qual a municipalidade pretendia doar para instalação do novo grupo não era adaptável as normas higiênicas exigidas pela Lei João Pinheiro.

Candiá (2007) ressalta que, como a Câmara não poderia arcar com a construção de um novo prédio, tudo dava indícios de que não passava de uma manobra eleitoral<sup>136</sup>. Os jornais informavam que, em meio a esse embate público, parte da população do bairro se posicionou a favor da criação de um grupo escolar em Mariano Procópio,

---

<sup>133</sup> RANGEL, 1907, p.1.

<sup>134</sup> **Jornal do Commercio**, 30 de abril de 1908, p.1.

<sup>135</sup> *Ibidem*.

<sup>136</sup> CANDIÁ, 2007, p.90.

reunindo-se inclusive para um abaixo-assinado direcionado ao Secretário do Interior<sup>137</sup>. Por meio deste documento, compreendemos que, para os moradores do bairro, a necessidade de terem que se locomover até o centro da cidade para que seus filhos tivessem acesso a um ensino primário público pode ter sido o principal motivo de apoiarem a instalação desse novo grupo.

Em 14 de abril de 1909, *O Pharol* anunciou que o então Secretário do Interior, Estevam Pinto, havia autorizado ao chefe do executivo municipal, Antonio Carlos, a fazer os reparos necessários em um prédio na Rua Bernardo Mascarenhas do bairro Mariano Procópio, para a instalação de um grupo escolar<sup>138</sup>. No fim do mesmo mês, foi anunciada a criação do Grupo Escolar de Mariano Procópio, dando destaque aos esforços de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, com especial preocupação de enfatizar que o então agente do executivo lutava para que a escola fosse instalada desde a efetivação da lei nº439 por João Pinheiro – já falecido naquele momento<sup>139</sup>.

Em 12 de junho de 1909, no antigo prédio do Conselho Distrital, foi inaugurado o referido grupo escolar, com a presença de Antonio Carlos enfatizando em seu discurso as realizações do mandato do então Presidente de Estado, Wenceslau Braz, e o Secretário do Interior, Estevam Pinto<sup>140</sup>. Wenceslau Braz, que seria um dos próximos nomes indicados à Presidência do Brasil – cargo que exerceu entre 1914 e 1918 – acabou se tornando popular no estado, por conta do alto número – setenta e oito – de grupos escolares criados em seu mandato<sup>141</sup>. Essas ações que envolveram a criação de escolas serviram para os políticos se aproximarem da população considerada “atrasada” e “analfabeta”, conseqüentemente, afastada das discussões políticas. Também buscavam dar contornos mais populares às suas imagens públicas. Antonio Carlos acabou sendo um desses políticos que angariou prestígio político com a inauguração do grupo escolar em Mariano Procópio, motivo pelo qual este posteriormente passou a se chamar Grupo Escolar Antonio Carlos.

A inauguração do grupo de Mariano Procópio se deu paralelamente às primeiras mudanças no papel da higiene escolar no estado. Em 1911, no governo de Júlio Bueno

---

<sup>137</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 27 de abril de 1909, p.01.

<sup>138</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 14 de abril de 1909, p.01.

<sup>139</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 29 de abril de 1909, p.01.

<sup>140</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 13 de junho de 1909, p.01.

<sup>141</sup> Galeria de Governadores, Portal do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10220-wenceslau-bras-pereira-gomes/5794/5241>>. Acesso em: 21 de jan. 2016.

Brandão (1910-1914), o ensino primário sofreu sua primeira grande alteração desde a efetivação da Lei João Pinheiro. A partir do decreto nº3191, de 09 de junho de 1911, foi aprovado o novo Regulamento Geral da Instrução com novas atribuições de higiene para os grupos escolares. Investiu-se, então, no cargo de Inspetor Regional uma maior importância no controle da higiene e da organização dos grupos escolares. Caberia ao cargo verificar, a partir de visitas, se essas escolas possuíam condições materiais e higiênicas em suas instalações, assim como material de ensino. Aos diretores, foram atribuídas as funções de velarem pela disciplina, higiene e saúde dos alunos – mas sem especificar por meio de quais mecanismos. Aos prédios, se reafirmou o encargo pela manutenção da higiene, reforçando que os imensos salões aos quais essas escolas deveriam conter fossem os responsáveis por propiciarem um espaço devidamente higienizado para seus alunos<sup>142</sup>.

Dessa forma, a higiene escolar recebeu pela primeira vez, um parágrafo exclusivo com novas diretrizes, que apontava para mudanças na percepção do papel da higiene dentro do cotidiano escolar atribuindo, para além de aspectos estruturais, responsabilidades na manutenção de um local devidamente salubre:

Art. 201. Nas escolas e estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, serão observadas todas as regras e preceitos de higiene, quer gerais, quer especiais e peculiares aos estabelecimentos de que se trata.

Art. 202. As mesmas regras e preceitos, devidamente codificados e expedidos sob a forma de instruções por ato do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, farão parte do presente título e capítulo regulamentar.

Art. 203. Oportunamente será instituída a inspeção medica nas escolas.<sup>143</sup>

Pela primeira vez a inspeção médica escolar foi mencionada em caráter de promessa e sem regulamentação por um longo período. Os médicos, que vinham debatendo, desde o começo do século XX, sobre a profilaxia e a higiene escolar, não foram mencionados como parte da inspeção médica, função esta desenvolvida pelo professor responsável por cada turma. Essa questão, analisada mais profundamente no terceiro capítulo, contribuiu para os sinais de alinhamento com o regulamento que ainda atribuía à caixa escolar a tarefa de assistência médica e de vestimenta pessoal<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> MINAS GERAIS, 1911, p.215.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.222.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.223.

Diferentemente dos Grupos Centrais, que possuíam melhores condições de buscar padrões de higiene para seu funcionamento, o grupo de Mariano Procópio experimentou outra realidade. Enquanto algumas modificações relacionadas à higiene escolar começavam a aparecer com Bueno Brandão, o prédio no qual o grupo escolar de Mariano Procópio foi instalado recebeu diversas críticas da diretora, Francisca Lopes, e dos inspetores de ensino. Dois anos após a sua inauguração, a Diretora em carta ao Secretário do Interior reclamou sobre a falta de higiene do prédio e a necessidade de gastar do próprio dinheiro na tentativa de manter o local salubre:

Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior

Levo ao conhecimento de V. Ex. que são atualmente péssimas as condições higiênicas do prédio em que funciona o grupo escolar de Mariano Procópio: além de serem más as instalações sanitárias e de estar com as últimas chuvas, transformado em um brejo, o pátio destinado ao recreio, é o grupo o ponto de reunião de desocupados que lá passam as noites estragando o que podem e fazendo o pátio o despejo de lixo e de toda a sorte de imundice! Diariamente tenho necessidade de consentir na retirada de alunos antes de terminarem os trabalhos escolares por se queixarem eles de dor de cabeça, indisposições, etc., era isto além de constituir grave irregularidade, prejudicada sobremaneira o ensino. Com o fim de remover esses inconvenientes, tenho feito despejar todos os dias muita creolina em todo o pátio e assim penso que posso vencer o atual ano letivo sem consequências mais serias; mas não havendo verba para esses gastos e não podendo eu estar à espera da necessária autorização para fazê-los, tenho feito tudo à minha custa, o que não acho razoável.

Poderá V. Ex. conceder-me o auxílio de 60\$000 a título de aquisição de desinfetantes e objetos para a limpeza do grupo? No caso afirmativo, roghe a fineza de providenciar de uma vez sobre o pagamento, independente de recibos, pois com o acréscimo de serviço de fim de ano, tenho feito todas as compras à vista, sem tomar os devidos apontamentos. Para se certificar de que alego, pode V. Ex. se dirigir a qualquer de minhas colegas, à servente, ou mandar qualquer pessoa de sua confiança verificar o que há.

Por ser mais do que justa a reclamação que ora faço, espero que V. Ex. a tome em consideração.<sup>145</sup>

Em caráter de denúncia, a diretora apontou que ela mesma contribuía financeiramente para a manutenção da higiene, cobrando a responsabilidade instituída pelo estado através das recentes leis que defendiam a higiene escolar. Além disso, a diretora ressalta o cotidiano que os moradores do bairro Mariano Procópio enfrentavam, muitas vezes expostas nos periódicos como um local pouco higiênico e sem qualquer atenção por parte das autoridades na melhoria de suas condições.

---

<sup>145</sup> LOPES, F., 1911.

Apesar da rua onde se localizava o grupo escolar de Mariano Procópio ter recebido encanamento no ano de 1910, pelas mãos do Dr. Eduardo de Menezes, então responsável pela higiene pública da cidade<sup>146</sup>, o bairro sofreu constantes situações de falta d'água, saneamento precário e enchentes<sup>147</sup>. Também em um dos relatórios enviados em 1913 ao Secretário do Interior Delfim Moreira, o Inspetor Regional Raimundo Tavares, destaca que as salas do grupo escolar em Mariano Procópio eram “abafadíssimas”, sem iluminação e que o prédio não contava com sanitários suficientes. Não havia pátios para o recreio e predominava o mau cheiro nos corredores. Foi relatado ainda que a diretora havia gasto do próprio dinheiro para comprar creolina para a manutenção de uma higiene precária<sup>148</sup>.

Tomamos o grupo escolar do bairro de Mariano Procópio como um exemplo das dificuldades encontradas na implantação dessa nova escola higiênica nas áreas mais carentes. O inspetor e a diretoria da escola denunciavam, constantemente, a negligência das autoridades para o correto funcionamento do grupo no bairro, restando à diretora assumir essa responsabilidade para que as aulas continuassem. Há uma notável diferença, principalmente nos aspectos de higiene entre os grupos centrais e o grupo de Mariano Procópio. Partimos do pressuposto que tais distinções se dão entre outros fatores, por conta de suas localizações, tendo os grupos centrais recebidos mais subsídio do Estado devido à sua maior visibilidade na cidade e servir a alunos de famílias mais favorecidas que as dos alunos dos bairros mais periféricos. Além disso, com um prédio maior, os grupos centrais proporcionaram um local mais condicionado ao ambiente ansiado por esse modelo de ensino, ao contrário do grupo de Mariano Procópio que funcionava em uma pequena casa.

Neste mesmo período em que o Estado recebeu reclamações sobre a higiene no grupo em Mariano Procópio, a Secretaria do Interior autorizou a partir da Lei nº 602 de 12 de setembro de 1913 a organização, a título de experiência, da inspeção médica escolar junto às escolas públicas e grupos escolares<sup>149</sup>. Tal notícia, no entanto, apenas foi encaminhada para os grupos escolares durante o ano letivo de 1915, através do Relatório da Secretaria do Interior<sup>150</sup>. Independentemente da lei que autorizava a

---

<sup>146</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 28 de janeiro de 1910.

<sup>147</sup> Cf. **O Pharol**, Juiz de Fora, 02 de fevereiro de 1911.

<sup>148</sup> TAVARES, 1913.

<sup>149</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 602, 12 de setembro de 1913.

<sup>150</sup> LOPES, 1915, p.27.

Inspeção Médica nas escolas do estado, em Juiz de Fora, o cirurgião dentista Albino Esteves adiantou-se às outras instituições de ensino, e em 1914 sugeriu a criação de um gabinete dentário nos grupos centrais, incrementando ainda mais as ações sobre a higiene escolar no estado.

Nesse mesmo ano, circularam no periódico *O Pharol* comentários sobre as ações preventivas na escola impulsionadas pelo gabinete dentário e assinadas por inspetores de saúde de São Paulo<sup>151</sup>. Em 1915 – ano em que o Presidente de Estado Delfim Moreira decretou uma reforma educacional com base na Lei nº657 sem qualquer menção a inspeção médica escolar –, Juiz de Fora se destacou ao instalar o primeiro gabinete dentário escolar do estado em seus grupos centrais. Essa inauguração foi bastante veiculada pelos periódicos que, ressaltara o investimento médico na educação, filantrópico, a fim de promover a saúde entre as crianças e suas famílias. Em 1916, inaugurou-se mais um gabinete nos mesmos prédios dos grupos centrais, dessa vez antropométrico, com a justificativa de auxiliar no cuidado do corpo dos alunos<sup>152</sup>.

Com dois gabinetes funcionando nos grupos de Juiz de Fora, o estado não poderia ignorar o que era de conhecimento da população: a necessidade das inspeções médicas, da prevenção de doenças e da presença de um profissional da saúde nas escolas. Desse modo, o discurso de que a salubridade nos grupos escolares seria garantida pelo fato de funcionarem em prédios adequados se enfraqueceu. Seriam necessárias, pois, inspeções realizadas por profissionais da área da saúde. Em Juiz de Fora, existiam três grupos escolares: dois funcionando no centro da cidade em um mesmo prédio, com dois gabinetes médicos, e outro em um bairro mais afastado e com pouco saneamento. No meio dessa realidade de grupos escolares – que funcionavam em prédios pré-existentes –, a cidade assistiu à inauguração do primeiro grupo escolar em um prédio construído exclusivamente para esta finalidade, o Grupo Escolar de São Matheus em 1918.

---

<sup>151</sup> Cf. *O Pharol*, 28 de junho de 1914, p.1.

<sup>152</sup> RANGEL, 1915, p.1.



Imagem 4: Prédio do Grupo Escolar de São Matheus, construído especialmente para a escola em 1918.  
Fonte: Jornal O Dia, 30 de Janeiro de 1918.

Este grupo escolar teve o projeto de construção do seu prédio reformulado por diversas vezes até ser compatível com o orçamento estadual para construir uma escola com capacidade de quatro salas<sup>153</sup>. De acordo com o relatório enviado à Secretaria do Interior pelo inspetor regional Lindolpho Gomes, em 1918, o grupo de São Matheus funcionava em boas condições higiênicas, mas já apresentava demandas logo em seu primeiro ano de funcionamento:

O instituto funciona em prédio de propriedade do Estado, recentemente construído e encontra-se em boas condições de higiene. As “reservadas”, todavia, carecem de ser modificadas, aumentando o cumprimento das paredes do recinto, até o mictório, de modo a evitar-se a comunicação de alunos neste local. Torna-se também necessária a construção de duas varandas, em toda à extensão do edifício, destinadas aos exercícios de canto e ginástica dos alunos, especialmente nos dias de sol. Essas varandas servirão ainda para proteger o prédio contra a chuva e o sol, além de se evitar também que os alicerces sejam prejudicados pelas águas fluviais<sup>154</sup>.

Mesmo o grupo tendo sido contemplado com um prédio exclusivo, em pouco tempo ele se tornou insuficiente para abrigar a escola, como aponta o relatório do inspetor, sendo necessária a construção de um novo prédio, que viria a ser inaugurado em 1929, com a vinda do governador Antônio Carlos à cidade de Juiz de Fora.

O primeiro prédio do grupo de São Matheus foi mais uma das várias escolas criadas em Minas Gerais até em 1918, ano em que funcionavam plenamente 149 grupos

<sup>153</sup> MINAS GERAIS, 1917.

<sup>154</sup> GOMES, 1918.

escolares no estado<sup>155</sup>. A partir da difusão do funcionamento de gabinetes médicos e dentários em Juiz de Fora, acrescidos da discussão pública sobre a necessidade de médicos na escola, o estado de Minas Gerais sofreu uma pressão para avançar nas questões da higiene escolar e não apenas construir escolas. Foi no governo de Artur Bernardes (1918-1922), entretanto, que Minas Gerais começou a reconhecer o papel do médico para a manutenção da saúde dos alunos e da salubridade.

### 2.3 AS MODIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS HIGIÊNICAS ESCOLARES NA DÉCADA DE 1920

A higiene escolar alcançou um novo patamar em Minas Gerais com o Regulamento do Ensino Primário instituído pela Lei nº800 de 20 de setembro de 1920. É importante entender que, ao focar na discussão da higiene escolar nos grupos instalados pela República, devemos observar que na virada do século XIX para o XX, a medicina atravessou mudanças que ajudariam no alcance da consolidação de tais práticas no governo de Artur Bernardes. A categoria médica na década de 1920 ainda se encontrava em processo de consolidação de sua autoridade e, através de práticas e ideias científicas que circularam o mundo todo, os médicos reivindicavam um papel fundamental e, se possível monopolista, na conservação e prática da higiene escolar<sup>156</sup>.

Durante os últimos anos da década de 1910, os relatórios apresentados pela Secretaria do Interior já expressavam abertamente a intenção da Diretoria de Higiene do Estado em introduzir a inspeção médica nas escolas:

(...) se não quisermos ficar para trás, (é) necessário por em prática medidas de grande alcance já estabelecidas em outros lugares. Referimo-nos à Inspeção Médica das Escolas que, no estado atual da pedagogia deve ser o centro de onde se irradiem quase todas as regras concernentes à moderna escola primária.

Com efeito, tudo que diz respeito à escola prende-se à Inspeção médica escolar, desde a escolha do terreno onde ela deve ser construída, a elaboração dos programas e horários conveniente a cada classe de alunos, mobiliário, higiene individual e coletiva, até o próprio papel de que servem para escrita –

---

<sup>155</sup> MARQUES, 1918, p.42.

<sup>156</sup> Podemos destacar as inspeções que auxiliavam a prevenção de doenças contagiosas, as práticas corporais e as discussões científicas envolvendo diversas partes importantes do corpo humano – como boca, estômago e pulmão – que ganharam as páginas dos relatórios médicos de todo o Brasil, tendo sido todos estes debates destacados pelas Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora entre os anos de 1915 – 1919.

são outros tantos problemas que se devem resolver em um centro único, coordenador e guia.

Para provar a sua vantagem e necessidade é bastante ver-se o que se passa em todas as nações civilizadas. “Seria o ideal poder-se levar a inspeção medica escolar a todas as escolas existentes.”<sup>157</sup>

Para o diretor de higiene no governo Artur Bernardes, Samuel Libanio, a Inspeção Médica fazia parte de diversos aspectos da escola, desde o mobiliário, passando pelos programas e horários, até a higiene individual e coletiva, sendo esses os aspectos que deveriam ser observados e trabalhados junto aos professores a fim de manter os alunos e a escola higienizados<sup>158</sup>. Assim, a Inspeção Médica nas escolas se tornou um item discutido em todos os Relatórios de Higiene do Estado. Nesse momento, os grupos escolares no estado de Minas Gerais já comportavam um número muito alto de alunos em um mesmo local – só em Belo Horizonte as estatísticas apontavam sete mil alunos em 1916 –, e a inspeção médica seria um instrumento para auxiliar não só o combate a determinadas doenças como também contribuiria para o saneamento geral da escola<sup>159</sup>. No mesmo período, já existiam dois gabinetes profiláticos e filantrópicos nos grupos centrais de Juiz de Fora, sugerindo que a iniciativa poderia dar certo em outros locais caso o estado resolvesse investir em auxílio para a manutenção dessas inspeções.

Libanio insistiria, nos anos seguintes, nesse mesmo tópico, expressando cada vez mais argumentos para que o serviço fosse oficializado pelo estado. O diretor de higiene chegou inclusive a mostrar um levantamento indicando que desde o começo do século XIX, na Europa, já se discutia o cuidado com a saúde por meio das escolas, contudo somente por volta de 1910 é que a cidade de Paris conseguiu organizar o seu serviço obtendo, segundo Libanio, grande sucesso<sup>160</sup>.

Libanio fez parte da equipe que reformulou as normas de higiene das escolas mantidas pelo Estado em 1920 a partir da reorganização da Diretoria de Higiene em Minas Gerais. Para ele, a participação dos médicos na organização e no ensino de tais práticas contribuiria imensamente para “os árduos problemas do povo, que buscavam na educação um caminho para a modernidade”<sup>161</sup>. A partir da reforma autorizada pelo

---

<sup>157</sup> MINAS GERAIS, 1918, p.6.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

<sup>160</sup> MINAS GERAIS, 1918, p.1.

<sup>161</sup> MINAS GERAIS, 1920, p.1.

Secretário do Interior, Dr. Affonso Penna Junior, no governo de Artur Bernardes (1918-1922), a higiene ganhou título exclusivo nas normas e regimentos dos grupos escolares, trazendo pela primeira vez a figura do médico oficialmente como um dos instrumentos para a manutenção da salubridade e assistência escolar<sup>162</sup>.

Nessas modificações, nota-se que há uma lenta, porém, crescente inserção do médico no cotidiano escolar. A função deste profissional, segundo a lei de 1920, seria a de inspecionar individualmente os alunos e a equipe docente dos grupos escolares, função a ser exercida exclusivamente por um médico designado pelo Governo<sup>163</sup>. Os gabinetes – como os instalados em Juiz de Fora –, são mencionados de forma breve, obrigando o Estado a manter apenas os locais que surgissem a partir da filantropia ou doações.

Uma questão que a reforma deixou claro é que, assim como os alunos, os professores também necessitavam ser educados nas práticas de saúde, ficando a cargo do estado a organização de palestras e conferências sobre o assunto<sup>164</sup>. Ao médico, foi atribuída a função de organizar fichas médicas, examinar alunos com doenças, além de realizar anualmente uma inspeção no prédio escolar. Também lhe foi atribuída a função de vacinar alunos e professores que frequentassem as instituições, mas em nenhum momento o estado deixou claro se essas medidas seriam pagas pelo Governo. Esta compreensão sobre o médico na escola duraria alguns anos, uma vez que a gestão de Olegário Maciel, entre agosto e dezembro de 1924, oficializou o decreto nº6655 que executava a Lei nº800 do ano de 1920. Em 1925, já no governo de Fernando de Melo Viana (1924-1926) seria instituído o novo Programa do Ensino Primário, sem grandes modificações da Lei nº800. Essa reforma, oficializada em 1925, foi a porta de entrada para as mudanças mais significativas que vieram no governo seguinte, quando Antonio Carlos, à frente da presidência do Estado, autorizaria uma das reformas mais importantes no campo da higiene escolar na década de 1920.

#### 2.4 A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E A SAÚDE: MÉDICOS E DENTISTAS NOS GRUPOS ESCOLARES

---

<sup>162</sup> MINAS GERAIS, 1920, p.323.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

Uma das mais importantes reformas do ensino primário mineiro, a Reforma Francisco Campo, se deu em um contexto de convergência de ideias médicas e educacionais para a implantação da higiene escolar. Em Minas Gerais, um cenário de abertura para a presença oficial do médico na escola foi refletido no decreto nº6930 de 17 de julho de 1925. Tal lei organizou o serviço de inspeção médica nas escolas primárias de Belo Horizonte, tornando tal prática obrigatória nos estabelecimentos da capital. A inspeção estendia-se aos alunos, professores e o prédio escolar de forma anual, com a possibilidade de uma nova inspeção no meio do ano. Todavia, ficava autorizada a visita médica nas escolas pelo menos uma vez por semana acompanhada da diretora, a fim de prevenir possíveis doenças<sup>165</sup>. A organização deste serviço em Belo Horizonte foi importante para a possibilidade de concretizar a inspeção no restante do estado.

Contudo, os educadores ainda acreditavam que a figura das professoras continuava importante na pedagogia das práticas higiênicas entre os alunos. A *Revista de Ensino*, de Minas Gerais, trouxe na década de 1920, artigos traduzidos de publicações norte-americanas que argumentavam a importância das normas médicas para a prevenção de doenças contagiosas. Entretanto, apontavam as professoras como aquelas que conseguiriam efetivamente modificar os hábitos nos alunos que frequentavam tais estabelecimentos. Em uma tradução livre da revista *Normal Instructor and Primary Plans*, na qual apontava que a professora “é quase tão responsável pelo desenvolvimento dos hábitos de higiene quanto o médico. Em toda epidemia, a maior influência para debelar o mal é da professora”<sup>166</sup>. Mantém-se a ideia de que os professores seriam os grandes articuladores de ensinamentos a respeito do ar, da luz, de alimentação e higiene pessoal. Esta foi uma posição natural nos educadores: reafirmar a figura do professor nos assuntos de higiene escolar para que não perdessem a importância ou a autoridade dentro da sala de aula. Apesar de, ao longo dos anos, os médicos e educadores terem convergido suas posições, é perceptível uma resistência mútua. Na década de 1920, fica claro que as práticas de higiene seriam uma aliada dos educadores para a manutenção da salubridade da escola e para a propagação de preceitos que elevassem a população ao mundo moderno. Desta forma, entre as publicações voltadas para os professores e diretores à frente dos grupos escolares,

---

<sup>165</sup> MINAS GERAIS, Decreto nº6930, 17 de julho de 1925.

<sup>166</sup> BELO HORIZONTE, 1926, p.9.

circulavam lições que pudessem ser aplicadas em seus alunos, a fim de discutir a higiene como prática cotidiana. Estas tratavam principalmente de práticas que deveriam ser difundidas na escola através dos professores, como uma das formas de prevenção a doenças infectocontagiosas:

**Modo pratico e facil de ensinar hygiene**

**O sabão — Sua utilidade — Noções 'de asseio**

**A** LUMNO — Ganhei um sabonete esplendido para fazer bolinhas.

Professor — Mas porque não o emprega para fim mais util ? Não sabe por acaso para que serve o sabão ?

A. — Sei, sim, é para perfumar as mãos.

P. — Não senhor ! O sabão quando é perfumoso deixa passageiramente perfumadas as mãos ou o corpo de quem delle se serve, mas o papel do sabão não é este, é outro muito mais importante.

A. — Qual, então ?

P. — E' o de fazer a limpeza do nosso corpo e especialmente das nossas mãos, retirando as suas numerosas impurezas.

A. — E quaes são essas impurezas ?

perigosissimas que diariamente roubam ao mundo milhares de vidas. A tuberculose, por exemplo, produzida por um microbio, só na cidade do Rio de Janeiro mata milhares de pessoas em cada anno !

A. — Que coisa horrivel !

P. — Mas não posso comprehender como existem esses terriveis microbios em nossas mãos.



EM CASA TOSSE, LEVANDO A MÃO Á BOCCA,  
QUE FICA SEMEADA DE MICROBIOS.

P. — Poeira, e principalmente numerosos microbios que são uma ameaça á nossa saude e á nossa vida.

A. — Mas que mal fazem os microbios á nossa saude ?

P. — Terriveis !! Os microbios são o maior inimigo do homem. São causadores de molestias



NA RUA UM AMIGO SADIO DÁ-LHE A MÃO, QUE  
FICA TAMBEM CONTAMINADA.

A. — Nem eu !

P. — E' muito simples. Suponhamos que um tuberculoso, ao tossir, leve a mão á bocca. Naturalmente, com a tosse, sahem microbios da tuberculose que ficam na sua mão. Si este doente apertar a mão de outra pessoa sã, está claro que a mão dessa outra pessoa pôde receber o microbio.

A. — E basta isso para que essa pessoa sã fique tambem tuberculosa ?

Si ella não tiver o cuidado de lavar muito cuidadosamente, as mãos com sabão, ao levar á bocca um pedacinho de pão, por exemplo, pôde levar tambem o microbio e ficar tuberculosa.

A. — Pódem existir outros microbios nas mãos sem ser o da tuberculose ?

Imagem 5: Lição de práticas de higiene direcionada aos alunos dos grupos escolares.  
Fonte: Revista do Ensino, 1926, p.9.

Assim, concluímos que nesse momento, já existia uma percepção clara defendida por médicos e educadores de que o aluno era o maior difusor de preceitos de higiene no âmbito de suas famílias. De acordo com uma publicação veiculada na *Revista de Ensino*, em 1926, traduzida de um artigo publicado na *L'Ecole et La Vies*, em 1925, a palavra do professor ganha credibilidade e autoridade para a transformação das famílias e, quem sabe, da sociedade:

Nos meios domésticos, onde a profilaxia mais elementar das doenças facilmente evitáveis é quase desconhecida, o aluno se impressiona pelo contraste entre a indiferença ou negligência dos pais e o cuidado e as medidas higiênicas que o mestre na escola preconiza e adota. O pai fuma e escarra, a mãe levanta poeiras varrendo, a fonte onde se colhe água de bebida é muito próxima ao depósito de lixo; o dormitório não é bem arejado, nem desinfetado após as moléstias contagiosas. A criança aprende na escola que tudo isso é perigoso, funesto à sua própria saúde e à dos seus; o instinto de conservação dá-lhe forças para intervir com coragem; ousa dizer o que lhe ensinou e às vezes pede conselhos ao mestre que a habilite a se proteger em determinados casos, evitando o contágio que ela aprendeu a temer.<sup>167</sup>

O papel que a criança poderia exercer em suas famílias era reconhecido e, sem dúvidas, desejado no contexto marcado por campanhas sanitárias pelo “Saneamento do Brasil” e pelas reformas da saúde pública implementadas pelo governo Epitácio Pessoa, a partir de 1919<sup>168</sup>. A partir dessa evolução observada com a inserção da inspeção médica escolar, percebemos que esses atores viam que o estado de Minas Gerais necessitava de uma reforma que pudesse reorganizar o ensino de tal modo que, oficialmente, médicos e educadores pudessem trabalhar em conjunto para que as inspeções médicas e odontológicas, munidas das práticas ensinadas por professores, fossem um aliado do progresso, e ainda, um instrumento de propaganda política entre a população. Ambos os grupos profissionais reconheciam a necessidade do trabalho com higiene escolar e entendiam que um trabalho em conjunto seria mais eficaz<sup>169</sup>.

É nesse contexto de reforma sanitária que, em 1927, foi realizada uma das mais importantes reformas desde a Lei João Pinheiro, a “Reforma Francisco Campos”, que ganhou o nome do Secretário do Interior do governo de Antonio Carlos Ribeiro Andrada (1926-1930). Essa reforma buscava aprimorar as práticas educacionais introduzindo fortemente as ações médicas e odontológicas que passaram, a partir de então, a serem obrigatórias nos grupos escolares.

O governo de Antonio Carlos em Minas Gerais pode ser considerado um dos mais importantes na década de 1920, principalmente por conta de suas características liberais em um contexto mineiro oligárquico. Ideologicamente, Antonio Carlos configurou em seu mandato uma luta pró-liberdades públicas e também com tradições

<sup>167</sup> BELO HORIZONTE, 1926, p.13.

<sup>168</sup> HOCHMAN, 2012, p.81

<sup>169</sup> Em matéria na *Revista de Ensino* de Abril de 1927, o médico escolar de Belo Horizonte, Dr. Lucas Machado publicou artigo reconhecendo a eficácia das professoras no trabalho com higiene escolar, ressaltando os pontos de que, através destes trabalhos, os alunos poderiam se tornar um elemento da educação sanitária para seus familiares (BELO HORIZONTE, 1927, p.8).

liberais, indo contra o analfabetismo, a oligarquia e o autoritarismo<sup>170</sup>. Sendo parte de estratégias eleitoreiras ou não, o plano reservado para as transformações na educação se fizeram em reflexo do movimento da Escola Nova, que pretendia levar a proposta liberal ao plano curricular-pedagógico, surgindo então com uma educação voltada para a cidadania<sup>171</sup>. Carvalho e Carvalho (2013) ressaltam, entretanto, que no governo Antonio Carlos, o discurso liberal teria caído em contradição ao se deparar com o discurso de Francisco Campos que defendia uma estrutura social ainda vigente na época – a excludente<sup>172</sup>. Essa interpretação aparece principalmente por conta do discurso conservador que Francisco Campos adotou na época da reforma, apontando a educação escolar como reflexo das aspirações de cada sociedade, além de conservar a ordem – intelectual e moral – adaptando a criança à vida social<sup>173</sup>.

De acordo com Jorge Nagle (2001), a década de 1920 é o momento em que as ideias do escolanovismo se difundem no Brasil, diferenciando-se do período anterior, o qual apenas ideias acerca das crianças e de sua aprendizagem começaram a ser introduzidas no debate educacional brasileiro, sem que elas fossem efetivamente realizadas<sup>174</sup>. Precedendo um movimento que teria um intenso destaque no Brasil no Estado Novo em 1930, algumas diretrizes foram traçadas ainda na década de 1920, podendo sintetizar algumas dessas discussões nas ideias de Francisco Campos, enquanto esteve a cargo de Secretário do Interior em Minas Gerais entre 1926 e 1930. Carvalho (2012) resalta ainda que nesse período, os políticos – fossem eles intelectuais políticos ou políticos intelectuais – viram a escola como um vetor de democratização com a cidadania. Como levanta o autor, essas transformações, que tiveram como pano de fundo as mudanças sociopolíticas na Primeira República, representaram uma forma de efetivar projetos que consolidassem a modernização da sociedade, homogeneização da cultura e prática política como a busca de uma sociedade com espaço para a cidadania – retirando a população da ignorância e incorporando-a à República<sup>175</sup>.

O ingresso oficial dos médicos na escola foi um elemento diferenciador dessa nova reforma na organização escolar republicana prevalecente até aquele momento. Carvalho (2012) associa esse protagonismo, que foi atribuído aos médicos, com a

---

<sup>170</sup> CARVALHO, CARVALHO, 2013, p.142.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p.145.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p.148.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> NAGLE, 2001, p.310.

<sup>175</sup> CARVALHO, 2012, p.187.

necessidade da criação da cadeira de Biologia e Higiene no curso de formação dos professores, que remetem aos novos princípios usados para a ampliação do conhecimento sobre a criança escolar. Para o autor, essa renovação ampliou os saberes pedagógico-didáticos e transformou a escola ao considerar os interesses e a necessidades do educando se diferenciando do didatismo tradicional<sup>176</sup>.

O decreto nº7970-A, de 15 de outubro de 1927, que aprovou o Regulamento do Ensino Primário em Minas Gerais, trouxe uma série de mudanças que refletiu nos aspectos de organização dos grupos escolares e nos afazeres de seu corpo docente. O estado centralizou ainda mais o seu poder frente ao funcionamento de tais escolas, destacando as inspeções técnicas que fiscalizariam ainda mais esses estabelecimentos. Nesse quesito, uma das grandes mudanças que a reforma de 1927 trouxe foram as normas sobre a higiene escolar e a assistência médica e dentária. A partir de então, ficaria instituído oficialmente a obrigatoriedade de médicos e dentistas na manutenção da higiene escolar nessas instituições, formando uma Inspetoria de Higiene e Assistência Médica e Dentária Escolar<sup>177</sup>.

Diferente das iniciativas dos médicos, que até então haviam surgido nos grupos escolares via filantropia, a reforma em 1927 designou ao poder público a tarefa de contratá-los mediante prova de habilitação, tendo sugerido inclusive à Universidade de Minas Gerais a instalação de um curso especializado em clínica dentária infantil e enfermagem<sup>178</sup>. Os exames nas escolas passaram a ser divididos por etapas, se tornando, então, obrigatória a inspeção no início do ano letivo – junto à matrícula, além de inspeções diárias e exames periódicos, a fim de evitar as transmissões de moléstias contagiosas. Assim, percebe-se que o estado pretendia ser mais rigoroso em relação ao ingresso das crianças nos grupos escolares, superando aquela necessidade de expansão e frequência no surgimento desse modelo na Lei João Pinheiro em 1907. Com essa reforma, apenas as crianças que tivessem com perfeita saúde frequentariam os grupos escolares, após a avaliação pelos médicos. Ao diretor, caberia a tarefa de observar os alunos para que, na primeira suspeita de qualquer doença contagiosa, o caso fosse encaminhado para os médicos responsáveis. O papel do médico ampliou-se na medida em que pertenceria exclusivamente a ele, o papel de dispensar alunos de determinadas

---

<sup>176</sup> *Ibidem*, p.191.

<sup>177</sup> MINAS GERAIS, Regulamento do Ensino Primário, 1927, p.1171.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p.1172.

disciplinas, trabalhos práticos e educação física – todos envolvendo o ensino da higiene para os matriculados nos grupos escolares. Além disso, ficavam submetidos os professores, diretores e enfermeiras às mesmas inspeções e normas designadas aos alunos. No caso dos professores, lhes eram concedidas férias especiais ou licenciamento para tratamento das possíveis moléstias<sup>179</sup>. As doenças listadas no regulamento que deveriam merecer a atenção do corpo docente e dos médicos eram: “sarampo, escarlatina, varíola, rubéola, erisipela, lepra, varicela, difteria, febre tifoide, febre amarela, peste bubônica, tuberculose, coqueluche, caxumba, sífilis e meningite cérebro-espinal” entre outras<sup>180</sup>. Caso um professor ou aluno estivesse com suspeita ou fosse acometido de qualquer uma das doenças listadas, ele só poderia retornar a frequentar às aulas com um atestado médico. Percebe-se, portanto, a importância que a reforma aderiu à figura deste profissional da saúde na escola, sendo ele a figura com uma das competências mais importantes no espaço escolar. A escola, assim, passou a servir como um dos instrumentos que ajudaram a solidificar ainda mais a imagem do médico frente à população, que teria então um contato ainda maior com o profissional da saúde a partir do grupo escolar. Desta forma, a presença dos médicos se tornou obrigatória em todos os grupos escolares, com os seguintes compromissos:

- a) ser higienista
- b) dar o exemplo pessoal, pelos cuidados que dispensa à sua saúde e higiene individual;
- c) exercer com entusiasmo a profissão, de maneira a estimulá-lo nos docentes, nas enfermeiras, pais e alunos;
- d) interessar-se em levantar o nível de saúde na escola;
- e) expor, logo no início do ano, o seu programa de saúde aos pais, professores, enfermeiras e alunos, assegurando assim a sua indispensável cooperação;
- f) acentuar a importância de cultivar os hábitos de higiene;
- g) explicar aos pais a importância da correção precoce dos defeitos;
- h) fazer o mais cedo possível os exames de saúde e procurar corrigir os defeitos encontrados;
- i) sugerir exercícios corretivos e exercícios coletivos destinados a promover o melhor desenvolvimento físico nas crianças;
- j) trabalhar em estreita colaboração com as autoridades sanitárias.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, p.1175.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p.1178.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p.1182.

O médico seria o exemplo a ser seguido dentro da escola, como aquele que não só ensinasse, mas que também praticasse a higiene. O entusiasmo do profissional é mencionado de forma importante, como meio de incentivar não apenas os alunos, mas todo o corpo docente escolar a se enquadrarem nas normas higienistas. Percebe-se ainda que o Estado pretendia colocar o médico não apenas em contato direto com professores e alunos, mas também com os familiares que passariam a ter acesso direto ao higienismo através de palestras que os motivariam a cooperarem com a profilaxia dos alunos. Essa foi a primeira vez que o discurso apontou para uma situação em que os médicos escolares poderiam ter ligações diretas com os familiares das crianças frequentes nos grupos escolares, ampliando ainda mais o campo de alcance dos preceitos higienistas.

A “profilaxia” na escola passava a ser obrigação do estado e um direito de todos com o apoio dos familiares, se opondo à concepção difundida na criação dos grupos escolares, de que seria direcionada apenas aos alunos doentes mais pobres aos médicos pelo auxílio da caixa escolar. As enfermeiras também fizeram parte dessa nova concepção envolvendo os familiares. Além de auxiliarem os médicos e professores no ensino da higiene e exames médicos, as enfermeiras tinham papel importante para inspecionarem não só o ambiente escolar, mas também proporem visitas domiciliares, a fim de direcionar os familiares para uma prática higienista completa do aluno<sup>182</sup>. É curioso notar que nessa reforma, o Poder Público tomou liberdade para sugerir a inserção desses profissionais da saúde dentro das casas dos alunos. Não se sabe até em que ponto a iniciativa atingiu êxito, principalmente por prováveis resistências dos familiares a esses atores, porém, entendemos o movimento como uma notável mudança não apenas na configuração da escola, mas também no lar dos alunos. Entende-se que, portanto, tal discurso almejou a possibilidade de ampliar o discurso higienista para além dos muros da escola republicana.

Outro profissional importante mencionado na Reforma Francisco Campos foi a dos dentistas e seus gabinetes odontológicos. Junto aos médicos, o dentista passou a colaborar com a saúde do aluno, inspecionando uma parte importante do corpo que poderia desencadear doenças em diversas outras partes: a boca. Ficava a cargo do dentista a partir de então, o tratamento necessário e curativo junto da profilaxia,

---

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 1182.

praticada estritamente em clínicas ou gabinetes montados dentro dos grupos escolares<sup>183</sup>.

Há, entretanto, uma diferença entre o serviço médico e dentário na Reforma que reflete exatamente a exclusão de alunos que não eram considerados pobres. De acordo com o Estado, os pais de alunos acometidos por determinados casos seriam notificados para devido encaminhamento ao dentista. Caso fosse comprovado a impossibilidade do tratamento, o dentista se prestaria a realizar o serviço gratuitamente<sup>184</sup>. É nesse momento que a inspeção dentária difundida nos anos posteriores em Juiz de Fora, passou a fazer parte do cotidiano escolar no estado de Minas Gerais. Mesmo com determinados tratamentos odontológicos sendo exclusivos por lei ao público mais pobre que frequentava os grupos escolares, todos os alunos tiveram acesso aos cuidados com a boca, aprendendo métodos profiláticos que ajudariam a prevenir outras doenças.

Além da participação de todos esses atores na construção das práticas higiênicas na escola, a Reforma Francisco Campos trouxe ainda mais um instrumento para consolidação de tais costumes. Dentre as instituições escolares complementares criadas com a nova reforma, o Pelotão de Saúde se destaca como um grupo auxiliar de todas as novas instruções higiênicas exigidas. Essa organização foi uma espécie de associação de alunos, remetidas aos “pelotões ou cruzadas da saúde”, que colocou o aluno como um instrumento a fixar os hábitos de higiene nos escolares e generalizá-los na sociedade<sup>185</sup>. Esse grupo também seria liderado pelos médicos, que mais uma vez aparece como figura central para a difusão da saúde a partir da escola.

A preocupação do lugar da higiene a partir dessa reforma destaca grandes mudanças na cultura escolar, que atribui novas dimensões ao médico e as práticas científicas que fortaleceram suas bases nos primeiros anos do século XX. Podemos atribuir essas mudanças, entre outras coisas, ao pensamento dos intelectuais que vivenciaram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX como aponta Heloisa Helena Rocha (2000). De acordo com a autora, as influências de ideias iluministas em relação ao poder da educação, somadas a uma crença inabalável no dogma da ciência, ajudaram a configuração da escola em novos padrões que a distinguissem dos precários e insalubres casebres das escolas

---

<sup>183</sup> *Ibidem*, p.1184.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p.1203.

isoladas. Na concepção destes atores e intelectuais, era necessário construir uma escola como signo da civilização e do progresso<sup>186</sup>. Tal discurso se conecta com a intenção de organizar um espaço salubre que propiciasse ordem e disciplina, remetendo-nos à ampliação do diálogo entre a medicina e os escolares discutido neste capítulo. A figura do médico na escola vem para superar as dificuldades encontradas desde antes da instalação dos grupos escolares, e posteriormente, com uma fraca difusão de preceitos higiênicos em manuais que acabavam não sendo direcionados aos alunos, ou que, abordava questões bem superficiais.

Essa expansão da atuação médica também deve ser ligada como parte de uma intensa articulação por parte do governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que ansiava dar seu próximo passo político para além da Presidência do Estado de Minas Gerais, ainda dentro da “política do café com leite”. Investir nas escolas, reformar o ensino e contribuir para a construção de novas escolas pareceu ser um dos caminhos seguidos por Andrada, com a intenção de projetar sua imagem em todo o estado e para além, preparar o terreno para sua chegada à Presidência da República – interrompida pelo Golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930. Essas ações do então Presidente de Estado de Minas Gerais se fizeram refletidas em Juiz de Fora com a construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar Antonio Carlos (em Mariano Procópio) e na demolição e construção de um novo prédio para o Grupo Escolar de São Matheus – que já havia excedido a capacidade de alunos no populoso bairro. Era necessário que, a cidade berço de suas articulações políticas possuísse grupos escolares impecáveis, e que não dessem brechas para problemas relacionados à suas organizações – principalmente sobre higiene escolar, como foi o caso do grupo no bairro de Mariano Procópio. Em 1929, o político foi a Juiz de Fora especialmente para inaugurar tais grupos, se tornando um dos marcos da educação na cidade.

Essas articulações no campo da saúde, desenvolvidas durante as décadas de 1910 e 1920 foram politicamente orientadas. Porém, em Minas Gerais, médicos e dentistas passaram a fazer parte do disciplinamento do corpo e, além disso, adquiriram autoridade para interferir na estruturação do ambiente escolar, que tanto foi discutido desde a Lei João Pinheiro. Estes homens, ao longo dos anos, se tornaram peças fundamentais para a construção do projeto escolar republicano, ampliando a capacidade

---

<sup>186</sup> ROCHA, 2000, p.2.

da manutenção de higiene do aluno, e contribuindo na disciplina daqueles que ainda eram considerados os vetores do progresso ansiado pelos políticos. Entretanto, a inserção dos médicos nos grupos escolares vai além da elaboração de reformas escolares e debates envolvendo a Secretaria do Interior com a escola. A necessidade da presença de médicos nas escolas públicas mineiras perpassou diversas instâncias, e se fez presente nos debates em fóruns de cunho científico. Desde a virada do século XIX para XX, o discurso médico ateu-se a algumas necessidades que se encaixavam com a progressão buscada pelos republicanos. A higiene escolar fez parte de muitas discussões em Minas Gerais sob a justificativa de contribuir para a modernização na sociedade. Como exemplo temos a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – inaugurada ainda no século XIX e que, antes mesmo da Lei João Pinheiro empenhou-se para que a inserção de médicos nas escolas de Minas Gerais se efetivasse. Este empenho é o tema do próximo capítulo, que analisa a participação dos médicos nas discussões sobre o papel da higiene escolar, equiparando essas falas ao cenário educacional vigente na época.

Neste capítulo, observamos uma evolução da higiene escolar, entre o nascimento dos grupos escolares com a Reforma João Pinheiro em 1906, até a Reforma Francisco Campos que, dentre outras modificações, oficializou a presença de médicos e dentistas nas escolas. Essa definição foi sendo moldada na medida em que a nova cultura escolar proporcionou debates que enfatizaram o papel da higiene na construção de um espaço educacional modernizado. A compreensão que antes se referia a questões de engenharia, com destaque para os prédios escolares, passou a defender a presença dos médicos e dentistas como protagonistas na difusão de aspectos sanitários entre o corpo docente e discente escolar. Com a análise das leis e reformas educacionais em Minas Gerais na década de 1910 e 1920, percebemos a incorporação de um debate presente no meio educacional, que percebeu a necessidade de uma aproximação com a medicina para a propagação de preceitos higienistas na sociedade.

O desenvolvimento percebido neste capítulo, a partir das reformas educacionais, nos conduz a um importante debate, relacionado às discussões conduzidas por médicos e profissionais da área em Juiz de Fora. Tais questões tornaram-se pertinentes em fóruns científicos, na medida em que, a medicina enxergou na escola um local passível de projetar na nação conceitos higienistas. Dessa forma, o capítulo 3 discutirá a higiene

escolar a partir da visão dos médicos em Juiz de Fora e a conjunção com os aspectos higiênicos defendidos pelos educadores em Minas Gerais no começo do século XX.

### **CAPÍTULO 3: OS MÉDICOS VÃO À ESCOLA**

Este capítulo tem como objetivo discutir a articulação de médicos e dentistas nos grupos escolares de Juiz de Fora no começo do século XX, importante para o desenvolvimento da higiene escolar em Minas Gerais. Na “Manchester Mineira” do início do século XX, os médicos da cidade se reuniam na Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), espaço de debate político e científico que discutiu a higiene na escola e participou ativamente da construção de um projeto de “escola salubre”. A ação do médico na escola republicana era aclamada por esses atores. Eles entendiam o espaço de ensino como uma oportunidade de se afirmarem para além do ambiente médico-científico representado pela SMCJF. As ideias dos médicos sobre a escola foram influenciadas por uma série de discussões envolvendo a reconfiguração da etiologia das doenças, as tecnologias e suas influências na medicina moderna. Em meio a um cenário social e político, no qual ainda se buscava o fortalecimento da recém-proclamada República, os médicos se viram premidos da necessidade de alongarem seu espaço em uma sociedade considerada por eles ainda tradicional<sup>187</sup>. A década de 1920 se tornou o momento em que médicos se consolidaram na escola, ação decorrente de uma intensa discussão presente no Brasil no final do século XIX, que já apontava a

---

<sup>187</sup> FERREIRA, 1999, p.331.

importância de uma fiscalização rigorosa nas escolas para prevenir a eclosão de doenças geradas pela negligência com a higiene<sup>188</sup>.

Aos poucos, ampliou-se o papel da higiene na escola. Inicialmente, isso se deu por meio de normas e, depois, pela presença dos médicos e do uso da educação física como propagadores de preceitos higiênicos com a intenção de transformar a escola em um local difusor da saúde para as crianças e suas famílias. Contudo, quando discutimos higiene escolar em Minas Gerais, constatamos que não houve uma convergência perfeita entre médicos e educadores. Essa questão norteia este capítulo, que discutirá a contribuição dos médicos para as práticas higiênicas no ambiente escolar, frente a um posicionamento educacional que ainda estava sendo construído na consolidação do ensino republicano. Os médicos de Juiz de Fora, por meio de periódicos e publicações, discutiram a higiene escolar do Brasil e do exterior, capturando ideias que circulavam para sustentar a visão do papel positivo da medicina na escola para formularem novas questões. A atenção conferida por esses médicos à higiene escolar, revelada em boletins, atas de reuniões da SMCJF e na imprensa, é um dos principais focos deste capítulo, culminando em uma análise inédita de gabinetes médico e odontológico inaugurados nos grupos centrais da cidade. Tal fato inspirou, posteriormente, a expansão desses gabinetes escolares em Minas Gerais.

Entre a Lei João Pinheiro e a inauguração dos prédios próprios para os grupos escolares de Juiz de Fora, no final da década de 1920, as mudanças empreendidas na legislação educacional sobre as práticas higiênicas se entrecruzam com a ação dos médicos. Portanto, entender a configuração da profissão médica na sociedade local na virada do século XIX para o século XX torna-se a base para explorarmos o papel dos médicos e da higiene nos grupos escolares da cidade mineira, e a dimensão de um projeto mais amplo de modernização.

### 3.1 A SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE JUIZ DE FORA E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO MÉDICO

Seguindo uma tendência que circulou no Brasil no começo do século XX, o município de Juiz de Fora buscou se projetar como cidade modernizada, inspirada

---

<sup>188</sup> ZUCOLOTO, 2007, p.141.

principalmente pela então capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro<sup>189</sup>. Com um cenário preenchido por ideias científicas que circulavam nos meios intelectuais brasileiros, o país sediava espaços de discussão e difusão de conhecimentos representados neste estudo pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora<sup>190</sup>.

Nas primeiras décadas republicanas, a SMCJF buscou ser uma ponte entre os médicos e a população, considerada por eles ainda atrasada e avessa ao moderno. De acordo com Vanessa Lana (2006), que discute em seu trabalho a criação da SMCJF, o “ideal utilitário” dos médicos foi o que impulsionou o processo de institucionalização da medicina científica em Juiz de Fora<sup>191</sup>. Entende-se que havia um interesse social nas questões levantadas por estes atores, principalmente abarcando pontos de higiene municipal como a propagação de epidemias, o saneamento urbano e as práticas higiênicas da população. Com isso, buscaram a legitimação de seus discursos, embasados nos novos conhecimentos adquiridos pela profissão médica. Entretanto, este capítulo pretende mostrar que os médicos compreendiam a necessidade de ir além da informação sobre higiene e medicina. A escola seria um espaço fundamental para a afirmação da medicina e dos médicos como categoria profissional detentora da autoridade e competência para tratar da saúde dos alunos.

A SMCJF pode ser incluída em um intenso movimento médico-científico que surgiu no Brasil no século XIX. Não foi um movimento homogêneo, tendo em sua trajetória características específicas, com posicionamentos distintos entre os próprios atores envolvidos. A trajetória da medicina no país foi marcada pelo exercício da prática por diferentes tipos sociais durante o período colonial, imperial e na sua transição para a república<sup>192</sup>.

Luiz Otávio Ferreira (1999) aponta que, em meados do século XIX, a insegurança refletida na medicina vinha da impossibilidade de exercer qualquer autoridade mais efetiva, principalmente por conta de curandeiros, feiticeiros, padres, barbeiros cirurgiões entre outros que contribuíam para as fronteiras estabelecidas entre a medicina culta e a medicina popular<sup>193</sup>. As associações e instituições científicas também ficaram impostas a esta pluralidade. Muitas são as instituições que fizeram parte da

---

<sup>189</sup> CHRISTO, 1994, p.12.

<sup>190</sup> LANA, 2006, p.15.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>192</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p.331.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p.331.

história das ciências durante o século XIX, não só no Brasil, mas também na América Latina. Tais instituições, representadas por sociedades e fóruns científicos, apresentavam traços e evoluções semelhantes às europeias que lhe serviram de modelo<sup>194</sup>. Entende-se que, embora essas sociedades científicas funcionassem mais como órgãos de prestígio acadêmico e social, sua proliferação foi também uma forma de expressar a presença da ciência no Brasil, ainda que sua profissionalização se desse mais fortemente nas primeiras décadas do século XX<sup>195</sup>.

O Brasil não ficou imune às “criações utópicas” gestadas na Europa em meados do século XIX e, intensificadas com a importância do positivismo nos anos 1870, presenciou a euforia modernizante, típica da Belle-Époque, que transmitia a ideia de certeza que o futuro seria “generoso”<sup>196</sup>. Nos anos 1890, estas ideias atingiram seu apogeu enfatizando o progresso, com a agenda de saúde pública sendo parte deste movimento. Destaca-se a intensificação de debates microbianos e a luta para a conquista de legitimidade em um cenário dominado por paradigmas que proporcionavam grandes forças à mentalidade e práticas sociais<sup>197</sup>. Muitos foram os episódios conflituosos que fizeram parte da consolidação da medicina, principalmente ao apontarmos as discussões envolvendo a transmissão da febre amarela que impulsionou as técnicas bacteriológicas e a progressão do mundo microbiano entre 1880 e 1890<sup>198</sup>. Deste modo, compreendemos que, se por um lado a última parte do século XIX foi palco de desafios sanitários paralelos às divergências entre bacteriologistas e àqueles adeptos a teoria dos germes, por outro foi também neste período que muitos médicos viram na criação de instituições científicas um local para que tais experiências pudessem inserir e propagar um debate mais aprofundado sobre diagnósticos, profilaxias, tratamento de doenças entre outros.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, inaugurada em outubro de 1889, portava ideias provenientes do movimento republicano presentes, inclusive na cidade, se tornando a grande protagonista das discussões médicas-científicas no município<sup>199</sup>. A SMCJF teve forte inspiração das associações surgidas no Rio de Janeiro alguns anos antes, principalmente por conta da proximidade e de algumas semelhanças

---

<sup>194</sup> FERREIRA; AZEVEDO, 1998, p.476.

<sup>195</sup> MIRANDA de SÁ, 2006, p. 118.

<sup>196</sup> LEONIDIO, 2007, p.922.

<sup>197</sup> BENCHIMOL, 2004, p.59.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p.67.

<sup>199</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1900, p.1.

do cenário em que foram criadas. Ferreira, Maio e Azevedo (1997) destacam que associações desse tipo surgiram em meio a um contexto de dificuldades sociais e culturais, e mesmo funcionando mais como órgão de prestígio acadêmico, podem ser consideradas provas da vitalidade da ciência neste país<sup>200</sup>. Além de se converterem num espaço de institucionalização da medicina, sociedades como a do Rio de Janeiro e a de Juiz de Fora proporcionaram discussões científicas, se tornando não apenas um local de debates médicos, mas um polo de ideias sociais e políticas. Percebe-se um forte dinamismo de Juiz de Fora em relação a essas instituições científicas principalmente por conta da cidade estar inserida em um estado que, junto a São Paulo e Rio Grande do Sul, destacou-se na política nacional durante o período da República Velha<sup>201</sup>.

No dia 20 de outubro de 1889, a SMCJF foi inaugurada com uma sessão solene presidida pelo Dr. João Nogueira Penido, reconhecida figura local, tendo como 1º secretário o Dr. Eduardo de Menezes<sup>202</sup>, personagem central em nossa análise do papel da Sociedade na discussão da higiene escolar. Os médicos que compuseram a SMCJF foram nomes, na maioria das vezes, ligados às autoridades municipais de Juiz de Fora, que estiveram presentes em outras esferas de poder, destacando ainda mais o interesse corporativo e a preocupação com a visibilidade das atuações por estes homens<sup>203</sup>. Médicos, farmacêuticos, cirurgiões dentistas, além de parteiros e veterinários que tivessem diploma reconhecido no Brasil ou intelectuais que tivessem importantes publicações sobre a medicina se tornaram alvos do convite para fazer parte do fórum.

Dentre a historiografia local, voltada para a essa discussão, além da pesquisa de Vanessa Lana (2006), destacamos o trabalho de Renata Vargas (2010) que discute o papel dos médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora entre 1889 e 1911, voltando sua atenção para aplicabilidade da educação física – um importante instrumento de higiene escolar, nos grupos escolares da cidade. Apesar de a autora destacar importantes pontos na compreensão dos médicos sobre educação corporal, levantando as discussões desses atores em relação às práticas higienistas nas escolas e a moralização dos alunos aos “bons hábitos”<sup>204</sup>, optamos por trazer uma abordagem diferente das fontes da SMCJF, ao ponderarmos esses discursos frente à análise das

---

<sup>200</sup> FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, 1998, p.476.

<sup>201</sup> LANA, 2006, p.25.

<sup>202</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1900, p.1.

<sup>203</sup> LANA, *op. cit.*, p.39.

<sup>204</sup> VARGAS, 2010, p.86.

reformas educacionais no estado de Minas Gerais, e indo além, ao apontarmos a organização e o impacto da criação de gabinetes médicos e odontológicos nos grupos centrais de Juiz de Fora, em 1915.

Desde a primeira reunião, era perceptível o tipo de preocupação que circulava entre os membros dessa associação, que sob os olhos desses médicos deveria “prestar algum serviço à população”<sup>205</sup>. Inicialmente, a preocupação com a higiene pública nas ruas da cidade se destacou dentre as críticas formuladas à precariedade sanitária que ali predominava<sup>206</sup>. Nos anos seguintes, incorporaram em seus debates as principais discussões científicas que circulavam no Brasil e no exterior, por conta do contato de seus membros com congressos fora do país. Influenciados fortemente pelo advento da bacteriologia, os médicos ampliaram suas discussões para o sanitarismo na escola, por se tratar de um local público que, caso não fosse salubre, seria capaz de proliferar doenças. Graças ao foco dado pela república às reformas educacionais, foram nelas que os médicos perceberam uma linha de debate possível de conectar com as descobertas científicas debatidas nesses fóruns. Assim, começaram a surgir em Juiz de Fora as primeiras discussões médicas que davam conta de compreender a higiene escolar.

### 3.2 O MÉDICO E A ESCOLA: A SAÚDE NOS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA

A discussão sobre a higiene nos grupos escolares em Minas Gerais no começo do século XX ganha novas dimensões quando analisamos a participação efetiva dos médicos no ambiente educacional. Em Juiz de Fora, antes mesmo da “Lei João Pinheiro”, o debate sobre as práticas higienistas na escola já se fazia presente no meio médico, paralelamente à intenção de ampliar o alcance do ensino. Devemos ressaltar que o cenário para estas discussões foi propício, uma vez que, além dos médicos – em sua maioria com formação vinda do Rio de Janeiro – já se reuniram na SMCJF, começavam a surgir na cidade dentistas formados pela Escola de Farmácia e Odontologia, que foi inaugurada em 1904 antecedendo a Escola de Odontologia de Belo Horizonte (1912). Em um momento no qual a maioria da população era analfabeta,

---

<sup>205</sup> Ata de Inauguração da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 20 de outubro de 1889.

<sup>206</sup> *Ibidem.*

investir em projetos educacionais e organizar o ensino primário parecia ser o melhor caminho para que houvesse progresso social. Foi assim que a política republicana atribuiu à escola um caráter importante na construção de uma modernidade ansiada. No Brasil, a instalação dos grupos escolares vinha introduzindo novos parâmetros educacionais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que construíram prédios escolares nos últimos anos do século XIX. Em Minas Gerais, as inspirações partiram destas referidas experiências projetando nas normas e aplicações, os moldes de um ensino moderno, pronto para educar e civilizar.

Juiz de Fora era considerada por muitos contemporâneos a “Atenas Mineira”. As elites, inclusive médicas, tinham a intenção de promovê-la como uma cidade moderna por meio da educação de seus habitantes. Frequentemente apresentada como precursora de ações reformadoras do ensino possibilitando, por exemplo, que o estudante local concluísse seus estudos onde residia sem precisar se afastar da família<sup>207</sup>. Também voltava suas atenções para fatores como condições da água, higiene das ruas da cidade assim como de suas casas e, principalmente, o saneamento de lugares públicos que poderiam propagar doenças. A elite médica percebia nisso uma forma de se projetar na sociedade local e regional, ao mesmo tempo que tentava superar práticas enraizadas e consideradas ultrapassadas. Foi nessa compreensão que os médicos da SMCJF, fundada em 1889, objetivaram estar em sintonia com a agenda nacional e internacional de discussões sobre bacteriologia, doenças e profilaxias<sup>208</sup>. A criação e o funcionamento da SMCJF é um dos marcos dos aspectos modernos envolvendo a higiene na cidade, que contribui intensamente para as discussões relacionadas ao tema. A partir de então, os médicos se destacaram no cenário urbano com discussões envolvendo a saúde e serviços públicos – entre elas, a higiene escolar.

Compreendemos, nessa projeção dos médicos, uma determinante para a prática da medicina social, visto que a presença nas escolas implicaria na disseminação de práticas e ideias profiláticas, estabelecendo algum tipo de relação com a sociedade. Nos trabalhos de George Rosen<sup>209</sup> e Michel Foucault<sup>210</sup>, encontramos importantes análises que servem como base para a compreensão dos aspectos da medicina social.

---

<sup>207</sup> Z. Uma lacuna em nosso ensino. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1913, p.1.

<sup>208</sup> Cf. Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904.

<sup>209</sup> ROSEN, 1980.

<sup>210</sup> FOUCAULT, 1998.

A bacteriologia e o lugar do médico são alguns dos fatores usados pelos autores para entender a doença na sociedade, além das mudanças que estariam ocorrendo no campo da saúde. Alcançando uma perspectiva política em sua obra, Rosen (1980) destaca que no século XVIII foram muitos os médicos que reconheceram a necessidade de aplicar uma abordagem à medicina e à higiene que levasse em conta sua inserção no social. O autor defende que foi no século XIX que se desenvolveu a ideia de medicina como ciência social e a formulação clara do conceito de medicina social<sup>211</sup>. Rosen volta sua análise para alguns estados europeus, discutindo a inserção de políticas higienistas com a doença assumindo um valor social. Na Alemanha, por exemplo, a Lei de Saúde Pública submetida à Sociedade Berlinense de Médicos e Cirurgiões em 1849 é um exemplo claro da compreensão da saúde pública como aquela que objetiva o desenvolvimento físico e mental do cidadão, além da prevenção de todos os perigos à saúde, o controle da doença e a preocupação na sociedade como um todo, considerando suas condições físicas e sociais, tanto gerais quanto individuais<sup>212</sup>. Para o autor, a higiene social diz respeito ao bem-estar da sociedade, a qual se “deve eliminar a pobreza, pois enquanto ela existir não será possível pensar em (...) conseguir um desenvolvimento normal das relações econômicas”<sup>213</sup>. Em suma, ele baseia o conceito de medicina social em dois pilares – medicina e ciência social – para defender a ideia de que esse só poderia se tornar mais preciso com o avanço da medicina e com o desenvolvimento da ciência social.

Já Foucault (1995) enfatiza na obra *Arqueologia do Saber* que a medicina deve ser tratada como "instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração”<sup>214</sup>. Na transição do século XVIII para o XIX, de acordo com o autor, podemos identificar uma medicina moderna, científica e social que desenvolveu uma tecnologia do corpo social. A medicina é, portanto, uma prática social a qual valoriza as relações entre médico e doente, defendendo a ideia de que o capitalismo não proporcionou a passagem da medicina coletiva para uma medicina privada, e sim o contrário. O corpo é o principal objeto socializado pelo capitalismo, uma realidade biopolítica que foi possível a utilizando da medicina como

---

<sup>211</sup> *Ibidem*, p.78.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p.86.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p.110.

<sup>214</sup> FOUCAULT, 1995, p.47.

estratégia. Sua intenção é de defender mecanismos que constituem a medicina social e constroem o discurso médico de diversas maneiras. Para isso, aponta que a definição da medicina social pode se reconstituir a partir de três etapas sendo elas a medicina de Estado, medicina urbana e a medicina da força de trabalho<sup>215</sup>.

O discurso sobre higiene e saúde coincide em várias formas com as questões de classe, da mesma forma que, a necessidade de controlar os pobres possibilitou aos médicos um discurso de controle dos corpos. São questões envolvendo classe, mas também envolvendo gênero e raça. Destaca-se que “a vinculação crescente do saber e da prática médica com o Estado, a produção de uma inquietude político-sanitária no contexto urbano, redundando numa medicalização da sociedade (...)” são marcas importantes de um contexto histórico inserido em um processo de redes<sup>216</sup>. O impacto dessas discussões no campo médico europeu chegava com certa simultaneidade ao Brasil através de publicações estrangeiras que proporcionavam a circulação das ideias. Os médicos, na virada do século XIX para o XX, se atentaram as discussões travadas pelo campo da medicina naquele período que eram marcadas principalmente pela característica social. Era necessária a busca de estratégias que rompessem com um passado atrasado, acontecendo não apenas no campo médico, mas também em outros campos que proporcionassem o uso de dispositivos pedagógicos e disciplinares em busca de uma modernização.

Os debates sobre higiene escolar nas reformas educacionais privilegiaram inicialmente questões de infraestrutura: o local adequado para a instalação da escola, a edificação e aspectos como arejamento e amplitude do espaço. Contudo, com o passar dos anos, as discussões sobre a higiene na escola deixaram de ser exclusivamente arquitetônicas, ingressando na agenda a inspeção médica nas escolas (representadas pela profilaxia de doenças), o tratamento de escolares carentes e o ensino da higiene como item do currículo.

Por meio das Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia e periódicos locais, é possível analisar como os médicos percebiam o lugar da higiene na escola e seus diálogos com ideias que circulavam por todo o país. A análise destas fontes sugere que a escola seria um potencial espaço de difusão do conhecimento médico para a

---

<sup>215</sup> FOUCAULT, 1998, p.80.

<sup>216</sup> STEPHANOU, *op. cit.*, p.150.

sociedade, associando medicina e progresso<sup>217</sup>. Independente das motivações é inegável que essas discussões acabaram por impulsionar a higiene escolar nas leis educacionais mineiras. Paralelo ao movimento, iniciado pelos médicos, de tentarem se inserir no espaço educacional, o estado de Minas Gerais abriu um espaço maior para o debate sobre profilaxia e cuidados com a saúde do aluno que frequentasse o ensino público, redefinindo, assim, as práticas higiênicas na escola.

Em Juiz de Fora, médicos e odontólogos estiveram ativamente presentes na proposta da escola como uma porta de difusão do conhecimento médico por meio de palestras, demonstrações, assistência e ações preventivas. A escola era vista também como um instrumento de legitimação das profissões médicas e de expansão de seu papel social e político, assim, como a de sua clientela. Para esses médicos, o atendimento aos alunos proporcionaria não só a propagação de conhecimento, mas também, poderia aumentar o número de pacientes que lhes confiariam o tratamento de suas mazelas.

A proposta de legitimação médica, em Juiz de Fora, viu no grupo escolar o local ideal para a difusão de preceitos higiênicos. Um dos fatores que tornaram a escola tão fundamental para os médicos durante o período de consolidação dos grupos escolares foi a ausência de uma Escola Normal na cidade, fundamental na formação de professoras, inclusive no que tange os aspectos de higiene e saúde. A então existente, criada em 1881, foi fechada em 1907 para a instalação do grupo escolar central no Palacete Santa Mafalda – prédio onde funcionava a primeira Escola Normal da cidade<sup>218</sup>. O ensino normal em São Paulo, por exemplo, foi um dos locais de ensino dirigido por médicos, tornando-se importante na difusão de procedimentos higiênicos, comportamentos sociais e a predisposição para o trabalho<sup>219</sup>. Porém, em Juiz de Fora, a Escola Normal enfrentou intensa instabilidade, tendo sido, inclusive, alvo da tentativa de supressão por diversas vezes, desde sua criação. Estas tentativas ganharam ênfase com os cortes de gastos públicos devido à crise do café no governo de Silviano Brandão (1898-1902)<sup>220</sup>. Priscila Alves Ferreira (2013) destaca que a Escola Normal se tornou alvo da redução de gastos por meio de equiparações de escolas organizadas pelo

---

<sup>217</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.22.

<sup>218</sup> FERREIRA, 2013, p. 34.

<sup>219</sup> Cf. SOUZA, 1998.

<sup>220</sup> FERREIRA, *op.cit.* p.45.

município, supressão de turmas com “poucos” alunos e com a simplificação do currículo, determinando uma diminuição do número de docentes<sup>221</sup>.

Desta forma, os grupos escolares foram apontados como o local de encontro entre a higiene, a educação e a medicina, e os professores foram os mediadores entre os médicos e os escolares. Os diretores dos grupos escolares também teriam uma importante participação como operadores políticos e administrativos nas relações entre os médicos, odontólogos e a secretaria do interior do estado.

Se analisarmos as pautas da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora no começo da década de 1900, veremos os intentos de inserção do médico no ambiente educacional em sincronia com a agenda nacional de saúde pública. Discussões sobre a transmissão de doenças e as epidemias tiveram destaque no fórum médico juiz-forano. Há discussões, por exemplo, sobre a hipótese de a sífilis ser transmitida hereditariamente<sup>222</sup>, assim como também dos surtos de lepra, tuberculose e febre amarela<sup>223</sup>. Com a repercussão desses debates, ao longo dos anos a SMCJF ganhou reconhecimento fora da região mineira. Oswaldo Cruz, em carta, saudou a cultura intelectual dos médicos de Juiz de Fora e seus esforços em combaterem a febre amarela no Estado de Minas Gerais<sup>224</sup>. O sanitarista destacou as ideias vindas do fórum juiz-forano em apresentar ao Estado um “plano de defesa sanitária” contra as incursões da febre amarela. Na carta, Oswaldo Cruz enfatiza o fato dos médicos da SMCJF usarem como base os mais avançados estudos, até então, sobre a transmissão da doença indicando as medidas de profilaxia aconselhadas<sup>225</sup>.

Em meio ao empenho de destacar recentes debates e pesquisas médicas, a proposta de higiene escolar começou a surgir nos debates médicos em Juiz de Fora, em especial sobre a inspeção médica e a profilaxia de doenças. Houve um notável esforço desses profissionais para transformar a higiene na escola em leis e regulamentos<sup>226</sup>.

Em reunião, no ano de 1904, o médico José Dutra leu o trabalho remetido pelo Dr. Fernando de Moraes sob o título “Necessidade de inspeção médica nas escolas e das fábricas”<sup>227</sup>. Nesse trabalho, o autor atentava para a importância da inspeção médica que

---

<sup>221</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>222</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.42.

<sup>223</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1905, p.4.

<sup>224</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.24.

<sup>225</sup> *Ibidem*, *Op.cit.*

<sup>226</sup> Ver Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904.

<sup>227</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.27.

deveria ser a principal função dos médicos na escola. Há também a defesa da inspeção médica nas fábricas, locais considerados, muitas vezes, na época, insalubres para os trabalhadores. Apesar das indústrias, com forte presença em Juiz de Fora, aparecerem no debate, nota-se uma defesa maior da higiene nas escolas, talvez por estes estabelecimentos de ensino apresentarem uma oportunidade maior de acesso do que as fábricas. Foi nessa linha argumentativa que a escola surgiu como instrumento de higiene e, para isso, deveria ser apropriado pelos médicos para a manutenção da saúde dos alunos. Entra, assim, em discussão a salubridade dos prédios escolares como fator que pudesse contribuir para uma vida escolar mais saudável.

Dentre a defesa da higiene ressaltada tanto por médicos e educadores, o espaço exclusivo para o ensino, diferente da realidade instaurada pelas escolas isoladas foi a principal bandeira dos políticos envolvidos com a reforma do ensino primário em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX. Com as atenções voltadas para a instalação de escolas em prédios próprios, a arquitetura dos grupos acabou se tornando o principal símbolo da higiene escolar e uma das principais exigências da Lei João Pinheiro de 1906. As ideias que ressaltam os espaços amplos e arejados já estavam presentes nos debates médicos da elite juiz-forana alguns anos antes:

É necessário que as escolas se alarguem. Que os industriais deixem a luz penetrar no templo do trabalho para que possa lograr saúde (...). Convém que em tais estabelecimentos haja inspeção médica, evitando-se assim o ingresso a permanência de indivíduos doentes, cujo mal crescerá de dia para dia com o trabalho á que não se podem sujeitar ou a que pelo menos não devem se submeter (...). As inspeções medicas nas escolas e nas fabricas é uma necessidade que não precisa ser demonstrada, e o nosso intuito é apenas apropositar uma discussão ampla do assumpto no seio d'esta Associação, sobre as medidas mais acertadas que devem ser tomadas para conseguirmos esse *desideratum*<sup>228</sup>.

Os médicos já vislumbravam, antes mesmo da reforma de 1906, uma presença mais efetiva no cotidiano escolar. Essa participação em um cenário predominado por escolas isoladas era praticamente impossível, porém, as chances desses atores fazerem parte do cotidiano escolar aumentaram com os grupos escolares. O principal embasamento para essa presença dos médicos vinha da circulação de ideias sobre a inspeção escolar na Europa. Os países considerados “cultos” por aqueles homens

---

<sup>228</sup> *Ibidem*.

serviam de inspiração, justificando, assim, a inspeção médica nas escolas como um acerto desses países, que não só oficializaram a profilaxia nas escolas como também defendiam a vacinação contra tuberculose e febre amarela nos alunos<sup>229</sup>. A escola e a fábrica deveriam se tornar locais que, de acordo com o Dr. Fernando de Moraes, não mostrassem resistência às ações profiláticas dos médicos. Trabalhadores, alunos, professores e familiares envolvidos com o trabalho e com a educação eram os alvos dos médicos:

A inspeção escolar avivará no espírito popular, melhor talvez do que os cartazes jogados por toda a parte, a ideia da necessidade de se apartarem todos, tanto quanto possível, das condições favoráveis ao contágio da tuberculose e de outras moléstias igualmente transmissíveis por contágio (...). Não poucas vezes, com efeito, para essas moléstias (sarampo, varíola, escarlatina, coqueluche...), é a escola ou a fábrica a origem do contágio. Se houvesse a inspeção a que nos referimos, afastado um indivíduo por se achar com a moléstia que as vezes só é apercebida por exame minucioso, pelo menos em seu início, de muito diminuirão as probabilidades de uma disseminação<sup>230</sup>.

Para os médicos, fábricas e escolas tinham em comum o fato de serem espaços de educação e difusão da higiene. Tais lugares são mencionados como fundamentais para a manutenção sanitária da população. Com as atenções voltadas para ambientes saudáveis, outro fator importante passou a ser uma preocupação dos médicos em Juiz de Fora: o saneamento urbano. Era fundamental que não só as escolas e fábricas se tornassem centros difusores do ensino higiênico, mas também era preciso que a cidade se destacasse por logradouros públicos e privados devidamente saneados. O Dr. Duarte de Abreu, que em 1905 foi nomeado ao cargo equivalente à Prefeito em Juiz de Fora, ressaltava em seu discurso que Juiz de Fora possuía um dos melhores sistemas de esgoto do país, mas que não alcançava algumas áreas, muitas das quais onde as fábricas eram instaladas<sup>231</sup>. Dessa maneira, debates relacionados ao esgoto, água potável e manutenção do recolhimento do lixo também entraram e pauta<sup>232</sup>, podendo este ser considerado o ponto de origem das formulações do Código Sanitário defendido pelos médicos na década seguinte.

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p.29.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p.30.

<sup>231</sup> Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1905, p.04.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p.05.

A escola como instrumento de prevenção de doenças tornou-se tema perene na SMCJF. Como exemplo, há uma preocupação sobre a tuberculose na infância, que poderia ser evitada com o ensino da higiene. Segundo os médicos, tal enfermidade se deu por conta de duas condições indispensáveis: “o bacilo de Koch e a existência da predisposição individual”<sup>233</sup>. A tuberculose serve para ilustrar a defesa da profilaxia feita por esses médicos, que nos boletins a descrevem como “a doença do dinheiro”, que dependia de recursos para que fosse solucionada ou pelo menos evitada.<sup>234</sup> Os médicos viam a tuberculose como um mal a ser combatido, e desvinculado aos isolamentos dos doentes, que geralmente eram realizados por indivíduos com melhores condições financeiras. A tuberculose é uma das doenças utilizadas pelos médicos para defenderem a ideia de que os males infectocontagiosos poderiam ser evitados. Com o ensino da higiene, os médicos buscavam uma alternativa para que aqueles carentes de boas condições socioeconômicas pudessem combater essas doenças:

O único meio que não depende de dinheiro, mas de esforço de nós médicos, o qual não obstante só com dinheiro pode ser aperfeiçoado, é o Ensino da Higiene Geral e em particular “anti-tuberculoso” nas Escolas, à infância, mais apta para assimilar conhecimentos e de prepararmos as sociedades futuras; o ensino ao povo, por meio sobretudo da palavra oral, que vale mais do que a palavra escrita neste caso. Mas o ensino deve visar sobretudo a preservação contra os bacilos em qualquer “bacillifero”, e sobretudo o escarro; o ensino às mães em relação a amamentação e criação dos seus filhos; à limpeza das habitações do corpo<sup>235</sup>.

A pobreza, muitas vezes, esteve ligada a condicionamentos sociais que deveriam ser solucionados. De acordo com Claudia Viscardi (2011), é notável que, na virada do século XIX para o XX, intelectuais, políticos, lideranças religiosas ou leigas demonstrassem preocupação com os desvalidos e se mobilizassem para investir recursos contra a pobreza<sup>236</sup>. No caso dos médicos da SMCJF, percebemos através desses boletins que houve uma atribuição à pobreza em relação à manutenção de algumas doenças contagiosas na cidade. Viscardi (2011), entretanto, ressalta a limitação desta visão levantada pelo médico Ataulpho de Paiva, na década de 1920, ao apontar ser a assistência pública no Brasil resumida apenas ao combate de epidemias e à difusão de

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>234</sup> Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1905, p. 56.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p.66.

<sup>236</sup> VISCARDI, 2011, p.188.

preceitos higienistas<sup>237</sup>. Apesar de tomarmos a escola como espaço em que os médicos firmariam sua categoria, tais profissionais em Juiz de Fora utilizaram a assistência aliada ao discurso a favor da higiene escolar e da profilaxia das doenças, defendida como medidas que auxiliariam, principalmente, as camadas menos favorecidas.

A Reforma do Ensino Primário, ocorrida em fins de 1906, movimentou ainda mais o debate da saúde na escola em Juiz de Fora. Duarte de Abreu, um dos nomes ligados à SMCJF esteve presente na inauguração dos grupos centrais em 1907. Na época, exercia o cargo de Agente Executivo Municipal e ressaltou que a Câmara Municipal auxiliaria a manutenção de crianças pobres para o comparecimento às aulas dos grupos escolares:

No dia 04 de fevereiro, às 11 horas da manhã, no salão nobre da Escola Normal, ocorreu a instalação do Grupo Escolar. A sessão foi aberta por José Rangel e em seguida o Dr. Duarte de Abreu lembrou à Câmara a conveniência de ser prestado um auxílio pecuniário às crianças pobres, destinado à compra de roupas para que possam comparecer às aulas com necessária decência. A sessão foi encerrada com os alunos cantando o “Hino do Grupo Escolar de Juiz de Fora”, com letra de José Rangel e música do maestro Carlos Alves. Em seguida, à sessão fotográfica na frente do prédio com as professoras e autoridades, os alunos saíram em passeata percorrendo várias ruas da cidade<sup>238</sup>.

O Dr. Eduardo de Menezes ressaltou, pouco tempo depois da inauguração dos grupos escolares, que o progresso dependia da educação e que “educar gente velha é difícil, sobretudo na parte física. Educadas as crianças, serão elas as propagandistas da higiene. Pode-se dizer que a propaganda nas crianças garante o futuro”<sup>239</sup>. Este modelo de ensino era visto como propagador de bons costumes, expressos pela organização das salas de aula, de novas práticas sanitárias, e de hábitos que deveriam ser incorporados na infância a exemplo do uniforme escolar e do calçado. Tais práticas eram defendidas mesmo que necessitassem da assistência de instâncias como a Câmara Municipal e de atores políticos que apresentavam interesse na manutenção dessa escola.

O analfabetismo era algo a ser vencido, contudo, a instalação de grupos escolares não era necessariamente uma unanimidade. Ela recebeu críticas justamente por impor uma realidade considerada utópica às crianças carentes e que necessitavam de

---

<sup>237</sup> *Ibidem*, p.190.

<sup>238</sup> **Jornal do Commercio**, 05 de fevereiro de 1907.

<sup>239</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909, p.173.

cuidados para além da escola<sup>240</sup>. A própria requisição de uniforme, calçados, entre outras exigências, era algo que demandava mais do que muitas dessas famílias carentes – público alvo dos grupos escolares – poderiam fornecer para seus filhos. O grupo escolar chegou a ser visto como uma escola que, serviria apenas para as famílias em melhores condições de vida. Ao invés de integrar e educar para o progresso, como desejava a república, a nova escola poderia ser excludente. Nas palavras do jornalista Heitor Guimarães:

Os grupos escolares como as escolas primárias isoladas, destinam-se, penso eu, a ministrar instrução a crianças pobres. Quem traça estas linhas exerce o cargo de inspetor escolar por parte da Câmara e nas inspeções, bem como por ocasião dos exames, tem visto muitas crianças descalças, embora asseadas, numa promiscuidade de cores e de classes que muito honra o nosso espírito democrático. Parece, entretanto, que a nova organização escolar pretende banir esse nobre sentimento inato ao coração brasileiro, e que os grupos escolares foram criados só para filhos de pessoas ricas ou remediadas. Ali nenhuma criança poderá ir descalça e exige-se até fardamento. Se ainda este não o foi, será exigido dentro em pouco. As professoras, com o minguado ordenado de 150\$, foram convidadas a apresentar-se sempre de roupa branca, de chapéu e luvas... Pobres moças, que lutam com enormes dificuldades, obrigadas agora a despesas extraordinárias; vão ainda, com o seu luxo forçado, amesquinhar ainda mais a pobreza de muitos desses pequeninos seres... Por esse processo, o Estado acabará ministrando instrução gratuita aos favorecidos da sorte apenas, porque os pobres, que já lutam com dificuldades de toda a sorte, não poderão fornecer uniforme a seus filhos... Que se exija asseio dos alunos, é natural, porque a limpeza faz parte da educação. Não se perca mais, porém, a não ser que se vise transformar a instrução pública em privilégio de ricos...<sup>241</sup>.

A necessidade de trazer o pobre e o desamparado para a educação se baseava justamente em um discurso que pudesse criar aparelhos que permitissem a permanência destes indivíduos na escola, como a “caixa escolar” – que posteriormente passaria a ser um instrumento de filantropia e auxílio para gastos de alunos. A inspeção médica também se enquadra nessa interpretação, tornando-se um atrativo que o aluno pudesse usufruir e que possivelmente sua família não conseguiria fornecer<sup>242</sup>. Nessa ação civilizatória, o acesso da criança ao ensino em Minas Gerais passou a ser prioritário. Mesmo com a infreqüência escolar, que era um problema explicitado muitas vezes nos

<sup>240</sup> **Jornal Correio de Minas**, 05 de fevereiro de 1907.

<sup>241</sup> **Jornal Correio de Minas**, 05 de fevereiro de 1907.

<sup>242</sup> MINAS GERAIS, Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1907.

relatórios da Secretaria do Interior<sup>243</sup>, havia a expectativa que as práticas difundidas nos grupos escolares ultrapassassem seus muros.

Poucos meses após a inauguração dos dois primeiros grupos escolares da cidade, uma série de artigos do Dr. Fernando Moraes foi publicada no periódico *O Pharol*. Em artigo publicado no periódico sob o título “Hygiene Social”, o defensor da higiene escolar na cidade de Juiz de Fora, Dr. Fernando Moraes, usou o discurso de H. Méry<sup>244</sup>, proferido no II Congresso de Higiene realizado em Paris, para ressaltar o “alcançar a higiene”. De acordo com Méry, alguns pontos passaram a ser encarados nos anos anteriores do referido congresso, em que se destacou a necessidade de um exame individual dos alunos para uma ficha sanitária, a utilidade de se agruparem as crianças de acordo com suas aptidões intelectuais, a organização da luta e a organização antituberculosa na escola e, por último e talvez o mais importante, o recrutamento e a instrução de médicos escolares<sup>245</sup>.

Desde o congresso realizado em Paris (...) que o interesse despertado pela inspeção sanitária das escolas vai crescendo cada vez mais (...). Médico, higienista e pedagogo: eis as três qualidades que se devem exigir do médico escolar. Elas são necessárias para a consecução do fim que tem em mira a inspeção médica das escolas, a vigilância da cultura física e intelectual da criança<sup>246</sup>.

É preciso destacar que o Dr. Moraes deixou claro em suas palavras a sintonia que esses médicos tentaram estabelecer principalmente com as discussões vindas da Europa<sup>247</sup>. O II Congresso de Higiene, realizado em 1905, foi referência fundamental na inspeção sanitária das escolas. O congresso, realizado na Faculdade de Medicina de Paris, reuniu autoridades internacionais que discutiram, dentre outros assuntos, a permanência do aluno em um ambiente escolar salubre e a inspeção médica escolar<sup>248</sup>. De acordo com Heloisa Helena Pimenta Rocha (2010), a noção de espaço e salubridade dentro da escola foi um dos pontos discutidos pelos participantes do congresso que buscavam a legitimação do discurso higiênico. O cuidado com o corpo e a implantação de um modelo de formação de professores que incluísse a participação dos médicos foi

---

<sup>243</sup> RANGEL, 1907, p.1.

<sup>244</sup> Professor encarregado do curso de clínica médica infantil e “Rôle et mode denomination des médecins inspecteurs des écoles”, de Cornet, delegado da Sociedade dos Médicos-Inspetores da cidade de Paris. (Cf. ROCHA, 2010, p.235).

<sup>245</sup> *O Pharol*, 02 de maio de 1907, p.1.

<sup>246</sup> *Ibidem*.

<sup>247</sup> *Ibidem*.

<sup>248</sup> ROCHA, *op. cit.*, p.238.

bastante ressaltado<sup>249</sup>. Nota-se que a circulação de ideias é aqui um fator de extrema importância para ressaltar a pretensão dos médicos juiz-foranos de estarem inseridos em discussões internacionais, e mais do que tudo, mostrar a higiene como uma peça ligada à modernidade que deveria combater velhos hábitos mantenedores do atraso social.

Desta forma, o Dr. Moraes veio a defender a figura do médico também como um pedagogo e higienista. A partir de então, elaborou uma pauta que sugeria as mudanças que a escola poderia incorporar em sua dinâmica, utilizando o médico como aliado. A fim de manter a vigilância física e intelectual do aluno que frequentasse a escola, sugere a seguinte alteração no programa escolar em quatro tópicos:

1º: a vigilância higiênica das localidades e da mobília escolar; 2º a profilaxia das moléstias transmissíveis; 3º a vigilância da criança, compreendendo em primeiro lugar o exame e a ficha individuais; 4º: a educação sanitária das crianças e dos mestres<sup>250</sup>.

A defesa da inclusão destes itens no novo programa do ensino primário em Minas Gerais reflete muitas das discussões relatadas nos congressos realizados, ressaltando a influência que essas reuniões europeias tiveram na tentativa de levar o médico para a sala de aula.

Com base em ideias vindas da Europa, o Dr. Moraes continuou a publicar artigos que ressaltavam a fragilidade do sanitarismo escolar em Minas Gerais. Chegou inclusive a sugerir que a higiene deveria fazer parte do currículo obrigatório mesmo que para tal, devesse se sacrificar outro conteúdo do programa:

Que noções mais úteis poderão existir do que as que dizem respeito à nossa saúde, sem o que não pode ser o homem feliz? É necessário que nas escolas se sacrifique um tanto de ensino de alguma coisa menos útil, sobre que as vezes demasiadamente se carrega, pela das noções de higiene e fisiologia práticas, que todos devemos conhecer<sup>251</sup>.

Surge, desse modo, um conflito entre os médicos e educadores sobre o que era essencial para o currículo escolar. Os médicos achavam que na idade escolar existiam disciplinas que podiam ser diminuídas para darem espaço ao ensino da higiene, ressaltando a importância desse novo conteúdo como fundamental para o

---

<sup>249</sup> *Ibidem*, p.241.

<sup>250</sup> *Ibidem*.

<sup>251</sup> **O Pharol**, 11 de maio de 1907, p.1.

funcionamento da escola e aprendizado dos alunos. Os profissionais da saúde compreendiam que se a higiene fosse ignorada na fase escolar, provavelmente seria ignorada durante todo o resto da vida.

Apesar dos médicos reafirmarem que não desejavam questionar o currículo dos grupos escolares, essa discussão poderia atrapalhar a projeção da Secretaria do Interior que, de início, priorizou a quantidade e não a qualidade na instalação dos grupos escolares, alocando-os em lugares que, na teoria, não deveriam receber tais escolas – a exemplo do prédio do Grupo Escolar de Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Dessa forma, questionar a falta de higiene escolar e o seu ensino significava questionar a eficácia do ensino republicano.

Em março de 1907, um artigo assinado pelo Dr. Haim Yesse<sup>252</sup> questionou a Secretaria do Interior publicamente no *O Pharol*. Nele, o autor perguntava diretamente ao Dr. Carvalho de Britto, o porquê de só se falar em matrículas, nomeações de professores, instalações materiais e ignorar completamente uma “reforma sanitária” da escola<sup>253</sup>. O médico relatou um caso dramático ao denunciar a ausência das normas de higiene escolar em Juiz de Fora:

Na rua onde residimos faleceu há dias uma criança de moléstia suspeita (falou-se em “croupe”) em cuja casa mora um outro que é aluno do grupo escolar desta cidade. A Diretoria de Higiene, ao que nos disseram, mandou tomar precauções contra a propagação do mal (que felizmente não foi confirmado) e a família fechou a casa de onde se retirou para facilitar a respectiva desinfecção, que por sua vez não se realizou porque não fora caso. Para tanto nós e outro vizinho, sabendo que a outra criança seguira para a aula, proibimos às nossas que lá fossem<sup>254</sup>.

A publicação pode ser interpretada em um caráter de denúncia, apontando o descaso do grupo escolar em aceitar a frequência de uma criança que havia sido acometida por uma doença desconhecida. O artigo mostra a possibilidade da criança recém-infectada exercer o papel de transmissora de alguma doença infectocontagiosa. O papel do médico, em casos como este, seria o de inspetor médico escolar, trabalhando na prevenção e tratamento de doenças. É possível que esse artigo tenha sido redigido

---

<sup>252</sup> Cogitamos que Haim Yesse seja um codinome usado por algum dos médicos da SMCJF, ou até mesmo do Dr. Fernando de Moraes, para que se debatesse o assunto publicamente, uma vez que não há indícios de nenhum médico ou educador no cenário juiz-forano desse período com este nome.

<sup>253</sup> *O Pharol*, 14 de março de 1907, p.1.

<sup>254</sup> *Ibidem*.

por algum médico da SMCJF, por conta da localidade e dos dados que embasaram a escrita, já vistos nas discussões desse fórum. Isso justificaria o uso de um pseudônimo, por conta do caráter de denúncia e confronto em que ele foi escrito, colocando os médicos dentro de um embate direto com a Secretaria do Interior e os educadores.

Importante ressaltar também que, dentre a mudança ansiada no currículo para o ensino da higiene, o Dr. Moraes sugeriu, além da inspeção médica, que a educação física se tornasse uma aliada do cuidado com o corpo. O método suíço de Adolpho Spiess foi aqui a principal fonte para a discussão. Spiess é considerado o “pai” da ginástica escolar alemã, tendo atuado por muitos anos na Suíça e defendido a educação física no mesmo plano das demais disciplinas escolares<sup>255</sup>. A ginástica respiratória passou a ser defendida na escola como uma das medidas profiláticas da tuberculose. O debate vai ao encontro da posição do Dr. Ismael Rocha, com um artigo publicado no *Brasil Médico*, em 1905, que chamou a atenção da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora para o assunto, ao também incentivar as práticas corporais na escola. Nessa linha, de pensamento, movimentar o corpo seria um caminho de combate às moléstias. O método de Spiess aplicaria movimentos coordenados aos meninos e meninas que, sob o comando do professor, exerceriam não só o aprendizado para o exercício do corpo, como também incitariam a disciplina frente figura do mestre<sup>256</sup>.

De acordo com Cunha Júnior (2007), a educação física era compreendida pelos médicos da SMCJF como práticas que garantiriam a saúde física ou psíquica do aluno ou aquelas que corrigissem prováveis defeitos<sup>257</sup>. Com a criação dos grupos escolares, percebemos que a educação física desenvolveu uma potencial aliança para a manutenção da higiene dentro do espaço escolar, com a preocupação voltada para o corpo do aluno. Pelo Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais, em 1906, a Educação Física deveria ser realizada não só por meio de ginásticas e exercícios espontâneos, mas também por meio de trabalhos manuais<sup>258</sup>. Cunha Junior (2007) explica que a prática da educação física era a própria prática de higiene, o qual sugeria um trabalho corporal na sala de aula (ensinando posturas), no recreio (com brincadeiras masculinas que também deveriam ser feitas pelas meninas) e na hora da

---

<sup>255</sup> RAMOS, 1982, p.189

<sup>256</sup> Cf. **O Pharol**, 11 de maio de 1905, p.1.

<sup>257</sup> CUNHA JUNIOR, 2009, p.74.

<sup>258</sup> Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais, em 1906.

merenda (educando os alunos na maneira de se alimentarem)<sup>259</sup>. Em Juiz de Fora, a educação física foi praticada nos Grupos Centrais logo após a inauguração tanto por meninas quanto meninos e focada principalmente em exercícios militares, lecionadas pelo alferes José Machado Bragança para uma turma de quarenta alunos<sup>260</sup>. Os exercícios de caráter militar faziam, portanto, parte do cotidiano escolar, e seriam compreendidos como uma ramificação da higiene que ajudariam esses alunos a se prevenirem de males como a tuberculose. O Dr. Eduardo de Menezes reconheceu o esforço da reforma educacional em aplicar essas lições ao currículo em sua conhecida publicação *Cidade Salubre* (1911) – que será analisado posteriormente, reafirmando o caráter importante desta aplicação.

O Dr. J. Mendonça, chefe do Serviço de Higiene Municipal em Juiz de Fora, foi outro médico que também se posicionou abertamente sobre o tema da Higiene Escolar em publicações no *Jornal do Commercio*. Em 1907, discutiu o quão importante era não só se preocupar com a “higiene defensiva”, mas também com a higiene preventiva ou a chamada puericultura<sup>261</sup>. Esse pensamento expresso no artigo assinado por Mendonça destacava que era preciso ir além da higienização dos prédios e dos mobiliários, e que não bastava ser um serviço elementar de defesa coletiva das epidemias ou de doenças contagiosas, sendo a higiene individual a grande responsável pela saúde da coletividade. Portanto, o médico deveria examinar o aluno não só quando ele apresentasse algum sintoma de moléstia, mas, sim, “antes de cair doente”, o que levava o médico a fazer um número elevado de visitas nas classes<sup>262</sup>. Em outro artigo, o médico descreve como a higiene era praticada em escolas de Paris. Tendo como base informações sobre a “Sociedade dos médicos inspetores das escolas de Paris”, ressaltando que a inspeção era responsável pela diminuição da mortalidade infantil<sup>263</sup>.

Além da profilaxia de doenças contagiosas, os médicos instigaram a prática da antropometria, em que ressaltaram a importância dos exames de nariz, garganta, audição e visão, cruciais para a separação das crianças em normais ou anormais logo na matrícula<sup>264</sup>. Compreende-se que essa classificação entre normais e anormais era na verdade um dos modos para que os médicos pudessem separar as crianças acometidas

---

<sup>259</sup> CUNHA JUNIOR, *op. cit.*, p.76.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p.76.

<sup>261</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de março de 1907, p.1.

<sup>262</sup> *Ibidem*.

<sup>263</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de abril de 1907, p.1.

<sup>264</sup> *Ibidem*.

por determinados males, e assim, acompanharem com mais atenção para devidos tratamentos. Esse esforço é mais um reflexo inspirado na agenda internacional de cuidado com os escolares, principalmente a partir de discussões vindas da Europa – em países como Portugal, Alemanha e Suíça, que apontavam a necessidade da inspeção escolar e a eficácia da higiene em preparar o aluno contra moléstias que poderiam acompanhá-lo a vida toda<sup>265</sup>.

Ao ressaltarem a inspeção médica na escola com esses artigos, os médicos questionavam a posição oficial do Estado, pois enfatizavam em seus discursos a precariedade do novo programa de ensino primário, que não exigia atestados de vacinas, como a da varíola, ou outras requisições para que se contemplasse um ambiente escolar saudável, justificando ser essa a profilaxia imprescindível. Tal discurso só reforçou ainda mais o argumento dos médicos de que o Estado deveria aprimorar as normas de higiene nas escolas e inserirem a figura médica em tais estabelecimentos.

A configuração do espaço escolar a partir das reformas educacionais foi um dos focos de debate entre médicos e educadores. Naquele momento, houve uma forte discussão sobre a presença da tuberculose<sup>266</sup>, e a necessidade de um espaço escolar arejado em que fossem ministradas as aulas. Entretanto, a funcionalidade dessa exigência chegou a ser questionada por outros atores vinculados ao ensino primário do Estado. O inspetor escolar e diretor do periódico *O Pharol*, Lindolpho Gomes, começou a expressar, em alguns artigos publicados no ano de 1908, sua visão sobre o espaço. Em seu texto, ressaltou a importância do debate sobre as salas de aula, parte da escola tão discutida pelos médicos e educadores como o espaço em que deveria se priorizar a salubridade. O inspetor escolar alertou para a necessidade de este ambiente fosse observado com atenção, destacando principalmente as suas dimensões. Gomes ressaltou que, ao mesmo passo em que existia o discurso de que uma sala de aula pequena poderia prejudicar a saúde dos alunos, não seriam menos prejudiciais ao bom andamento do ensino os grandes salões aos quais estavam sendo aplicados os grupos

---

<sup>265</sup> SACADURA, 1906, p.6.

<sup>266</sup> As prevenções da tuberculose e de outras doenças evitáveis vieram à tona no discurso do Dr. Fernando de Moraes, que manifestava ser o ensino da saúde o “mais útil do que todos os outros ensinamentos ministrados a infância, pois garantindo-lhe meios de defesa contra a doença, aquisição de preceitos mantenedores da saúde, contribui ao mesmo tempo para o bem estar da coletividade”. O Congresso de Copenhague (1904) serviu como base de apoio para muitas discussões, tendo na figura do Dr. Francisco Pereira Passos – que na época do Congresso era prefeito da cidade do Rio de Janeiro – uma figura a quem se inspirar. Diante das discussões apresentadas no referido congresso, concluiu-se a necessidade urgente da educação higiênica do povo em todos os estabelecimentos de instrução primária (Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1908, p.172).

escolares<sup>267</sup>. Para defender tal posição, Gomes referenciou o trabalho de Medeiros e Albuquerque, que ocupou durante anos o cargo de diretor geral da instrução pública do distrito federal, e defendia que tais estruturas eram antipedagógicas. “É uma regra infalível, que quando duas classes funcionam, lado a lado, todos os alunos de uma prestam os ouvidos às lições da outra (...). O ideal é que a sala escolar comporte 40 ou 50 alunos”<sup>268</sup>.

Dessa forma, podemos observar uma divergência na concepção de uma sala de aula ideal no funcionamento dos grupos escolares. Para os profissionais da saúde, quanto maior o espaço escolar em que eram ministradas as aulas, mais este local seria eficaz para a não propagação de doenças. Já os inspetores escolares, acreditavam que havia um problema em salas maiores, não só pela falta de atenção do aluno, mas também prejudicariam o êxito do professor em conseguir completar as tarefas propostas. Além disso, poderia ficar mais difícil o controle e organização da classe, principal meta que o grupo escolar trouxe. É curioso ressaltar que, o debate envolvendo as características ideais para uma sala de aula higiênica – incluindo o tamanho e localização – perduraria durante anos, adentrando inclusive a década de 1920. Oswaldo Velloso, professor da Escola Normal em Juiz de Fora, discutiu sobre o tema na *Revista do Ensino*, publicação de forte circulação em Minas Gerais, no ano de 1925. De acordo com Velloso, as exigências discutidas sobre o espaço escolar seriam um dos obstáculos materiais para a difusão do ensino primário<sup>269</sup>. Para o professor, apesar das políticas educacionais, desde o primeiro momento, apontarem o espaço escolar como a principal característica do ensino primário na República, alguns educadores tinham ressalvas em sua localização, destacando sua funcionalidade para o corpo da escola e da sala de aula. Apesar de ser incontestável a “eficácia dos imensos salões de aula que eram adaptados para receberem luz e ar o suficiente a manterem uma boa higiene dentro das escolas” os professores que lecionavam as disciplinas compreendiam que existiam problemas, em certo ponto, na quantidade de horas que o aluno passava dentro das salas<sup>270</sup>. A hipótese discutida na revista era de que, além da proporção adequada ao local específico para a lição das disciplinas, os grupos deveriam também ser acomodados em locais arborizados para que os miasmas e os micróbios não fizessem parte do local escolar.

---

<sup>267</sup> **O Pharol**, Juiz de Fora, 20 de agosto de 1908, p.1.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>269</sup> VELLOSO, 1925, p.10.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p.10.

Dessa forma, destaca-se a importância não só de um local próprio do ensino ou a necessidade de um local amplo, mas também de um ambiente adequado nas vizinhanças da escola e que proporcionasse uma sala em que os alunos pudessem respirar e conviver com saúde.

Entre a década de 1910 e 1920, houve um esforço maior para que todas essas discussões sobre higiene escolar ganhassem destaque nos periódicos. Entendemos que, para esses atores, tornar o debate público era algo fundamental para o avanço do progresso republicano. Ou seja, se as discussões se expandissem para além do círculo médico e das publicações científicas, maiores eram as chances de atingirem parte da sociedade e, conseqüentemente, se firmarem enquanto categoria médica. Nesse caso especificamente, enquanto não conseguiam um espaço fixo dentro da escola como instrutores de saúde para os alunos, os discursos médicos apareciam cada vez mais ligados ao cuidado da higiene com o corpo.

Artigos começavam a despontar nos periódicos da cidade, para discutirem sobre as mais diversas vertentes da medicina, mas todas, de algum modo, ligadas às profilaxias das doenças<sup>271</sup>. Publicações discutindo a microbiologia, o desenvolvimento de vacinas e suas funções, mostravam que, mesmo tratando de uma linguagem científica, existia um anseio por parte da medicina de sair dos discursos voltados apenas para o círculo médico. Tratar da profilaxia e das vacinas abertamente com a população era uma das saídas para que os avanços médicos pudessem cada vez mais ser aceitos. A medida tornou-se, então, bem frequente. A discussão do que era higiene para os médicos, seus aprendizados e aplicações se tornaram comuns nos periódicos. Durante o mês de março e abril de 1908, diariamente, a profilaxia foi discutida em uma coluna escrita pelo Dr. Paul DeGrave, no *Pharol*, que explicava para a população o que era “higiene” e de que forma ela poderia ser trabalhada dentro de casa. Nestes artigos, a higiene estava atrelada à forma de “conservar a saúde, prevenir a moléstia e de afastar a hora da morte”<sup>272</sup>. É interessante ressaltar que, nessas discussões, a teoria microbiana se faz presente, sendo o conceito de moléstia diretamente atrelado ao micróbio como agente de contágio. Entretanto, não estar com o corpo saudável se tornava aliado da ação microbiana, aumentando a ênfase no bem-estar do ser humano. As mãos “que

---

<sup>271</sup> Em artigo publicado no *O Pharol*, no dia 30 de março de 1908, o Dr. J. Bagueira Leal discute em caráter científico o que o termo “vacina” significa, e a origem dos estudos que levaram às descobertas de tais soros imunológicos.

<sup>272</sup> *O Pharol*, 03 de março de 1908, p.1.

tocam tudo”, a boca que poderia ser uma “passagem para partículas orgânicas que flutuam no ar”<sup>273</sup> entre outras, estimulavam todos a aderirem o uso de sabão e a escovação dos dentes, já que essas eram as formas de prevenção tratadas nessas publicações.

Entretanto, mesmo mudando a forma de divulgação para uma que pudesse atingir a população de forma mais clara, inserindo tais debates no cotidiano social, a tentativa de expansão médica acabou encontrando dificuldades por conta da limitação em que os jornais tinham para transmitir informações a essa parte da população. Apesar de ser uma cidade em desenvolvimento cada vez mais progressivo, Juiz de Fora, ainda nesse período, apresentava uma quantidade expressiva de massa analfabeta. Tal fato poderia levar os médicos a então quererem estar ainda mais presentes fisicamente no cotidiano dos moradores locais. Obrigá-los a frequentar seus gabinetes era algo inviável, assim como a visita em suas residências. Entendemos que a escola acabou vista por esses médicos como uma saída para que os meios profiláticos defendidos por eles chegassem de forma mais eficaz na população. Esse ambiente deveria se tornar aliado dos médicos como um espaço de difusão das ideias científicas, proporcionando, assim, que todas as discussões desenvolvidas por estes atores pudessem ganhar a prática, e, a partir dos alunos, propagar-se entre a população.

Em 1909, a SMCJF decidiu intensificar os passos para a possibilidade de efetivação do serviço médico escolar. Em reunião no começo daquele ano, o Dr. Mendonça, que era componente do fórum, chamou a atenção dos médicos presentes para que a Sociedade de Medicina não fechasse os olhos para a higiene escolar, pois seria o mesmo que “descurar o ideal sociológico”<sup>274</sup>. Relembrou ainda que no “novo” programa do ensino primário, posto em execução pelo Dr. Carvalho de Britto (em 1906), não havia a exigência do atestado de vacina e boa saúde para a admissão de matrículas:

Convém notar que não me refiro somente à inspeção medica, limitando-se a esse serviço elementar de defesa coletiva contra as epidemias, ou de profilaxia das moléstias contagiosas, mas valendo também pela criança individualmente, acompanhando desde a entrada até a saída da escola. Não basta ver o aluno quando doente, é igualmente preciso vê-lo antes de adoecer<sup>275</sup>.

<sup>273</sup> *O Pharol*, 04 de março de 1909, p.1.

<sup>274</sup> *Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia*, 1908, p.212.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p.209.

Em abril daquele ano, um artigo não assinado (que pode ter sido redigido por alguém ligado à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, e com acesso às atas das reuniões), trouxe o apoio aos médicos para se manifestarem dentro das salas dos grupos escolares. Além de transcrever a ata da reunião que mostrava o quão inferior era o regulamento do ensino primário frente a outros países que mostravam mais atenção à higiene escolar, o artigo criticava severamente o governo. “Sempre que os poderes tratam da instrução pública, limitam-se no tocante à higiene escolar a cuidar da mobília (...), mas não se tem cogitado a pedagogia sanitária, em que se pode corrigir certas tendências da criança para moléstia”<sup>276</sup>. Essa pode ter sido a primeira vez que os médicos de Juiz de Fora teriam publicamente tomado a posição contra o regulamento da instrução pública mineira, partindo do ponto que estavam lutando pelo interesse da coletividade escolar.

O artigo publicado parece ter tido repercussão positiva, pois o assunto voltou a ser o principal tema em pauta da SMCJF na reunião do dia 21 de abril de 1909. Nessa reunião, o Dr. Fernando de Moraes levantou a possibilidade da Sociedade se inspirar nos artigos publicados pelo médico, para que pudessem defender e levar a higiene não só às escolas, mas também às fábricas. Tratar destas, inclusive, era um detalhe completamente necessário, pois Juiz de Fora se caracterizava pelas extensas fábricas têxteis que compunham o seu cenário urbano no começo do século XX. Atrelados a isso, estaria também a ligação dessas crianças que frequentavam o grupo escolar com os trabalhadores das fábricas, por muitas vezes, tendo um estrito laço familiar. Ambos os locais, os grupos escolares e as fábricas, eram frequentados pelas mesmas crianças, que por muitas vezes cumpriam o papel de irem até às fábricas levarem o almoço de seus pais. Essa função interferia inclusive na discussão do horário escolar, em que para muitas pessoas, o grupo escolar poderia atrapalhar uma dinâmica já enraizada na família<sup>277</sup>. Assim como na Europa já era consolidada a prática médica escolar e fabril, os médicos naquela reunião decidiram que deveriam discutir com a Secretaria do Interior tais pontos, a fim de que houvesse mudanças na regulamentação do ensino.

O presidente da sessão colocou em votação a proposta de que o fórum científico se dirigisse ao governo de Minas Gerais solicitando como “medidas de maior

---

<sup>276</sup> **O Pharol**, Juiz de Fora, 01 de abril de 1909.

<sup>277</sup> **O Pharol**, 10 de março de 1907.

necessidade”, a apresentação de atestado médico e vacinação como condição de matrícula, entre outras exigências tais como: a inspeção médica escolar; a modificação do horário para os grupos escolares que funcionavam pela manhã, de forma a permitir que os alunos tivessem horário de almoço, além da inclusão no programa do ensino de higiene<sup>278</sup>. Esta iniciativa poderia ter sido uma porta de entrada dos médicos na escola, porém, de acordo com os médicos, o pedido nunca recebeu uma resposta oficial do Estado<sup>279</sup>.

Esse foi o primeiro movimento organizado pela medicina local como parte da dinâmica escolar. A importância da medicina para o correto funcionamento da educação, se expressava da seguinte forma:

O médico deve ser consultado por ocasião da construção das escolas e atentar nas condições de orientação, arejamento, iluminação, e aquecimento que devem ser bem observados. Ele deve exercer sua inspeção sobre a mobília e sobre os livros. Velará pela conservação higiênica do estabelecimento, pela desinfecção mesmo quando não haja epidemia (...)<sup>280</sup>.

Os médicos percebiam a escola como um espaço em que eles poderiam ter alcance às crianças, pois havia uma dificuldade na sua inserção no ambiente familiar. Alcançar os alunos dos grupos escolares, portanto, era uma forma de alcançar seus respectivos familiares, através da propagação de preceitos higienistas lecionados em tais estabelecimentos. Diante disso, cabia à escola promover a profilaxia como dispositivo para a manutenção da saúde, além de incentivar o isolamento dos doentes suspeitos, as vacinações, e desintoxicação dos mobiliários<sup>281</sup>. A necessidade de inspeção exigia da educação um lugar para a medicina no cotidiano da escola. Nesse momento, os médicos compreendiam que higienizar a sociedade deveria partir da infância, e criar uma rotina de combate nos grupos escolares era uma organização fundamental que os municípios necessitavam ter.

---

<sup>278</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909, p.212.

<sup>279</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909, p.228.

<sup>280</sup> **O Pharol**, 02 de maio de 1907, p.1.

<sup>281</sup> *Ibidem*.

### 3.3 “CIDADE SALUBRE”: AMPLIANDO O DEBATE SOBRE A APLICAÇÃO DA MEDICINA EM JUIZ DE FORA

Os médicos da SMCJF buscaram, na primeira década do século XX, a aplicação e difusão de normas sanitárias em Juiz de Fora. A articulação com a Câmara Municipal foi um dos caminhos usados pelos médicos, desde o século XIX, para se aproximarem da sociedade. Nesse sentido, o Dr. Eduardo de Menezes apresentou, em 1910, um “Código Sanitário” para a cidade, estabelecendo normas de saúde que deveriam ser adotadas.

Não foi o primeiro envolvimento de Menezes com a saúde pública de Juiz de Fora. Natural de Niterói, Eduardo de Menezes estudou medicina no Rio de Janeiro e foi membro da Academia Imperial de Medicina em 1895. Entre 1887 e 1888, esteve na Europa e, após retornar ao Rio, teve problemas de saúde. Encontrou, em Juiz de Fora, um local para repousar e se recuperar da tuberculose. Depois de curado, resolveu fixar residência na cidade entre 1889 e 1890, onde participou efetivamente da vida pública<sup>282</sup>. Foi membro fundador e primeiro presidente da Academia de Letras da cidade, além de ter sido o primeiro secretário da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, em 1889. Dirigiu a Liga Mineira Contra a Tuberculose em 1900, que realizava um trabalho de aconselhamento em escolas e fábricas sobre profilaxia e tratamento da tuberculose<sup>283</sup>. Eduardo de Menezes foi certamente um dos intelectuais mais destacados de Juiz de Fora na passagem do século XIX para o XX. Sua atuação na Liga Mineira Contra a Tuberculose indicava o esforço de Menezes na aproximação dos médicos e a sociedade, principalmente nas escolas e fábricas<sup>284</sup>.

*Cidade Salubre*, publicado pelo Dr. Menezes em 1911, é um livro sobre uma Juiz de Fora idealizada a partir dos preceitos da medicina e da proteção à saúde de seus cidadãos. Há forte paralelo com o projeto de remodelação de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O objetivo do médico em na obra era abordar diversos aspectos que são essenciais para compreendermos qual direcionamento os médicos da

---

<sup>282</sup> AMARAL, 1998, p.10-12.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>284</sup> Vale ressaltar que, nesse momento, Juiz de Fora vivia uma agitação em relação à inserção da bacteriologia e de preceitos higienistas em seu cotidiano. Além do fórum científico criado por conta da SMCJF que já criara um impacto na cidade, destacou-se ali também a criação de um “Instituto Pasteur”, uma vez que o Coronel João Evangelista da Silva Gomes autorizou que este instituto fosse anexado ao “Instituto Vacinogênico”, fundado naquele mesmo ano com função de produzir vacinas antivariolicas. (AMARAL, *op. cit.*, p.22).

SMCJF estavam tomando ao tratarem de higiene e salubridade, incluindo a “higiene na escola”<sup>285</sup>. O autor disserta sobre a concepção de higiene em diversos campos, desde a arborização de ruas, passando pelas normas de trabalho nas fábricas e aplicação na educação.

O livro foi a grande proposta dos médicos para um “código sanitário” para Juiz de Fora. Todavia, acabou ignorado pela Câmara que, segundo Menezes, não apoiou a sua publicação<sup>286</sup>. Dividido em duas partes, preocupa-se em um primeiro momento discutir questões intituladas “higiene geral”, ressaltando os conceitos de saúde e moléstia<sup>287</sup>. Já na segunda parte, discute a “higiene pública ou coletiva”, abarcando pontos importantes sobre água, solo, sanitarismo urbano e higiene em locais públicos e privados<sup>288</sup>.

Em seu prefácio, *Cidade Salubre* apresenta algumas palavras do Dr. Benjamin da Rocha Faria, à época professor titular da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que engrandeceram a publicação. Os preceitos de higiene discutidos no livro foram destacados por Rocha Faria como aqueles responsáveis pela proteção da saúde e a redução da mortalidade<sup>289</sup>, atribuindo à obra uma necessidade de oficialização e distribuição por parte da Câmara de Juiz de Fora. Da mesma forma, a Sociedade de Medicina e Cirurgia apoiou a publicação, redigindo uma nota exclusiva para a introdução do livro, ressaltando o excelente serviço que o intelecto médico realizou para a cidade naquele momento. Apontaram também o excelente método de Menezes ao abordar a evolução científica, mostrando o verdadeiro caráter da então chamada “medicina moderna”, que tinha a finalidade de alcançar os processos de higiene ofensiva e defensiva. O laboratório aqui “se torna o grande juiz para muitas questões”, capaz de esclarecer “pontos obscuros”<sup>290</sup>. Entendemos as impressões do fórum cientista como um instrumento de validação das discussões científicas apontadas pelo autor de *Cidade Salubre* sobre o saneamento da cidade. Essa articulação serve para mostrarmos como os médicos ainda necessitavam de esforço para conseguirem uma solidificação de seus discursos em meio à sociedade. Nessa nota, inclusive, a SMCJF destacou o quanto Juiz de Fora era uma cidade moderna e avançada frente às outras do estado, sendo ela

---

<sup>285</sup> MENEZES, 1911, p.1

<sup>286</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1912, p.26.

<sup>287</sup> MENEZES, *op. cit.*, p. 5.

<sup>288</sup> MENEZES, *Op. cit.*, p. 19.

<sup>289</sup> MENEZES, *Op. cit.*, p. 1.

<sup>290</sup> MENEZES, *Op. cit.*, p.2.

equiparada à capital Belo Horizonte, necessitando, assim, de uma maior atenção em se tratando da higiene pública e coletiva, justificando para o público a necessidade da propagação desses preceitos pelas mãos médicas.

Na primeira parte, intitulada “Saúde e Moléstia”, o autor deixa claro o que os médicos daquele período tomavam como significado de “saúde”, qualificando-a como “resultado da integridade e perfeito funcionamento dos órgãos do nosso corpo (...), sensação de bem-estar (...), e despreocupação completa das funções vegetativas do nosso corpo”<sup>291</sup>. Na visão de Menezes, a medicina moderna entendia como “moléstia” o despertar de qualquer sensação no funcionamento do corpo humano que exprimissem modificações e causassem mal-estar. E, para a manutenção e conservação da saúde, deveria se priorizar as “condições gerais de higiene”, pois seriam as “corrupções” de tais condições a causas de moléstias persistentes e graves<sup>292</sup>.

É importante ressaltar este ponto sobre as moléstias, seus significados e, principalmente, suas causas, justamente para entendermos o quanto os médicos juiz-foranos estavam em sintonia com a agenda médica nacional e internacional de saúde. Os médicos ainda traziam em seus discursos resquícios de antigas tradições, na concepção de que, entre as moléstias adquiridas e hereditárias, poderiam surgir dentre as más condições de higiene<sup>293</sup>. Essa visão se relaciona com as teorias miasmáticas que, durante o século XIX, fundamentaram discussões médicas envolvendo o sanitarismo urbano. Michel Foucault chamou de “medicina urbana” esse movimento que, já no século XVIII, analisava o local urbano, elencava os locais de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos, para então adquirir a função do controle de circulação não só de indivíduos como também das “coisas ou elementos” (água e ar)<sup>294</sup>.

As teorias miasmáticas orientaram a maioria das medidas profiláticas no século XIX e continuou a influenciar diversos debates posteriormente. Os médicos da SMCJF podem ser citados como exemplos disso, mas devemos ressaltar que, através de *Cidade Salubre* e mesmo das discussões expressas nos boletins desse fórum, tomamos esses discursos também como adeptos às teorias bacteriológicas, que influenciaram diversos médicos a partir da metade do século XIX. Apesar desses profissionais de Juiz de Fora citarem as condições dos solos, ar, água entre outros como fatores importantes para a

---

<sup>291</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>292</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p.7.

<sup>294</sup> FOUCAULT, 1998, p.90.

manutenção da saúde do ser humano, Eduardo de Menezes atribui importância aos pequenos organismos e bactérias na manutenção das fontes gerais de insalubridade. Menezes destaca ainda que as más condições higiênicas serviriam para aumentar ainda mais a transmissão bacteriológica de doenças:

A interferência dos pequenos organismos, máxime das bactérias, é o fator principal que agrava perniciosamente a importância daquelas fontes gerais de insalubridade. O solo, até certa profundidade, é o maior reservatório de micróbios, de onde eles passam as águas, ao ar, aos vegetais, direta e indiretamente aos animais de que nos alimentamos e com que convivemos (...). As casas, não obedecendo as convenientes condições higiênicas são causa de corrupção do solo, ar, água e alimentos; elas são a negação das condições higiênicas fundamentais, naturais e necessárias à saúde<sup>295</sup>.

Dessa forma, constatamos, nos argumentos de Menezes, elementos tanto das teorias miasmáticas quanto das teorias bacteriológicas, qualificando-as na compreensão de que as cidades e o controle sanitário deveriam ser controlados e receber a máxima atenção para a conservação da salubridade.

Giovana Mastromauro (2008) ressalta que há um diálogo entre a teoria miasmática e bacteriológica nas ações e intervenções de muitas autoridades nos mais diversos países, durante o século XIX, em nome da salubridade, higiene e transformações das cidades<sup>296</sup>. Percebemos esta relação no livro *Cidade Salubre* que, desenvolvido como “código sanitário” de Juiz de Fora, reflete os inúmeros debates sobre sanitarismo urbano desenvolvido na SMCJF durante nas primeiras décadas do século XX.

Partindo desse princípio, a segunda parte do livro discute a higiene pública ou coletiva, descrevendo e recomendando ações que pudessem conservar a saúde e evitar o desenvolvimento e transmissões de doenças. Essa consiste na parte mais extensa do chamado “código sanitário” proposto pelos médicos, em que o autor disserta sobre as mais variadas aplicações da higiene pública: a conservação de um terreno baldio, a fixação de moradia em locais poucos salubres, a limpeza urbana de ruas e praças, entre outros<sup>297</sup>. A preocupação do livro era instruir a população sobre doenças capazes de se

---

<sup>295</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>296</sup> MASTROMAURO, 2008, p.31.

<sup>297</sup> MENEZES, 1911, p.151.

proliferarem principalmente em locais públicos e de grande aglomeração, o que poderia ocasionar o que Menezes explica ser uma “epidemia”:

A ocorrência de muitos doentes em uma localidade, apresentando os mesmos sintomas, ainda que com desigualdade de gravidade, deve ser presumida como sinal de moléstia transmissível, e, constitui epidemia. Tanto é epidemia a concorrência intensiva e extensiva de doentes dentro de um certo período de tempo como a que se dá em períodos indeterminados de tempo, constituindo mal grassando em uma localidade (...) <sup>298</sup>.

O livro discorre ainda sobre as condições de infecções a partir do contato da população com outros doentes, expressando a ideia de contágio como forma de alertar sobre os riscos de infecção. Esse debate serve de base para as discussões tidas como importante pelos médicos da SMCJF, expressas nos livros através das disposições higiênicas sobre cemitérios e objetos funerários, veículos, animais nos centros povoados entre outros <sup>299</sup>.

Apesar de Eduardo de Menezes ressaltar que a Câmara Municipal havia ignorado a publicação de seu livro, a SMCJF já havia se envolvido nas questões sanitárias da cidade ao ajudar a elaborar um Código de Posturas para Juiz de Fora no ano de 1891 <sup>300</sup>. De acordo com Elaine Barroso (2009), os médicos teriam visto no Código de Posturas um local para a legitimação da categoria, ajudando na redação de um documento que pudesse reorganizar a higiene pública e privada <sup>301</sup>. Tal código, que utilizava questões miasmáticas e bacteriológicas, ressalta a necessidade de um centro urbano salubre e moderno, com a higiene e o sanitarismo proporcionando uma nova ordem na cidade. A documentação faz menção ao uso da repressão policial aos cidadãos que não atendessem às regras de higiene, o que incluía a obrigatoriedade da instalação de serviços de esgotos/água e a coleta de lixo em perímetro urbano, ambos sendo serviços públicos que significariam um gasto maior para a população <sup>302</sup>. Apesar de, aparentemente, a Câmara Municipal ter apoiado o empenho dos médicos da SMCJF incluindo-os na redação do Código de Posturas, a ação de Menezes ao redigir *Cidade Salubre* pode significar uma busca ainda maior de destaque para a categoria médica, se

---

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p.179.

<sup>300</sup> BARROSO, 2008, p. 4.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p.9.

desvinculando de qualquer ação política que pudesse ofuscar este protagonismo buscado.

Identificamos o caráter assistencialista em algumas partes da obra, principalmente na prestação de socorro aos pobres em questões como tratamento de saúde e proteção contra doenças. A obra ressalta a necessidade de Assistência Pública em caráter domiciliar, hospitalar, profissional e escolar, garantindo o atendimento e a prevenção a toda população, incluindo os pobres:

Tem por fins o serviço da Assistência Pública: prestar socorro aos pobres para tratamento de saúde, para proteção à saúde e a vida. Os socorros para tratamento da saúde deverão ser prestados em quadras normais, em domicílios, em policlínicas, em hospitais gerais e especiais (...). A assistência domiciliar consistirá em consultas dadas em estabelecimentos especiais aos doentes que se puderem tratar fora dos domicílios. A assistência hospitalar consistirá no tratamento em hospitais de moléstias internas, cirúrgicas, gerais e especiais de crianças, mulheres (...). A assistência das vias e praças públicas consistirá em socorros prestados por acidentes fora dos domicílios, nas ruas e praças, de qualquer natureza que sejam<sup>303</sup>.

É nesse caráter assistencial que a escola aparece inserida na obra de Menezes, aliada ao desenvolvimento da saúde individual, através da proposta de uma higiene através do “trabalho escolar” e do “esforço intelectual”<sup>304</sup>. Renata Vargas (2010) ressalta a intenção de Menezes em levar o “Código Sanitário” para as escolas em forma de leitura obrigatória, como estratégia de divulgação desses conhecimentos científicos<sup>305</sup>. Seria através dessa divulgação que os alunos poderiam se apropriar das normas higienistas, moldando-os em valores e práticas<sup>306</sup>.

A escola deveria ser um dos locais que, por intermédio da assistência, deveria proporcionar o tratamento de doenças e prevenções aos escolares. A expressão “trabalho escolar” é utilizada para referenciar todo tipo de trabalho que envolvesse a estimulação da higiene na escola, desde a higiene corporal, até as questões estruturais dos grupos. A educação física é então apresentada pelos médicos como uma aliada da higiene na conservação da natureza física e psíquica.

A educação física consistirá na prática de todos os meios higiênicos que garantam a manutenção e conservação de sua natureza física e psíquica, dos

---

<sup>303</sup> MENEZES, 1911, p.192

<sup>304</sup> *Ibidem*, p.197.

<sup>305</sup> VARGAS, *op. cit.*, p.21.

<sup>306</sup> *Ibidem*.

meios que corrijam a insuficiência e defeitos naturais de suas qualidades físicas psíquicas e dos meios que revigorem as energias físicas, e, psíquicas do homem<sup>307</sup>.

Este foi um dos desenvolvimentos pedagógicos estimulados e principalmente desenvolvidos pelos professores e do corpo docente da escola, como parte do programa de ensino. Percebe-se pela posição do médico que, eles compreendiam a escola como um local de formação do homem em suas funções individuais físicas, além das funções sociais e principalmente patrióticas<sup>308</sup> – o que leva uma associação ao progresso.

Além das práticas físicas, o médico ressalta a aplicação do trabalho intelectual, enfatizando a necessidade de respeitar a idade do aluno na aplicação do ensino, não exigindo mais do que a idade do mesmo pudesse absorver<sup>309</sup>. Esse ponto era essencial, na perspectiva de Menezes, para o funcionamento dos outros órgãos, conciliando os interesses e conveniências da civilização com os da higiene.

Na educação intelectual dever-se-á ter em consideração, sob o ponto de vista higiênico, que a inteligência é uma expressão de energética cerebral como as funções dos demais órgãos são expressões das respectivas energéticas (...). Portanto, os exercícios impostos ao espírito, para a cultura intelectual devem ser proporcionais aos grãos de inteligência dos indivíduos e as suas idades. Assim, deve-se evitar as crianças o trabalho intelectual superior à sua natureza e prevenir as fadigas e sucessivos enfraquecimentos resultantes de exercícios intelectuais forçados (...)<sup>310</sup>.

Todas essas funções deveriam ser adquiridas pela educação física, moral e intelectual das crianças, a partir de normas a serem seguidas pelo corpo docente e principalmente pelos médicos, figuras que em sua concepção pertenciam também à escola. Os hábitos da higiene, incluindo a educação física, deveriam ser prioritários no currículo escolar, visando principalmente a implantação imediata de hábitos higiênicos, sendo ele “o meio mais seguro de reformar no futuro a sociedade em sua salubridade”<sup>311</sup>.

Entretanto, a discussão sobre higiene escolar em *Cidade Salubre* nos chama atenção ao se encontrar com alguns debates presentes nos boletins da SMCJF. Menezes faz uma crítica ao regulamento do ensino primário, quando transcreve e discute as

---

<sup>307</sup> *Ibidem*, p.198.

<sup>308</sup> *Ibidem*.

<sup>309</sup> *Ibidem*, p.199.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p.199.

<sup>311</sup> *Ibidem*, p.200.

instruções do Distrito Federal de maio de 1910. Essas instruções davam prioridade à “vigilância higiênica” das escolas, além da profilaxia das doenças transmissíveis e evitáveis<sup>312</sup>. Reforça ainda o impacto que a bacteriologia trazia para os médicos e o quanto ela influenciou o modo de pensar sobre a transmissão de doenças e seu local na profilaxia e ensino de higiene nas escolas. A categoria médica pretendia intervir na escola como parte efetiva da higiene e inspeção escolar. Mas os médicos também discutiam normas as quais já eram exigidas pelo Estado, entre elas um local salubre e higienizado, com a inclusão de sanitários, salas amplas com boa ventilação, um mobiliário escolar que fosse adequado para o uso, e principalmente, o recebimento de água potável, que era colocada como dever das autoridades sanitárias<sup>313</sup>. Todas as exigências feitas pelo Estado eram, para estes profissionais, o mínimo para a manutenção da salubridade escolar. Manter uma sincronia com esses avanços da instrução pública era essencial para a categoria médica mostrar que, existira um empenho nas escolas instaladas na transição do Império para a República, mas que os aspectos tidos inovadores não eram suficientes para os preceitos higienistas serem alcançados. O discurso dos médicos se tornava então um dos principais aliados para um alcance maior da higiene escolar.

A ausência de ação profilática foi apontada como a principal precariedade das escolas, que demandava uma maior participação médica na vida escolar. Dessa forma, os médicos pretendiam desenvolver novos princípios higiênicos escolares, como uma saída encontrada a fim de organizarem e contribuírem para as medidas sanitárias nos grupos escolares. Menezes em sua publicação apontou extensas normas de profilaxia que consistiam:

§1º Sempre que por informação dos professores o não comparecimento de um aluno à escola fôr por motivo de moléstia ou sem causa declarada, a autoridade sanitária visitará o respectivo domicilio para certificar-se da causa verdadeira do não comparecimento.

§2º Verificado que se trata de moléstia transmissível, aconselhará aos pais ou protetores dos menores medidas adequadas no intuito de impedir a disseminação.

§3º Se do resultado do exame verificar-se que se trata de moléstia de notificação compulsória, fará a devida comunicação à autoridade sanitária competente.

---

<sup>312</sup> *Ibidem*, p.202.

<sup>313</sup> *Ibidem*, p.204.

§4º Quando pelo exame médico for suspeitada moléstia em um menor ou pessoa que conviva na escola, serão tomadas medidas de isolamento indispensáveis, no sentido de garantir a saúde da coletividade.

§5º As pessoas que em virtude do parágrafo precedente forem impedidas de frequentar a escola, ficarão sujeitas à inspeção sanitária em seus respectivos domicílios.

§6º Verificada a existência de moléstia transmissível no domicílio de um menor, não poderá ele voltar à escola sem que esteja debelada a moléstia e sem que seja apresentado às autoridades sanitárias encarregadas da inspeção escolar um documento comprovativo do completo expurgo do domicílio.

§7º Quando um caso de moléstia transmissível for assinado em um aluno, o lugar por ele ocupado na escola deve ser submetido a rigoroso expurgo e inutilizados os livros e mais objetos do seu uso na escola.

§8º Na hipótese do parágrafo precedente os alunos que habitarem o mesmo domicílio do aluno doente, parentes ou não, serão impedidos de irem frequentar a escola antes de provado o completo enxugo do domicílio.

§9º Verificado um caso de moléstia transmissível em uma escola, a autoridade sanitária visitará diariamente a mesma, observando e examinando todos os alunos no intuito de afastar os que forem suspeitos.

§10º No caso de epidemia em uma escola, a autoridade sanitária proporá o fechamento da mesma por tempo determinado<sup>314</sup>.

Dentre as normas listadas, ressaltamos a vontade dos médicos de se aproximarem não só dos alunos frequentes nos grupos escolares, mas também de seus familiares. A intenção é de que a figura médica estivesse cada vez mais presente no cotidiano da sociedade, enfatizando também a importância do médico dentro do lar dessas crianças. O médico, a partir dessas propostas, ficaria incumbido de acompanhar a doença do aluno em seus lares, tornando-o não só o médico higienista da escola, mas também em um médico daquela família. Assim, o intento de expansão da figura médica na sociedade justifica a ênfase nessa necessidade do médico estar presente dentro e fora da escola.

Compreende-se que a figura do médico no começo da década de 1910, em Juiz de Fora, passou a fazer parte de um discurso público que apontava a necessidade da medicina na escola. A principal questão apontada por esses profissionais era de que, não adiantava o estado se preocupar em apenas construir ou reformar locais próprios para os grupos escolares com um estado sanitário relativamente aceitável, se a educação não se preocupava com a prevenção de doenças e suas possíveis transmissões. Com a aglomeração de alunos em uma sala de aula, o discurso do médico passou a ser ainda mais severo sobre a profilaxia de doenças nas crianças que frequentassem o grupo. A pressão feita pelos médicos na forma de debates e publicações, de alguma forma

---

<sup>314</sup> *Ibidem*, p.205.

influenciou as mudanças apresentadas nos regulamentos educacionais lançados na década de 1910 em Minas Gerais. A menção à higiene nesse período deixou de ser apenas sobre a estrutura dos prédios e passou a se referir também à prevenção de doenças e cuidado com o corpo.

Analisando as propostas de Menezes, identificamos alguns aspectos que foram incorporados pelos gabinetes médicos nos grupos de Juiz de Fora, como as fichas sanitárias, que deveriam compor nome, sexo, filiação, naturalidade, residência, referências de vacinação e revacinação, medidas antropométricas e dados resultantes de exame fisiopatológico, físico entre outros<sup>315</sup>. Essas fichas eram compreendidas como uma espécie de histórico sanitário do aluno, servindo não só para ajudar em determinados tratamentos como também para um acompanhamento particular de sua saúde.

Será estabelecida a ficha sanitária compulsória para os alunos das escolas e institutos de ensino e asilos municipais de menores (...). A ficha sanitária constituirá o histórico sanitário e servirá para julgar o desenvolvimento físico do mesmo<sup>316</sup>.

As fichas seriam os principais instrumentos para a prática da puericultura, como forma de prevenção e cuidado com doenças transmissíveis. Portanto, o impacto do debate médico em periódicos e, posteriormente, no livro *Cidade Salubre*, de alguma forma contribuiu para um anseio ainda maior dos médicos se projetarem nas escolas. Como veremos em sequência, Juiz de Fora se enquadra como uma das primeiras cidades mineiras a apostar nesse tipo de profilaxia na escola, utilizando muitas das propostas dos médicos da SMCJF.

Existe um conflito entre a ideia de higiene escolar expressa pelo livro de Eduardo de Menezes e a reforma do ensino primário sofrida em Minas Gerais no começo do século XX no Governo de João Pinheiro. Porém, é perceptível a força que os debates médicos exerceram na educação mineira, visto que, no mesmo ano de publicação do livro de Menezes, Minas Gerais recebeu a primeira regulamentação da instrução do Estado após João Pinheiro reconhecer a higiene escolar como aquela que deveria ser tratada além das estruturas físicas, destacando o ensino da higiene como

---

<sup>315</sup> *Ibidem*, p.206.

<sup>316</sup> *Ibidem*, p.207.

parte do currículo obrigatório e fundamental nas escolas. O livro *Cidade Salubre* determina a necessidade de uma educação sanitária para alunos e professores, sendo a divulgação de preceitos e conhecimentos de higiene a principal ação na prevenção e defesa das doenças que atingiam a cidade.

As discussões na Sociedade de Medicina e Cirurgia, as publicações em periódicos e o livro *Cidade Salubre* fizeram parte da força que abriu precedente para as modificações que foram sendo percebidas nos regulamentos do ensino na década de 1910, e acima de tudo, deram o pontapé inicial para os homens que nesse período se projetaram nos grupos centrais de Juiz de Fora como médicos higienistas.

### 3.4 OS MÉDICOS NOS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA: INSPEÇÃO E PROFILAXIA

A inserção da higiene no discurso educacional em Minas Gerais fez parte de um movimento que assinalou a presença do discurso médico-pedagógico nos planos da educação nacional na primeira metade do século XX<sup>317</sup>. De acordo com Júnior e Carvalho (2012), o objetivo maior dessas mudanças era "formar o cultivo de maneiras civilizadas, inculcadas por um cuidadoso processo que abrangesse não só a escolarização, mas também a orientação de outras práticas e costumes da vida social"<sup>318</sup>. Isso se deve principalmente à compreensão de que era necessário ir além das questões arquitetônicas e estruturais para que o "novo modelo de ensino" pudesse alcançar seus objetivos. Os serviços médicos – antropométricos e dentários, começariam a então fazer parte do cenário escolar na década de 1910, na maioria das vezes ocorrendo por parte do empenho dos próprios médicos. A filantropia não foi o único objeto de estímulo para os médicos lutarem por um espaço na escola, considerando esse espaço como um potencial propagador de seus conhecimentos científicos.

Nos últimos anos, a historiografia da educação começou a incorporar em seus estudos aspectos pouco explorados, tematizando objetos como movimentos sociais, história do cotidiano dos processos escolares, etnicidade e geração. Constatase, através disso, que há um deslocamento desses estudos para além da história das instituições

---

<sup>317</sup> ABREU JÚNIOR; CARVALHO, 2012, p. 432.

<sup>318</sup> *Ibidem*, p.433.

escolares com a inserção de agentes sociais e outras práticas não escolares nitidamente de caráter educativo<sup>319</sup>.

Percebe-se que, no caminho percorrido pelo ensino primário no Brasil, personagens que iam além da relação professor-aluno fizeram parte de práticas que reconfiguraram o ensino, desempenhando também o papel de educadores. O médico higienista se enquadra nessa perspectiva, ao percebermos o movimento que estes profissionais realizaram na dinâmica escolar principalmente nos primeiros anos do século XX. Podemos apontar que, tal movimento refletia claramente uma compreensão de que a medicina deveria fazer parte da dinâmica social, vencendo preceitos popularmente enraizados e contribuindo para um progresso científico idealizado pelas políticas republicanas daquele momento. A escola entra nesse debate como o local em que os novos princípios higiênicos seriam praticados e disseminados.

Podemos atribuir ao médico o estatuto de educador a partir do momento em que ele passou a fazer parte da escola, praticando uma medicina individual ou coletiva legitimada por um discurso sobre melhorias na sociedade. Assim, destacamos a visão historiográfica que compreende o médico na escola como um praticante da medicina social ao salientarmos sua missão educativa e não apenas curativa<sup>320</sup>. Heloisa Helena Rocha Pimenta (2010) aponta que os médicos higienistas, no afã de debelarem as epidemias, combaterem a mortalidade e produzirem novos modos de viver em sociedade, consideraram a escola como um objeto privilegiado de intervenção, dedicando-se ao estudo dos tempos e espaços da escolarização, dos métodos e procedimentos de ensino, bem como da constituição física e intelectual dos alunos<sup>321</sup>. Em seu estudo, a autora assinala os levantamentos feitos por Viñao Frago e Martinez que apontam ser a higiene o instrumento utilizado por estes médicos para regular a vida dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais em toda sua amplitude, tendo, então, a escola o lugar privilegiado em que se realizariam estas intervenções<sup>322</sup>. A escola, portanto, pode ser qualificada como um espaço social fundamental que atraiu a atenção dos médicos para com as crianças e, ao mesmo tempo, para intervir sobre as famílias e orientá-las em relação às suas práticas corpóreas e cotidianas.

---

<sup>319</sup> STEPHANOU, 1997, p.146.

<sup>320</sup> STEPHANOU, *op. cit.*, p.146.

<sup>321</sup> ROCHA, 2000, p.236.

<sup>322</sup> *Ibidem*, p.237.

Nessa linha, constatamos que em Minas Gerais há um esforço dos médicos em se fazerem presentes no cotidiano escolar. Sete anos depois dos grupos escolares serem oficializados, o médico começou a surgir nos discursos oficiais do Estado. Em 1913, o decreto de lei nº602 instituiu, a título de experiência, a inspeção médica nas escolas. As orientações, entretanto, foram vagas, apesar de que a Secretaria do interior garantia no decreto a concessão de até 25:000\$000 anuais para a prestação de serviço. O reembolso de tais atividades pode ser qualificado como um grande estímulo a levar estes profissionais para dentro da sala de aula. Todavia, essa articulação poderia, não só objetivar o retorno financeiro diretamente do estado, mas, sim, o retorno que a figura e a prática médica dentro da escola proporcionariam.

Esse decreto que institui a inspeção médica nas escolas foi anunciado no Relatório da Secretaria do Interior apenas em 1915. Um ano antes, porém, em Juiz de Fora, os médicos se organizaram nos grupos escolares. O interesse partiu do dentista local Albino Esteves que discutiu com os Grupos Centrais a possibilidade da instalação de um gabinete dentário<sup>323</sup>.

Natural de Sapucaia, Esteves era poeta, jornalista do *O Pharol* e do *O Dia*, escritor, e um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, na qual ocupou a Cadeira Patronímica Visconde de Araxá<sup>324</sup>. Mas foi pela profissão de cirurgião dentista que se destacou na estrutura educacional em Juiz de Fora. De acordo com uma crônica assinada por Paulino de Oliveira (s.d.), mesmo exercendo um cargo como inspetor escolar, Albino Esteves formou-se em odontologia, e, por não ter nenhum gabinete, resolveu fundá-lo dentro dos grupos centrais<sup>325</sup>. De acordo com o cronista, Esteves chegou a receber uma subvenção da Câmara Municipal para instalar os gabinetes, porém, trabalhava sem remuneração:

Naquele tempo, não havia necessidade de uma fundação ser reconhecida de utilidade pública para merecer subvenção do poder público. Por isso, ela teve logo o auxílio do Município. A Câmara Municipal concedeu-lhe uma subvenção de cem mil réis por ano. Nos primeiros tempos, Albino Estêves trabalhou sozinho. Depois, chamou outro dentista que também não acertava com a profissão, para trabalhar com ele. (...) Chama-se Eugênio José Malta. Ambos trabalhavam de graça<sup>326</sup>.

<sup>323</sup> Relatório enviado à Secretaria do Interior pelos Grupos Centrais, 1915.

<sup>324</sup> PROCÓPIO FILHO, 1979.

<sup>325</sup> OLIVEIRA, Paulino. *Dentes* (crônica). Disponível em: <<http://radialistaleodeoliveira.blogspot.com.br/2009/04/cronicas-de-paulino-de-oliveira.html>> Acesso em: 23 jan. 2016.

<sup>326</sup> *Ibidem*.

A assistência da Caixa Escolar, criada em 1913<sup>327</sup>, predominava nos grupos centrais até aquele momento, limitando-se à doação de roupas, ou então à compra de medicamentos para os alunos mais necessitados. Porém, no relatório emitido em 1914 pelo diretor dos grupos centrais, Sr. José Rangel, observamos a primeira menção ao gabinete dentário que seria instalado nos grupos escolares, destacando a necessidade que a assistência poderia suprir. Segundo o diretor, a escola parecia estar aberta a receber uma instituição que pudesse colaborar com a higiene escolar e trabalhar estes aspectos, indo além do que o regulamento de ensino previa. Rangel deixou claro que a iniciativa partiu de Albino Esteves, que pretendia realizar assistência dentária gratuita aos alunos daquele estabelecimento<sup>328</sup>. Contudo, até o final do referido ano nada parece ter ocorrido. Nota-se que há um caráter filantrópico no discurso do diretor ao se referir à oferta do dentista quanto à recepção da escola, afirmando que, tinha feito “cessão de duas salas contíguas do estabelecimento, para o serviço odontológico, adquirindo-se, por ordem dessa secretaria, os moveis necessários”<sup>329</sup>. A discussão sobre um gabinete dentário surge em meio às reformas que os grupos centrais sofreram em 1914, classificadas como “urgentes” para a conservação da higiene, incluindo reparos no telhado, instalação de serviço sanitário fora do corpo do edifício, e ampliação das cobertas destinadas aos alunos no pátio<sup>330</sup>.

A instalação dos gabinetes dentários se concretizaria apenas no dia 08 de março de 1915 com a inauguração da “Assistência Dentária Francisco Valladares”, sob a iniciativa e direção dos senhores Albino Esteves e José C. Freire<sup>331</sup>. A influência da assistência dentária em São Paulo também se fez na localização escolhida por Albino Esteves para atuar como dentista escolar. Assim como objeto desejado dos primeiros grupos instalados em Juiz de Fora, é plausível afirmar que, por estarem localizados no centro da cidade, os grupos centrais foram escolhidos por Esteves para a instalação de seu gabinete dentário. Naquele ano, no relatório enviado à Secretaria do Interior, além de anunciar o ocorrido “com louvor”, José Rangel detalhou o atendimento realizado nos

---

<sup>327</sup> **O Pharol**, 15 de outubro de 1913.

<sup>328</sup> Relatório enviado a Secretaria do Interior pelos grupos centrais, 1914.

<sup>329</sup> *Ibidem*.

<sup>330</sup> *Ibidem*.

<sup>331</sup> Relatório enviado à Secretaria do Interior pelos grupos centrais, 1915.

gabinetes para a secretaria do interior, constando cerca de 720 consultas e 74 tratamentos de alunos. O relatório revela detalhes de sua atuação:

Assistência dentaria – no dia 8 de março foi instalada a assistência dentaria “Francisco Valladares”, sob a iniciativa direção dos Srs. Albino Esteves e José C. Freire, auxiliados eficazmente pelos cirurgiões-dentistas João Pereira do Nascimento e Clovis Jaguaribe. Essa instituição dotada hoje com um mobiliário e material necessários para o seu bom funcionamento, já prestou os mais assinados serviços aos alunos destes grupos, conforme se vê da demonstração infra dos trabalhos executados desde a sua fundação, avaliados em 5:000\$000, se feitos em gabinetes particulares mediante pagamento pelas tabelas comuns.

Entraram em tratamento: 74  
 Consultas: 720  
 Fichas individuais: 74  
 Exames Bucais: 74  
 Curativos: 570  
 Obturações diversas: 274  
 Restaurações: 30  
 Obturações de canais: 35  
 Polimentos: 152  
 Extrações com anestesia: 128  
 Ablação de tártaro: 18  
 Limpezas bucais: 10  
 Dilatação de abscessos: 2<sup>332</sup>.

Essa articulação de Albino Esteves acabou servindo para reforçar outra categoria que se firmava na cidade desde o começo do século XX. Apesar do cirurgião dentista não estar ligado a nenhum fórum, era clara a vontade destes profissionais, assim como os médicos da SMCJF, de se articularem e se projetarem na sociedade. A odontologia em Juiz de Fora acabou se tornando pioneira no estado com a abertura da Escola de Odontologia do Granbery, em 1904, que começou a formar profissionais antes mesmo da Escola de Odontologia de Belo Horizonte, fundada em 1912.

Curiosamente, a SMCJF desde o começo dos anos 1900 tentou uma articulação com os odontólogos, principalmente na defesa conjunta de suas profissões. Nas atas da SMCJF, encontram-se discussões dos médicos a favor da propaganda dos cursos de Farmácia e Odontologia do Granbery para que os mesmos tivessem mais alunos e não fechassem suas portas<sup>333</sup>. Manter-se em silêncio sobre os odontólogos, naquele momento, poderia causar uma impressão de repúdio por parte do fórum médico,

---

<sup>332</sup> *Ibidem*.

<sup>333</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1906, p.110.

principalmente pelo desejo destes profissionais em fundar uma Faculdade de Medicina em Juiz de Fora, em um momento que já existia um curso de Odontologia na cidade. A Faculdade de Odontologia serviu para articular médicos e odontólogos na cidade, formando uma aliança crucial para as discussões sobre a higiene na escola.



Imagem 6: Sala da “Assistência Dentária Francisco Valladares”, 1920.  
Fonte: Vida Escolar, 1920, p.37.

O protagonismo de odontólogos na inserção da higiene escolar em Juiz de Fora faz parte de um movimento que surgiu entre o século XVIII e XIX, e que buscava uma organização e um protagonismo tal qual à organização médica vinha lutando no mesmo período<sup>334</sup>. Foi por vias de um longo processo político que a odontologia se desvinculou das práticas médicas, abrindo caminhos para uma profissão autônoma. No Brasil, de acordo com Martino, Botazzo e Zilbovicus (2010), a prática odontológica até o final do século XVIII se caracterizou por sua indiferença e não institucionalização, enquanto especialidade médica ou campo de prática. Na primeira metade do século XIX, há um desenvolvimento das artes de curar, com uma hierarquia nestas práticas, qualificando o médico de forma mais conceituada que o curandeiro. Os dentistas eram enquadrados em um espaço inferior aos dos médicos, sendo equiparados à “medicina do povo” que incluía os barbeiros, sangradores, parteiras e curandeiros, muitas vezes marginalizados

---

<sup>334</sup> MARTINO, 2010, p.144.

na sociedade<sup>335</sup>. Sobre o ensino odontológico, há a criação do primeiro curso de odontologia do país em 1884, junto à Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro, apontando o caráter eminente da profissão atrelada, no entanto, ao status inferior ao curso médico<sup>336</sup>. Já em São Paulo, o primeiro curso de odontologia começou a funcionar em 1902. Compreendemos que São Paulo foi um dos primeiros lugares do Brasil a oficializar a presença do médico e do dentista na escola, se tornando, assim, como no caso da organização do grupo escolar, um modelo a ser seguido. Em 1911, ocorre uma das reformas que promulga o novo Código Sanitário da capital paulista, oficializando a criação da Inspetoria Médica Escolar<sup>337</sup>.

De acordo com Heloísa Pimenta Rocha (2015), a Inspetoria Médica Escolar vinha com intentos de enfrentar graves problemas gerados pelo crescimento das cidades, e em particular da capital. Segundo a autora, ficou instituído a partir da reforma:

Orientação em relação à situação e construção dos edifícios escolares; definição, em acordo com a Diretoria da Instrução Pública, de mobiliário, métodos e processos de ensino, posições e atitudes escolares, além da organização do horário escolar, considerando a distribuição das matérias, recreios e exercícios físicos; profilaxia das moléstias transmissíveis; vacinação e revacinação; exame individual dos alunos, docentes e funcionários.<sup>338</sup>

Foi dessa forma que, em São Paulo, foi oficializada a presença do médico nas escolas para a realização de exames individuais de alunos, professores e funcionários, ressaltando importantes aspectos para a evolução do significado de “higiene escolar”. Podemos afirmar que esta reforma paulista, de certa forma, inspirou ainda mais a defesa do médico na escola em Minas Gerais, visto que a Inspeção Médica Escolar, a título de experiência, foi instituída um ano depois.

Em 1912, no Grupo Escolar Prudente de Moraes, foi inaugurado o primeiro Dispensário de Assistência Dentária Escolar de São Paulo<sup>339</sup>. Instalado no interior de

---

<sup>335</sup> PIMENTA, 1998, p.351.

<sup>336</sup> MARTINO, *op. cit.*, p.146.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p.149.

<sup>338</sup> ROCHA, 2015, p.374.

<sup>339</sup> Os primeiros Dispensários foram instalados por iniciativa filantrópica da Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar, criada em 1912, sob os auspícios da Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas, quando da inauguração do primeiro Dispensário. Os subsídios financeiros, a princípio, foram da iniciativa particular, mas em 6 de dezembro de 1913 a Câmara Municipal de São Paulo aprovava auxílio financeiro a esta associação através da lei nº 1758 (MARTINO, BOTAZZO, ZILBOVICIUS, 2010).

um estabelecimento público de ensino, tinha como objetivo proporcionar assistência odontológica a seus escolares. Há uma clara influência de São Paulo no feito do cirurgião-dentista em Juiz de Fora, uma vez que a Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar, criada em 1912, estava com boa repercussão pelo país<sup>340</sup>. A organização do gabinete dentário nos grupos centrais de Juiz de Fora em muito se assemelhou às organizações de São Paulo. Tal feito evidencia o vanguardismo da capital paulista na organização escolar, tendo sido precursora também na Inspeção Médica Escolar, criada em 1911<sup>341</sup>. Os mesmos discursos difundidos em congressos por toda a Europa que influenciaram os paulistas a produzirem uma reforma médica escolar também impulsionaram as discussões da SMCJF, projetando-os em um debate a nível nacional, que voltava a sua preocupação para os graves problemas que cada vez mais aumentavam diante o crescimento urbano.

O gabinete em Juiz de Fora teve repercussão positiva na imprensa, principalmente no *O Pharol*, periódico no qual Albino Esteves tinha vínculos. A intensa e positiva recepção, incluindo a dos atores envolvidos com a medicina local chegou à população que ficou mais atenta ao funcionamento das salas nos grupos escolares centrais. O resultado inicial animou tanto o precursor desse movimento que Esteves acabou publicando um pequeno livreto reunindo algumas reportagens sobre o gabinete dentário, além de discussões internacionais sobre a profilaxia bucal, importante componente para a saúde<sup>342</sup>.

Nessa publicação, ressalta-se a visão do Dr. B. Vieira de Mello, organizador da Assistência Dentária Escolar em São Paulo, enfatizando a instalação de gabinetes como o de Esteves ser fundamental para que a saúde na escola se propagasse na região<sup>343</sup>:

O Sr. Dr. Delfim Moreira, seguindo o rumo de S. Paulo, instituiu já a inspeção medica, que tantos e tantos serviços bons vai prestando. Cumpre, agora, em seu futuro quadriênio, levar a efeito a assistência dentária em outras partes do estado. É um dever de humanidade para com os seres pequeninos que concorrem para a alegria dos lares e, indefesos, podem por falta de assistência dentária, contrair moléstias sérias, causadoras da ruína material e moral de uma família<sup>344</sup>.

---

<sup>340</sup> MARTINO, *op. cit.*, p. 151.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p.152.

<sup>342</sup> ESTEVES, 1914.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 5.

O destaque em torno dos gabinetes dentários nos grupos centrais acabou produzindo uma mudança do cenário que a SMCJF vinha discutindo desde o começo do século XX. Essa mudança se reflete na ampliação do serviço de inspeção médica escolar, em 1916, com a instalação de um serviço médico antropométrico:

Em fins de setembro deste ano, instalou nos grupos, o serviço médico antropométrico de que é diretor técnico o Dr. Martinho da Rocha Junior, clínico e cientista de reputação já feita; no decurso de dois meses, emitiram-se 100 fichas, de acordo com o modelo que enviei a essa secretaria; dos exames médicos a que se procederam nesses cem alunos, verificou-se que 25 deles careciam de tratamento médico especial, e para estes foi feito o necessário receituário pelo diretor do serviço, fornecendo a caixa escolar os medicamentos para os considerados nimamente pobres. O valor dessa instituição já se não pode pôr em dúvida; graças ao esforço e desinteresse do aludido clínico, temo-la instalada convenientemente neste estabelecimento, concorrendo o Estado a importância da impressão das fichas, porquanto o Dr. Martinho da Rocha Junior entrou com o restante do material, a saber: balanças, fitas métricas, mensurador de estatura, escalas de Wecker et Mosselon, microscópio, reativos, etc. Seria de toda vantagem que essa iniciativa tivesse imitadores, fazendo-se tentativas nesse sentido, pelo menos nos grupos localizados em cidades que tenham elementos para isso<sup>345</sup>.

A inspeção médica antropométrica partira da iniciativa do Dr. Martinho da Rocha Junior, natural de Juiz de Fora, que fez sua formação na terra natal, e ingressou logo depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Por influência do Dr. Silva Melo, especializou-se na Faculdade de Berlim. De volta ao Brasil, passou a trabalhar com o pai o Dr. Martinho da Rocha em Juiz de Fora. Seu pai, Martinho da Rocha era um médico renomado na cidade, também formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e já havia feito parte da Sociedade de Medicina e Cirurgia, tendo o filho seguido os mesmos passos do pai. Poucos dados foram encontrados referentes aos atendimentos do Gabinete Antropométrico, mas sabe-se que, a principal função do espaço era a criação de fichas para o acompanhamento dos alunos, incluindo peso, altura, entre outras necessidades<sup>346</sup>. Remete-se a função deste gabinete às discussões paulistas sobre o papel do médico na escola, fomentado por publicações no *Imprensa Médica*.

Como mostra Heloisa Helena Rocha Pimenta (2015), o inspetor sanitário paulista Balthazar Vieira de Mello atentou, em 1908, para a importância do exame físico nas crianças que frequentavam as escolas, como um importante meio profilático.

<sup>345</sup> Relatório enviado à Secretaria do Interior pelos Grupos Centrais, 1917.

<sup>346</sup> *Ibidem*.

Além das questões de higiene e salubridade, o exame e as anotações em “boletins” eram necessários para a organização da saúde de cada aluno, enfatizando a estatura, o peso, a circunferência do peito e da cabeça, a capacidade pulmonar, o grau de força muscular, as lesões ou deformidades, o estado das funções visuais, dos ouvidos e dos dentes, com a declaração dos exercícios físicos compatíveis com a organização individual e, em caso de necessidade, a interrupção ou suspensão dos trabalhos escolares<sup>347</sup>. A autora explica em seu trabalho que a atenção conferida ao exame e ao registro das características individuais dos alunos evidencia as preocupações que percorrem as análises dos principais médicos paulistas, que se preocupavam com a profilaxia e o combate à tuberculose.

O gabinete antropométrico representa, assim, um anseio de diversos médicos que discutiam desde o começo do século XX, um modo de inserir o ensino da higiene e a profilaxia na escola. O exame antropométrico era visto por esses profissionais como instrumento de identificação de problemas de saúde e também de um conhecimento pormenorizado sobre cada um dos alunos.

Paralelo ao gabinete antropométrico, a Assistência Dentária “Francisco Valladares” continuou a prestar serviços para os alunos, tendo no curso do referido ano de 1917 mais de cem alunos beneficiados com o serviço<sup>348</sup>. Ambos os gabinetes chamaram atenção da SMCJF que, como mostrado, esteve envolvida nas primeiras discussões sobre o médico na escola em Juiz de Fora. A instalação do Gabinete Dentário rendeu a Albino Esteves o convite para se tornar membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia, apresentado pelo membro Dr. Rubens Campos em assembleia no dia 08 de novembro de 1916<sup>349</sup>. Nessa mesma reunião, o gabinete antropométrico instalado por Martinho da Rocha Júnior nos grupos centrais recebeu diversos elogios do fórum científico, ressaltado pelo Dr. Feliciano Vieira:

O Dr. Feliciano Vieira, relator da comissão nomeada para dar um parecer sobre a fixa medico-antropométrica instituída pelo Dr. Martinho da Rocha Junior nos grupos escolares desta cidade, lê o trabalho da referida comissão elogiando e aprovando unanimemente a criação de tal proveitoso serviço. O presidente, Dr. Edgar Quinet, em seu nome e no da Sociedade de Medicina e Cirurgia apresenta ao Dr. Martinho Rocha Junior felicitações pela instituição deste serviço de relevante importância<sup>350</sup>.

---

<sup>347</sup> ROCHA, *op. cit.*, p. 375.

<sup>348</sup> *Ibidem.*

<sup>349</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1916, p.111.

<sup>350</sup> *Ibidem.*

Com a instalação desses gabinetes nos grupos centrais, os médicos pareciam ter alcançado um dos objetivos que ansiavam desde o começo da década anterior. Agora que a figura médica estava inserida no cotidiano escolar, eles começaram a fazer parte também do cotidiano da criança que frequentava aquele local e levava para a família os conhecimentos e práticas trabalhados nos gabinetes médicos.

Com esse tipo de ampliação dos pacientes ou “clientes”, o conhecimento médico começava a se expandir ainda mais em Juiz de Fora, indo além das publicações oficiais da SMCJF, e também de artigos em jornais que atingiam um público bem limitado. As práticas médicas estavam mais próximas do cotidiano social, e apresentaram uma chance do médico ser visto com outros olhos pela população que antes poderia enxergá-lo com desconfiança. Esse alcance permitiu que a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora abrangesse discussões para outros temas como o Movimento Sanitarista no Brasil, de 1918, tornando Juiz de Fora, segundo os médicos, uma cidade ideal para receber a expedição em prol do saneamento por ainda necessitar de intensas reformas em suas ruas, casas e principalmente nos costumes difundidos<sup>351</sup>. Além disso, outro tema que permaneceu nas reuniões da SMCJF foi o uso “ilegal” da medicina, farmácia e odontologia, exercidos, segundo os médicos, por “charlatões” por não terem autoridade ou permissão para praticá-las, ressaltando ainda mais a luta que esses profissionais buscaram para firmarem sua posição frente à sociedade<sup>352</sup>.

Além de todos os aspectos já discutidos, que defendem a escola como um local de expansão da categoria médica, sugerimos o uso da estratégia por estes médicos sobre a localização central, para sustentar que eles entendiam a escola como um palco de demonstrações médicas para a sociedade, respondendo à questão do porquê de não ter existido este movimento articulado na direção do outro grupo escolar existente naquele período, localizado no bairro de Mariano Procópio e que apresentava precárias instalações. A presença do médico naquela instituição seria de total conveniência para as crianças e principalmente para a população que morava em uma localização tida como periférica, afastada do centro e da vida moderna que Juiz de Fora queria representar. Parece, portanto, não ser de interesse dos médicos, a disseminação dessa cultura em uma área que pudesse abranger menos pessoas e, assim, conseqüentemente,

---

<sup>351</sup> *Ibidem*, p.103.

<sup>352</sup> Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1919, p.60.

seus serviços serem apreciados por poucos. Além disso, seriam raríssimos os pacientes que conseguiriam conquistar naquele local, que em sua maioria eram compostos por imigrantes ou pessoas de baixa renda, ou seja, o oposto das pessoas ao redor dos grupos centrais, onde a linha do bonde cortava as ruas, além de possuir um centro comercial, energia, entre outras modernidades.

Somente a partir de 1920, o estado de Minas Gerais instituiu oficialmente a higiene escolar. No Regulamento do Ensino primário daquele ano, pela primeira vez a higiene recebeu um destaque exclusivo. Há, para isso, um título separado para tal assunto que institui: inspeção médica geral – dos alunos, dos professores, e empregados; inspeção dos prédios escolares; profilaxia higiênica dos alunos e professores; correção dos defeitos físicos e das anomalias dos alunos; clínica médica, que será gratuita para os alunos pobres dos estabelecimentos públicos, compreendido neste quesito também a clínica odontológica. Cada item possuía uma seção com descrições detalhadas de como deveriam ser realizados esses serviços<sup>353</sup>. Sobre a clínica médica e odontológica, definiu-se que o Governo poderia manter os serviços dentários ou outros que fossem necessários ao serviço sanitário, ou subvencionar aquelas que, sob a direção de profissional idôneo, se obrigassem a prestar gratuitamente cuidados aos alunos pobres da localidade<sup>354</sup>.

A compreensão sobre higiene escolar recebeu devidas modificações a partir de reformas no ensino primário, tornando os gabinetes médicos e odontológicos uma parte oficial da composição escolar. Sobre a Assistência Dentária em específico, o historiador Paulino de Oliveira (s.d.), em uma crônica a respeito da história de Juiz de Fora, ressaltou que a Assistência Dentária Francisco Valladares foi a precursora do movimento dos médicos escolares no estado na década de 1910, e teria inspirado, anos mais tarde, o governo de Antonio Carlos Andrade, em 1927, a reformular o regulamento da instrução primária, tornando obrigatório o atendimento odontológico e médico nas escolas<sup>355</sup>. Os gabinetes médico e odontológico, a partir de então, fariam parte do espaço escolar, da mesma forma que outros “gabinetes” como o do diretor, do secretário e a biblioteca.

---

<sup>353</sup> Ver Lei nº800 que regulamenta o ensino primário em Minas Gerais de 27 de setembro 1920.

<sup>354</sup> MINAS GERAIS, Regulamento do Ensino Primário, 1927, p. 1171.

<sup>355</sup> OLIVEIRA, P., 1966, p.241.

Apesar dos precursores dos gabinetes terem se mudado para o Rio de Janeiro na década de 1920, tem-se conhecimento que os gabinetes serviram para a prática de estudantes da Faculdade de Farmácia e Odontologia<sup>356</sup>, sendo uma das causas da continuidade da presença dos médicos dentro das escolas centrais.

Existem indícios da existência de práticas de saúde em outros grupos escolares de Minas Gerais como, por exemplo, o gabinete dentário “Oswaldo Cruz” na escola dirigida por Firmino Costa até o ano de 1918, na cidade de Lavras<sup>357</sup>, e a “Liga da Bondade” formada por professores do Grupo Escolar de São Matheus, em Juiz de Fora, para a manutenção da higiene escolar em 1925<sup>358</sup>, ambas com poucas informações existentes sobre seu funcionamento. Assim, não há quaisquer registros que apontem alguma instituição voltada para a saúde nas escolas no período anterior à fundação da “Assistência Dentária Francisco Valladares” em Juiz de Fora. No começo da década de 1920, as assistências médica e dentária nas escolas eram discutidas nos veículos oficiais do ensino público de Minas Gerais como um objetivo ainda a ser alcançado. Os serviços criados até então no estado eram vistos como consequência da organização das classes médica, farmacêutica e odontológica<sup>359</sup>.

A legislação sobre higiene escolar e inspeção higiênica, e os prédios novos para os grupos escolares dos bairros São Matheus e Mariano Procópio, inaugurados em 1929 pelo Presidente do Estado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, são resultados da longa ação organizada por médicos e dentistas na direção da escola. Escola não era mais vista apenas como edificação, mas como um espaço de prática profissional, de afirmação e difusão dos conhecimentos biomédicos e de higienização dos escolares, de suas famílias e de uma sociedade que, desse modo, seria civilizada.

---

<sup>356</sup> Relatório enviado à Secretaria do Interior pelos Grupos Centrais, 1917.

<sup>357</sup> BELO HORIZONTE, Revista do Ensino. N°4, Junho de 1925, p.92.

<sup>358</sup> BELO HORIZONTE, Revista do Ensino. N°6, Agosto de 1925, p.152.

<sup>359</sup> BELO HORIZONTE, Revista do Ensino. N°1, Março de 1925, p.32.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 26 de junho de 1929, as páginas do jornal *Diário Mercantil* celebravam a presença do ilustre presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro Andrada, em Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. Foi nesse dia que um importante passo na história do ensino primário foi dado: um ano antes da chamada “Revolução de 30”, os grupos escolares do bairro de Mariano Procópio e São Matheus receberam novas sedes para que pudessem funcionar mais efetivamente. Além disso, foi inaugurado, no mesmo dia, o Grupo Escolar do Botanágua. Tais prédios ressaltavam a grandeza do “grupo escolar”, com um espaço salubre, devidamente organizado e apto para que este modelo de ensino funcionasse em perfeito estado. A presença de Andrada na inauguração desses prédios representa, entre outros aspectos, a força dada pelo Estado às políticas públicas ligadas à instrução primária, tornando-se a educação nas décadas de 1910 e 1920 uma das grandes plataformas políticas e modernizadoras.

Este trabalho ressaltou a relevante parcela de participação que Juiz de Fora teve no movimento em prol da higiene e da presença médica na escola em Minas Gerais, contribuindo no debate médico e educacional no começo do século XX e na instalação de gabinetes médicos e dentários nas escolas em fins da década de 1910. Esse protagonismo nos chama atenção para as alterações nas políticas públicas de instrução pública após a criação dos grupos escolares em 1906, tendo sido a articulação de educadores e médicos uma das chaves para a evolução sobre o significado da higiene para o espaço escolar.

Como em diversas partes do Brasil, cada centro urbano em Minas Gerais tinha sua particularidade e, ao olharmos para Juiz de Fora no começo do século XX, percebemos a busca pela modernidade através das arquiteturas presentes nesse município. Assim como a capital Belo Horizonte, possuía o status de cidade moderna,

mesmo enfrentando obstáculos na manutenção do saneamento público dos locais que serviram de cenário para a instalação dos grupos escolares. Essas instituições de educação acabaram por se tornarem vitrine do Estado para a difusão de preceitos que consideravam essenciais para a “civilização”.

Através da análise das fontes apresentadas, mostramos o protagonismo dos médicos locais na discussão sobre a higiene escolar e a defesa da presença desses profissionais na manutenção da saúde dos escolares. Durante duas décadas, os médicos de Juiz de Fora, reunidos em um fórum de cunho científico, impulsionaram as mais diversas articulações para que pudessem participar das ações de saúde nas escolas da cidade. Os palcos principais foram os grupos centrais que, com a sua localização, serviram de ponte entre a escola e a população para a propagação da higiene. Estrategicamente, era um espaço para a expansão do discurso médico e da categoria médica na sociedade juiz-forana baseados, principalmente naquele período, pelas teorias microbianas recém-descobertas e pelo sucesso do saneamento urbano nas principais cidades brasileiras.

Utilizando de discussões que circulavam por todo o Brasil, vindo principalmente da Europa, os médicos em Juiz de Fora defenderam métodos profiláticos de doenças transmissíveis nas escolas e nas fábricas como a principal arma de preservação da saúde na sociedade, fator considerado primordial para o progresso. Através de periódicos locais, esses profissionais puderam expandir as discussões além das paredes do fórum de debates científicos representado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que agregava um forte sentimento de ampliação da categoria. Os médicos passaram boa parte das duas primeiras décadas do século XX lutando por uma presença efetiva na escola e um reconhecimento oficial por parte do Estado.

Em 1911, no governo de Júlio Bueno Brandão, o currículo sobre a instrução primária exigiu o ensino da higiene, mas foi apenas em 1913 que se instituiu a título de experiência a inspeção médica na escola, baseada no modelo paulista. Este fora a principal motivação para médicos e odontólogos – estes, curiosamente, não vinculados à SMCJF – a irem para os grupos centrais, localizados no centro de Juiz de Fora. Estrategicamente localizado, os grupos centrais, a partir de 1915, serviram como o principal espaço de disseminação de higiene para os escolares e, por meio deles, para suas famílias e a sociedade. A inspiração desses médicos chegou à Secretaria do Interior

que, a partir da década de 1920, começou a se movimentar na direção de oficializar a presença médica na escola, principalmente nas reformas de 1925 e 1927.

Defendemos uma evolução na definição de “higiene escolar” a partir das leis e reformas de ensino em Minas Gerais, conseqüentemente influenciadas por discussões médicas locais nesse período. Este trabalho incumbiu-se de demonstrar como se deu a instalação das práticas higiênicas nesse estado, tomando como base a cidade de Juiz de Fora que, além de protagonista na instalação dos grupos escolares, se destacou por apresentar discussões médicas alinhadas à agenda nacional de saúde pública.

Partindo de uma revisão bibliográfica, que tratou de apresentar nosso objeto de estudo, destacamos como o modelo de grupo escolar surgiu em Minas Gerais e qual era o cenário que Juiz de Fora apresentava nesse momento. Foi na cidade industrializada na qual o debate sobre a higiene urbana penetrou no espaço escolar, ganhando um protagonismo essencial para a difusão dos conhecimentos sobre inspeção médica e prevenção de doenças, inspirados principalmente pelas teorias microbianas na virada do século XIX para o XX.

Reservamos um capítulo para discutirmos as leis e reformas do ensino público de Minas Gerais, enfatizando a visão de que, inicialmente, a higiene escolar fora tratada na reforma escolar como aspecto de engenharia, qualificando o espaço físico escolar como o principal símbolo da salubridade. A arquitetura dos grupos escolares tornou-se o monumento que deveria superar o atraso das precárias escolas isoladas, transformando-a na referência nos aspectos sanitários das escolas públicas em Minas Gerais. Porém, ao longo da década de 1910 e 1920, precariedades em relação à salubridade do ambiente escolar vieram à tona, inspirando o questionamento de figuras públicas sobre o quão o grupo escolar era, de fato, realmente inovador? Esta pergunta levou diversos educadores a debaterem reformas que, ao longo deste período, fizeram ressaltar a necessidade da inspeção médica nas escolas como forma eficaz para prevenção e tratamento de doenças. No estado de Minas Gerais, destacam-se as reformas de Afonso Penna Jr. (1920) no governo de Artur Bernardes (1918-1922), e de Francisco Campos (1927) de governo de Antonio Carlos Ribeiro Andrada (1926-1930). Ambas reconheceram a necessidade de direcionar os aspectos higiênicos do grupo escolar para além da salubridade do espaço físico, enfatizando que os aspectos higiênicos difundidos entre os alunos, professores e diretores seriam cruciais para a consolidação de um espaço escolar higienizado.

Esta evolução percebida nas reformas de ensino serve como parâmetro para também discutirmos a percepção dos médicos em relação à higiene escolar. Nosso trabalho ressalta o debate desses profissionais em Juiz de Fora que, antes mesmo da Lei João Pinheiro, defendiam a necessidade do médico como figura associada ao espaço público escolar. Assim, discutimos a visão difundida a partir do fórum médico presente em Juiz de Fora, que aspirou a presença de seus membros nas escolas e fábricas, se para tornarem responsáveis pela difusão de preceitos higienistas com base na agenda nacional e internacional de saúde pública. Oficialmente colocados como atores que contribuíram para o avanço social da modernidade, defendemos que esses médicos viram nas escolas um espaço público para reafirmarem sua categoria que, no começo do século XX, ainda enfrentava uma sociedade tradicional. Dessa forma, interpretamos que as discussões dos médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e, posteriormente, a articulação de médicos e dentistas nos grupos escolares da cidade serviram como potenciais ampliadores locais da categoria medical. Consolidando, assim, a presença dos médicos no cotidiano da sociedade, a escola foi usada como espaço difusor do conhecimento científico, servindo como ponte entre esses atores e a sociedade. Foi através do espaço educacional que os médicos estabeleceram contato com as famílias, buscando não só um alcance maior dos preceitos tidos como fundamentais para a manutenção da higiene, mas também uma base para reafirmar suas ideias e uma imagem vista ainda com desconfiança pela população.

Em linhas gerais, portanto, ressaltamos aqui o interessante caminho que traçamos na trajetória dos médicos nos grupos escolares de Minas Gerais, destacando o empenho dessa elite juiz-forana, que se fez presente durante os primeiros anos do século XX nas discussões que colocaram a higiene na agenda pública local e regional.

A compreensão dessa dinâmica médica é importante não só para a história da saúde, como também para a história da educação, uma vez que o grupo escolar foi o marco inicial da organização do ensino primário em Minas Gerais e um caminho para transformar a escola e um espaço produtor da modernidade.

## **Fontes Consultadas**

### **Acervos e instituições:**

- Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora (Juiz de Fora – MG);
- Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora – MG);
- Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte – MG);
- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro – RJ);
- Biblioteca de Manguinhos/Fiocruz (Rio de Janeiro – RJ);
- Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes (Juiz de Fora – MG).

### **Fontes:**

#### **1) Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora**

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 04 de fevereiro de 1907.

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 05 de fevereiro de 1907.

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 01 de março de 1907.

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 12 de abril de 1907.

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 30 de abril de 1908.

**Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, 12 de junho de 1909.

**Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1913.

#### **2) Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Ata de Inauguração da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 20 de outubro de 1889.

Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1900.

Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904.

Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1905.

Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1906.  
 Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1908.  
 Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909.  
 Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909.  
 Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1916.  
 Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1919.

### 3) Arquivo Público Mineiro

BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Março de 1925, nº 1.  
 BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Junho de 1925, nº 4.  
 BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Agosto de 1925, nº 6.  
 BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Janeiro de 1926, nº 10.  
 BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Abril de 1926, nº 13.  
 BELO HORIZONTE, **Revista do Ensino**. Abril de 1927, n.20.  
 GOMES, Lindolpho. Relatório referente à Inspeção feita no Grupo de São Matheus de Juiz de Fora, 1918.

LOPES, Francisca. **Relatório do Grupo de Mariano Procópio à Secretaria do Interior**. Minas Gerais, 1911.

LOPES, Americo Ferreira. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário do Interior**. Minas Gerais, 1915.

MENEZES, Eduardo de. **Cidade Salubre**. Typografia Brazil. Juiz de Fora, 1911.

RANGEL, José. **Relatório dos Grupos Centrais à Secretaria do Interior**. Minas Gerais, 1907.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos Grupos Centrais à Secretaria do Interior**. Minas Gerais, 1914.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos Grupos Centrais à Secretaria do Interior**. Minas Gerais, 1915.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos Grupos Centrais à Secretaria do Interior**. Minas Gerais, 1917.

MARQUES, José Vieira. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário do Interior**. Minas Gerais, 1918.

MINAS GERAIS. **Relatório da Secretaria do Interior**, 1916.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria de Higiene**, 1918.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria de Higiene**, 1920.

TAVARES, Raimundo. Relatório à Secretaria do Interior. Minas Gerais, 1913.

### 4) Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes – Juiz de Fora

AMARAL, A. F. **Juiz de Fora: ontem e hoje**. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2006.

Jornal Minas Geraes, Juiz de Fora, 05 de fevereiro de 1907.

Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, 05 de fevereiro de 1907.

Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, 07 de maio de 1908.

Jornal O Dia, Juiz de Fora, 30 de Janeiro de 1918.

#### 5) **Biblioteca Nacional**

SACADURA, S.C. *Hygiene Escolar - Attitudes Viciosas nas Escolas* Lisboa, Typografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1906.

#### 6) **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

**O Pharol**, Juiz de Fora, 28 de setembro de 1906.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 10 de março de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 14 de março de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 23 de março de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 24 de março de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 02 de maio de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 11 de maio de 1907.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 03 de março de 1908.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 20 de agosto de 1908.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 04 de março de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 01 de abril de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 14 de abril de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 27 de abril de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 29 de abril de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 13 de junho de 1909.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 28 de janeiro de 1910.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 02 de fevereiro de 1911.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 15 de outubro de 1913.

**O Pharol**, Juiz de Fora, 28 de junho de 1914.

#### 7) **Assembleia de Minas Gerais**

MINAS GERAIS. Lei nº 439, 28 de setembro de 1906. Estabelece a criação dos grupos escolares. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto N° 1960, 16 de dezembro de 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto N° 1969, 03 de janeiro de 1907. Aprova o Regimento interno dos Grupos Escolares e escolas isoladas no estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto N° 3191, 09 de junho de 1911. Aprova o Regulamento geral da instrução do Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Lei N° 602, 12 de setembro de 1913. Dispõe sobre o provimento efetivo de professores primários internos e outras disposições. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Lei N° 800, 27 de setembro de 1920. Regulamenta o ensino primário no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto N° 6655, 19 de agosto de 1924. Regulamenta o Ensino Primário no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto N° 6930, 17 de julho de 1915. Aprova as instruções para o serviço de inspeção médico-escolar. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto n° 7970-A, 15 de outubro de 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

MINAS GERAIS. Decreto n° 8.094, 22 de dezembro de 1927. Aprova os Programas do Ensino Primário no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 06/04/2016.

### Referências Bibliográficas

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil no início do século XX. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 3, nov.2012, p. 427-451.

AMARAL, Lucas Marques do. **Eduardo de Menezes e a Liga Mineira Contra a Tuberculose**. Museu de Farmácia e Bioquímica da UFJF. Juiz de Fora, Templo Editoração: 1998.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org). **Grupos escolares**. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873 – 1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Os grupos escolares em Minas Gerais: A Reforma João Pinheiro (1906). **VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Anais)**. Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

AZEVEDO, André Nunes. **Da Monarquia à República**: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese (Doutorado em História). Departamento de História – PUC Rio, Rio de Janeiro, 2003.

BARBOSA, Ellen Borges. Reflexos do pensamento de Foucault na constituição da cultura escolar brasileira. **Revista Pandora Brasil**. Ed. Especial. Nº 4. Cultura e Materialidade Escolar. P.1-14, 2011.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889 – 1915)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Modernização e Higienismo**: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

\_\_\_\_\_. Modernização e medicina sanitária: a Câmara Municipal e os cidadãos na organização do espaço urbano na Manchester Mineira (1891-1906). In: **II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social** (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – **Revista da UNESP**, 2006, p. 1-19.

BENCHIMOL, Jaime. Febre Amarela e a instituição da Microbiologia no Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diogo (orgs). **Cuidar, Controlar, curar**. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BOMENY, Helena. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional In: GOMES, Angela de Castro (Org). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de portas fechadas**: a intolerância contra os Cinganos na Organização Urbana na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

BRAGA, Marina Fernandes. **Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”**: os grupos escolares de Juiz de Fora (1907-1927). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

CAMARA, Sonia. Barros, Raphael. Por um projeto escolar modelar: a constituição dos grupos escolares no distrito federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org). **Grupos escolares**. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873 – 1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

CANDIÁ, Milena. **O artífice do consenso**: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional em Juiz de Fora (1907/1930). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Escola nova, educação e democracia: o Projeto Francisco Campos para a escola em Minas Gerais. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 34, n. 2, jul-dez., 2012.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926-1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº51, jun-2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMON, Carla Simone. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 22, p. 17-41, jan./abr. 2010.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: a Belle Époque mineira.** Juiz de Fora: EdUFJF, 1994.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. O surgimento de uma escola noturna pública em Juiz de Fora – MG: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira. **Revista Educação em Foco.** Ed. Especial. P.185/196. Mar/Ago 2007

CRESPO, Ana Maria Beraldo e YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes (2003). Os Primeiros Grupos Escolares em Juiz de Fora. **Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em Educação em Minas Gerais.** Uberlândia – MG: EDUFU. CD-ROM.

CUNHA JÚNIOR, C. F. F. da. Os Grupos Escolares de Juiz de Fora e o investimento nas práticas corporais (1907-1930). In: **Revista Educação em Foco.** Número Especial, p.73-84 - mar/ago 2007.

DULCI, Otavio. Joao Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil Moderno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol.2, 1993.

ESTEVES, Albino. **O teatro em Juiz de Fora,** Juiz de Fora, Typographia d'O Pharol, 1910.

\_\_\_\_\_. **Assistência Dentaria Escolar Francisco Valladares.** Artigos Publicados no O Pharol. 1914.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: UPF, 2000;

\_\_\_\_\_; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, nº14, p.19-34, Ago. 2000.

\_\_\_\_\_. VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

\_\_\_\_\_. GONÇALVES, Irlen Antônio. VIDAL, Diana Gonçalves. PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como

campo de investigação da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n1, p.139-159, jan./abr. 2004, pp. 139-159.

FERREIRA, L. O. **O nascimento de uma instituição científica**: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. São Paulo: tese de doutorado - USP, 1996.

\_\_\_\_\_. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, VI(2): 331-51, jul.-out. 1999.

\_\_\_\_\_. MAIO, M.C. e AZEVEDO, N.: A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, IV(3), nov1997-fev1998.

FERREIRA, Priscila Alves. **A Escola Normal de Juiz de Fora**: crises e permanências (1881 – 1911). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, 4ed.

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRAGO, Viñao. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

GIL, Natália. CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**. Porto Alegre, Nº 1, Nov. 2011, p. 166-181.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 1918). Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. **O inspetor escolar**: fiscal da escola e orientador do ensino. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, São João del-Rei: UFSJ, 2005.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.519-550.

GOODWIN Jr., James William. **A “Princesa de Minas”**: a construção de uma identidade pelas elites juiz-foranas. 1850-1888. Dissertação (Mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1996.

HERSCHMANN, M., PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, v.1.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3.ed. São Paulo: Hicitec, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. 1º número. Campinas, p. 9-44, 2001

JUNQUEIRA, Lígia de Souza. **A Educação como propagadora e mantenedora da fé**: representações das práticas educativas religiosas nos grupos escolares José Rangel e Delfim Moreira do Município de Juiz de Fora (1945-1960). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2010.

LANA, Vanessa. **Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”**: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908. Dissertação de Mestrado. Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro: 2006.

LEONIDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul-set.2007.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Vinicius Azevedo. GONÇALVES, Irlen Antônio. Intelectual, Político e Advogado: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo. **V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais**, Montes Claros, 2009, p. 1. Disponível em: <[http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/2.intelectuais\\_e\\_pensament\\_o\\_educacional/7.Vinicius%20Azevedo%20Machado.pdf](http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/2.intelectuais_e_pensament_o_educacional/7.Vinicius%20Azevedo%20Machado.pdf)>. Acesso: 26 de jan. 2016.

MARTINO, Luiz Vicente Souza. BOTAZZO, Carlos. ZILBOVICIUS, Celso. Os caminhos públicos da odontologia paulista no início do século XX. **Cad. hist. ciênc.** vol.6 no.1 São Paulo jan./jul. 2010.

MENEZES, Eduardo de. **Cidade Salubre**. Typografia Brazil. Juiz de Fora, 1911.

MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990.

MOREIRA, D. **Verbetes, Primeira República**. CPDOC. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOREIRA,%20Delfim.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889- 1930)**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Urbanismo e Salubridade na São Paulo Imperial: o hospital de isolamento e o cemitério do Araçá**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). PUC Campinas, Campinas, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, José Alberto Pinho. GELGADO, Ignácio José Godinho. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MIRANDA de SÁ, D. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2006.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889- 1930)**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. SANTOS, Sônia Maria dos. Ensino Primário em Minas Gerais: tecendo história e memória de alfabetizadoras. In: **IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. 2007, Juiz de Fora. Anais, Universidade Federal de Juiz de Fora.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Câmara Municipal de Juiz de Fora. 2ª edição, 1966.

OLIVEIRA, Valdemar. **Higiene e puericultura**. 23ª ed. São Paulo, Ed. Do Brasil, 1975

PIMENTA, T. S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. Vol. V (2): 349-372. Jul-Out. 1998.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2004.

POL, Milan. HLOUSKOVA, Lenka. NOVOTNY, Petr. ZOUNEK, Jiri. Em busca do conceito de cultura escolar: uma contribuição para as discussões actuais. **Revista Lusófona de Educação**. 2007, 10, p. 63-79.

PORTER, Roy. **História Ilustrada da Medicina**. Cambridge. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo Erro ou Omissão**. Gente Juiz-forana. 1979.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. Ibrasa: São Paulo, 1982.

RENNÓ, Claudia Martins. **Produção de corpos doces**: uma análise das práticas de disciplinamento e vigilância na escola. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba. Sorocaba, 2009.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. **Caderno Cedes**, ano XX, nº 52, novembro/2000.

\_\_\_\_\_. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: São Paulo; Mercado de Letras: Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. A educação da infância: entre a família e a escola. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 26, N. 01, abr. 2010, p. 235-262.

\_\_\_\_\_. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Escolaridade pública em Juiz de Fora e o Projeto Educacional mineiro na transição Império/República. In: \_\_\_\_\_ & YAZBECK, Dalva Carolina. **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação e imprensa. Juiz de Fora: Editora: UFJF, 2009.

ROMERO, Sílvio. Prefácio. In: ESTEVES, Albino. **O teatro em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, Typographia d'O Pharol, 1910, p.11.

ROSEN, George. **Da Polícia Médica à Medicina Social**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec; EDUESP. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SACADURA, S.C. **Hygiene Escolar** - Atitudes Viciosas nas Escolas Lisboa, Typografia de Christovao Augusto Rodrigues, 1906.

SCHUELER Alessandra Frota Martinez de. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, 2009, vol. 13, nº 26.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A influenza espanhola e a cidade planejada**: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, FAPEMIG, CAPES. 2008.

SOUZA, Cristiane Oliveira de. **O projeto educacional de Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas (1900-1908)**. 119p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo: UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (2), set. 1997, pp. 145-168.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1969.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras. **Revista da Faculdade de Direito**, São Bernardo do Campo, v. 5, 2008, p. 146-168.

VALE, Vanda Arantes. Juiz de Fora - “Manchester Mineira”. **III Encontro da associação de estudos Brazilianistas** - Cambridge- Inglaterra, 1996.

VARGAS, Renata Correa. **Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora: escolarização e educação physica (1889 – 1911)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2010.

VELLOSO, Oswaldo. Edifício Escolar. **Revista do Ensino**, Mar/1925, p.10.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: VIDAL, Diana (Org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: SP: Mercado de Letras, 2006, p. 7-20.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 2011, vol.18, suppl.1, pp. 179-197.

\_\_\_\_\_. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. **A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

YAZBECK, Lola. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) **Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

ZUCOLOTO, Patricia Carla Silva do Vale. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.** 2007;17(1):136-145.